



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**GRAZIELA VITÓRIA DONIN**

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO NA COLÔNIA  
ERECHIM - RS.**

**CHAPECÓ  
2019**

**GRAZIELA VITÓRIA DONIN**

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO NA COLÔNIA  
ERECHIM - RS.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Rosa Gritti.

**CHAPECÓ**

**2019**

**GRAZIELA VITÓRIA DONIN**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Donin, Graziela Vitória  
Patrimônio Histórico e Cultural Ítalo-brasileiro na  
Colônia Erechim / Graziela Vitória Donin. -- 2019.  
135 f.:il.

Orientador: Doutora Isabel Rosa Gritti.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em  
História-PPGH, Chapecó, SC , 2019.

1. Patrimônio. 2. Colonização. 3. Ítalo-brasileiros..  
I. Gritti, Isabel Rosa, orient. II. Universidade Federal  
da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**GRAZIELA VITÓRIA DONIN**

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL ÍTALO - BRASILEIRO NA COLÔNIA  
ERECHIM-RS**

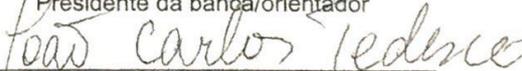
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre  
em História, defendido em banca examinadora em 30/10/2019.

Aprovado em: 30/10/2019

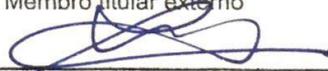
BANCA EXAMINADORA



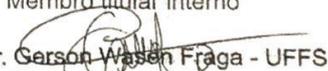
Prof.ª. Dra. Isabel Rosa Gritti - UFFS  
Presidente da banca/orientador



Prof. Dr. João Carlos Tedesco - UPF  
Membro titular externo



Prof. Dr. José Carlos Radin - UFFS  
Membro titular interno



Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga - UFFS  
Membro titular interno

Erechim, outubro de 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grata, primeiramente, a minha família, meu pai Pedro, minha mãe Aldinei, exemplo de mulher forte, meus irmãos Cleber, Evandro e Edivam, cunhadas e sobrinhos que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado, contribuindo na minha formação humana, dando suporte emocional e financeiro nesta minha jornada acadêmica.

Agradeço aos colegas da turma 2017 do Mestrado em História – UFFS. Essa caminhada se tornou mais doce e leve na companhia de vocês, pessoas maravilhosas, mentes brilhantes, amigos queridos e cheios de luz.

Agradeço ao corpo docente do curso pelas horas de aprendizado, amizade e reflexões que nos proporcionaram.

Agradeço a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Isabel Rosa Gritti, por não ter me deixado desistir. Pelas sábias orientações e pela sua dedicação, profissionalismo e comprometimento.

Agradeço a equipe do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

Agradeço pela colaboração dos funcionários das respectivas secretarias de cultura dos municípios de São Valentim, Severiano de Almeida, Jacutinga e Aratiba.

Agradeço a Sra. Idione Detoffol, integrante fundadora da Associação Italiana Veneta Modesto e Nicola Taliani Contenti pela atenção e contribuição.

Agradeço, ainda, a atenção e solicitude da equipe administrativa do Clube Atlântico.

Agradeço a um projeto político que levou uma universidade pública, gratuita e de qualidade a uma região até então desassistida e permitiu a filha de um agricultor que estudou até a 4<sup>o</sup> série cursar o ensino superior e se tornar mestre em História.

Sou grata a todos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

E por fim, agradeço ao universo pela oportunidade a mim concedida.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes.”

Marthin Luther King

## RESUMO

A referente pesquisa discute o Patrimônio Histórico e Cultural ligado a etnia ítalo-brasileira na região correspondente a Colônia Erechim, localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, bem como a discussão no que se refere a construção imagética desta etnia que trouxe para cá o universo *contadino* do Vêneto da grande migração. O recorte temporal se refere ao século XX até os dias atuais, ou seja, fundação e início do processo de colonização da Colônia Erechim. Esta foi criada com a finalidade de empreender a colonização e o *utis possidetis* desta região localizada em zona de fronteira internacional, a fim de obter uma barreira humana contra possíveis invasões externas. Ainda, a sua integração ao sistema capitalista de produção para produzir excedentes e artigos de primeira necessidade e abastecer o mercado interno. E por fim, de acordo com os valores positivistas da época, o europeu era visto como portador de técnicas mais avançadas para o desenvolvimento econômico e social, ou seja, era superior ao caboclo e ao indígena, era o tipo de colono ideal. A imigração de camponeses despossuídos italianos foi numericamente superior às demais etnias, os que aqui vieram, majoritariamente são resultado da migração interna das Colônias Velhas localizadas na região serrana. Para o desenvolvimento desta pesquisa efetuou-se um levantamento dos elementos que são representativos desta etnia, como lugares de memória, alguns ligados ao *ethos* do trabalho como as cantinas, a língua e os Gemellaggios. Para a problematização destes, utilizou-se documentação proveniente dos arquivos históricos e do poder público dos municípios envolvidos, como leis, atas e livros escritos relacionados com os elementos. Dentre os principais autores que embasam a análise do universo camponês ítalo-brasileiro e são utilizados nesta pesquisa está Tedesco (1999, 2001), Zanini (2006) e Beneduzi (2011). Houve manutenção, reprodução e reinvenção de valores vinculados ao universo *contadino* do Vêneto do *ottocento*. Registra-se a existência de escola para os filhos de italianos, onde as aulas eram ministradas no dialeto *Talian*, a associação de apoio mútuo, mais tarde convertida em associação esportiva e recreativa, mas que iniciou tendo um recorte étnico, dentre outros lugares que se configuram como lugares de memória e estão ligados a perpetuação dos signos culturais desta etnia. O conjunto do patrimônio histórico e cultural da etnia ítalo-brasileira nesta colônia é o objeto de estudo desta pesquisa, pois está ligado a uma identidade inventada como estratégia de coesão e diferenciação social e a um sentimento de nostalgia vinculado a trajetória dos antepassados na América.

Palavras-chave: Colônia Erechim. Identidade Étnica. Patrimônio Histórico e Cultural. Imigração.

## ABSTRACT

This research discusses the Historical and Cultural Heritage linked to the Italo-Brazilian ethnicity in the region corresponding to Colônia Erechim, located to the north of the state of Rio Grande do Sul, as well as the discussion regarding the imagetic construction of this ethnicity. brought here the Venetian universe of the great migration Veneto. The time frame refers to the twentieth century to the present day, ie, foundation and beginning of the colonization process of the Erechim Colony. This was created with the purpose of undertaking the colonization and *utis possidetis* of this region located in international border area, in order to obtain a human barrier against possible external invasions. Still, its integration with the capitalist system of production, to produce surpluses and basic necessities and supply the internal market. And finally, according to the positivist values of the time, the European was seen as the bearer of more advanced techniques for economic and social development, ie, superior to the *caboclo* and the indigenous, was the ideal type of settler. Immigration of dispossessed Italian peasants was numerically higher than the other ethnic groups, those who came here, mostly as a result of the internal migration of the Old Colonies located in the highlands. For the development of this research was made a survey of the elements that are representative of this ethnicity, such as places of memory, some linked to work ethos such as canteens, language and *Gemellaggios*. For the problematization of these we used documentation from the historical archives and the public authorities of the municipalities involved, such as laws, minutes and written books related to the elements. Among the main authors that support the analysis of the Italian-Brazilian peasant universe and used in this research are Tedesco (1999, 2001), Zanini (2006) and Beneduzi (2011). There was a maintenance, reproduction and reinvention of values linked to the contiguous universe of the *ottocento* Veneto. There is a school for the children of Italians, where classes were taught in the Talian dialect, a mutually supportive association, later converted into a sports and recreational association, but which started with an ethnic background, among other places that are configured. as places of memory and is linked to the perpetuation of the cultural signs of this ethnicity. The set of historical and cultural heritage of the Italo-Brazilian ethnicity in this colony is the object of study of this research, because it is linked to an identity invented as a strategy of social cohesion and differentiation and a feeling of nostalgia linked to the trajectory of ancestors in America.

Keywords: Erechim Colony. Ethnic Identity. Historical and Cultural Heritage. Immigration.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU) correspondente a região da Colônia Erechim. ....	48
Figura 2: Projeto inicial da futura cidade de Paiol Grande (Erechim), elaborado por Carlos Torres Gonçalves. ....	56
Figura 3: Foto de um capitel em homenagem a santos do universo religioso do camponês ítalo-brasileiro, como Santa Lúcia, também cultuado na região do Vêneto. Localizado na confluência de três linhas, no interior do município de Ponte Preta-RS. ....	63
Figura 4: Casa de madeira em estilo colonial apresenta os três pavimentos. ....	75
Figura 5: Vista frontal do prédio Escola do Professor Mantovani. ....	76
Figura 6: Vista geral da Praça dos Imigrantes. ....	77
Figura 7: Vista frontal e parcialmente lateral do primeiro prédio da Sociedade de Mútuo Socorso XX de Setembro. ....	78
Figura 8: Vista frontal e parcialmente lateral do primeiro prédio da Sociedade de Mútuo Socorso XX de Setembro. ....	79
Figura 9: Vista geral do Largo Vêneto. ....	85
Figura 10: Vista frontal do prédio da antiga Indústria de Bebidas Balvedi. ....	86
Figura 11: Reportagem do jornal Voz da Serra de 22 de agosto de 2002. ....	87
Figura 12: Vista frontal do prédio do Moinho Zicatto localizado no interior do município de Ponte Preta. ....	89
Figura 13: Vista lateral do prédio do Moinho Zicatto localizado no interior do município de Ponte Preta. ....	90
Figura 14: Vista frontal e parcialmente lateral do primeiro prédio da Cooperativa de Vitivinicultura Boavistense. ....	91
Figura 15: Vista frontal e parcialmente lateral do prédio onde posteriormente foi aberta a Cantina Giacomel. ....	92
Figura 16: Vista frontal do prédio da Cantina Villa Trentin. ....	93
Figura 17: Vista frontal do prédio da La Cantina Slongo. ....	94
Figura 18: Imagem da representação de um colono durante o desfile da Festa di Bacco em Erechim. ....	95
Figura 19: Imagem do desfile da Festa di Bacco. ....	96
Figura 20: Folder de divulgação da Festa di Bacco. ....	98

Figura 21: Folder de divulgação da Festa di Bacco. ....	99
Figura 22: Reportagem do jornal de São Valentim. ....	113
Figura 23: Reportagem do jornal de São Valentim. ....	114
Figura 24: Reportagem do jornal de São Valentim. ....	114
Figura 25: Convite da prefeitura de São Valentim para assinatura do pacto de amizade. ....	115
Figura 26: Registro da visita da comitiva de Santa Giustina juntamente com representantes da administração pública de São Valentim na escola FAINORS de Erechim. ....	116
Figura 27: Pacto de Amizade de Severiano de Almeida e a Cidade di Mel. ....	116
Figura 28: Registro da visita da comitiva de Pederobba no município de Jacutinga. ....	118
Figura 29: Registro da assinatura do Gemellaggio entre a prefeitura de Aratiba e de Cesiomaggiore. ....	118
Figura 30: Certidão que tornou o Talian Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. ....	120

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL.</b> .....	<b>23</b>
2.1 INÍCIO DA VIDA NO BRASIL .....	26
2.2 O PROJETO COLONIZADOR NO RIO GRANDE DO SUL .....	31
2.3 A CULTURA <i>CONTADINA</i> VÊNETA .....	34
2.4 QUEM É O CAMPONÊS QUE MIGRA PARA O BRASIL? .....	37
2.5 MEMÓRIA, IDENTIDADE E ALTERIEDADE: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA ITALIANA.....	41
<b>3. CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA ERECHIM.....</b>	<b>46</b>
3.1 A INFLUENCIA POSITIVISTA NA CRIAÇÃO DA COLÔNIA ERECHIM: UMA COLÔNIA PARA IMIGRANTES.....	54
3.2 OS PRIMEIROS TEMPOS .....	59
3.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE SINGULAR EM UMA ZONA DE FRONTEIRA: ENCONTRO E CONFROENCONTRO ENTRE ÍTALO-BRASILEIROS E OUTROS GRUPOS ÉTNICOS .....	65
<b>4 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO NA COLÔNIA ERECHIM: DISCUTINDO A QUESTÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>69</b>
4.1. ESPAÇOS LIGADOS A CULTURA MATERIAL E IMATERIAL.....	73
4.1.1 A escola do Professor Mantovani .....	74
4.1.2. A praça dos Imigrantes .....	76
4.1.3. Sociedade De Mútuo Socorso XX De Setembro .....	77
4.1.4. Largo Vêneto .....	84
4.1.5. Indústria De Bebidas Balvedi .....	86
4.1.6 Os moinhos coloniais .....	88
4.1.7. A cultura do vinho: as vinícolas e as cantinas .....	90
4.2 A CULTURA IMATERIAL .....	99
4.2.1 A La Piave Fainors e os corais italianos.....	99
4.2.2 Os gemellaggios: pactos de colaboração entre cidades gêmeas Brasil e Itália .....	106
4.2.3 O dialeto Vêneto: o Talian.....	119
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>123</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>127</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>	<b>133</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A região que compreende a Colônia Erechim passou a ser ocupada no início do século passado. Sua criação data de 1908, porém só passou a ser densamente ocupada a partir de 1910 com a conclusão da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande. O deslocamento interno de descendentes de migrantes que ocuparam a região das Colônias Velhas, na região da serra gaúcha, deu origem à numerosa população que ocupou o norte do estado do Rio Grande do Sul. O fato ocorreu devido ao esgotamento dos lotes de terras e, muitos filhos de imigrantes, quando não famílias inteiras, moveram-se rumo a novas regiões, fundando novas colônias como Erechim.

O camponês italiano migrou para a América com o intuito de se tornar proprietário do seu pedaço de terra. O universo deste imigrante era baseado na tríade terra, trabalho e família e, por isso, constituía famílias extensas para, com base na mão-de-obra familiar quitar seu lote e poder adquirir mais terra para distribuir aos filhos (principalmente homens), quando do seu casamento, que assim, poderia dar início a sua família e conseqüentemente ao seu núcleo produtivo (TEDESCO, 1999).

Tendo como base estes elementos, a Colônia Erechim passou a ter seus lotes demarcados e vendidos a partir da década de 1910 e a segunda geração italiana, constituída pelos filhos dos imigrantes, chegaram a Erechim, trazidos pela estrada de ferro, e iniciaram a ocupação dos lotes. Imigrantes de outras etnias vieram para esta região, porém a predominância é do elemento italiano, como apontado por Ducatti Neto (1985, p. 95):

(...) a população de origem italiana, até 1918, era pequena, bem menor que a de outras etnias. Contudo, quando deixou de entrar o elemento estrangeiro e com a entrada maciça de colonos vindos das colônias velhas, a população de origem italiana começou a sobrepujar as de outras etnias. Tanto que, atualmente, o elemento de origem italiana constitui a maioria da população em todos os municípios da região do Alto Uruguai. O que não existe, contudo, é uma zona exclusivamente de colonização italiana.

Essa predominância étnica lançou as bases da configuração social da região, ou seja, no topo da pirâmide social étnica. O italiano sempre foi visto como superior as demais etnias, pois vinculado a ele está o apego ao trabalho e o desenvolvimento econômico. Atribuindo-se a ele o desenvolvimento e o progresso, conforme consta nas narrativas oficiais dos municípios da região.

Estes imigrantes trouxeram consigo valores culturais e simbólicos, aspectos do universo *contadino* vêneto. Em terras brasileiras e no Alto Uruguai, tais elementos simbólicos são presentes: o apego ao catolicismo, a relação em comunidade, a família como unidade produtiva e o desejo de ser proprietário de seu lote de terra. Com isso, tal grupo permaneceu produzindo e reproduzindo signos culturais étnicos com o intuito de estabelecer diferenciação e a noção de pertencimento a uma identidade nacional étnica frente aos demais grupos.

Desde o início da colonização, espaços, associações e memoriais vinculados ao imaginário ítalo-brasileiro foram criados, sendo que a primeira associação que se tem registro foi a Associação de Mútuo Socorro XX de Setembro, mais tarde Clube Esportivo e Recreativo Atlântico. Estes espaços vinculados à memória do passado mítico do camponês italiano continuam sendo criados e signos manipulados em termos do estabelecimento de uma identidade étnica. Isto fica mais evidente a partir do final do século XX e início do século XXI quando novos espaços e associações são inventados e reinventados com o objetivo de enfatizar a manutenção da diferenciação étnica relacionada à Itália ancestral.

De acordo com Hall (2006), no final do século XX há um ressurgimento e maior apego às identidades nacionais. De acordo com as metanarrativas liberal e marxista, tais formas de identidades locais seriam suprimidas, dando lugar às identidades mais globalizadas e universalizadas. De acordo com Hall (2006, p. 96).

O ressurgimento do nacionalismo e de outras formas de particularismo no final do século XX, ao lado da globalização e a ela intimamente ligado, constitui, obviamente, uma reversão notável, uma virada bastante inesperada dos acontecimentos.

No entanto, no final do século XX ocorre um retorno a estas identidades nacionais. Fundam-se grupos folclóricos preocupados em reconstituir e resguardar aspectos ligados à cultura desta etnia, cantigas, comidas típicas, danças, jogos de cartas, modos de fazer, o dialeto e aspectos da socialização como o filó.

Para que isso ocorra, alguns instrumentos são utilizados, como a memória, que é aquilo que é passado (herdado) de geração em geração, assegurando a passagem regular do passado para o futuro. Ela está intrinsecamente ligada à construção da identidade do indivíduo e também do grupo. Desta forma, a memória é afetiva, é a história

vivida (NORA, 1993).

A memória é responsável pela identidade, ou seja, àquilo que somos, a noção de pertencimento. Para Silva (2000), é aquilo que se é. É a identificação do indivíduo com algo. Para Silva (2000, p. 74),

A identidade é simplesmente aquilo que se é: 'sou brasileiro', 'sou negro', 'sou heterossexual', 'sou jovem', 'sou homem'. A identidade assim concebida parece ser uma positividade, um 'fato' autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente.

Essa identidade cultural étnica dos descendentes de imigrantes italianos sobrevive desde o início da imigração desses povos até os dias atuais, adaptando-se as mudanças sociais. Mesmo após um longo período, estes indivíduos ainda se identificam como ítalo-brasileiros. Neste sentido, o estabelecimento de uma identidade posiciona o indivíduo frente ao não-italiano e estabelece fronteiras entre o ser e não ser, entre o pertencer e não pertencer.

A afirmação de identidade é seguida de uma sequência de negação de outras, ou seja, de expressões negativas quanto a outras identidades. Identidade e diferença (o outro) bastam por si próprias. A diferença seria o processo de diferenciação, tendo em vista que o indivíduo tende a tomar aquilo que somos como molde e norma para descrevermos o que não somos. A identidade estará sempre acompanhada da alteridade, ou da diferença, do não ser "o outro" (SILVA, 2003).

Ela é produzida cotidianamente, tanto no aspecto social quanto cultural, por isso está ligada a lugares de memória, a hábitos, costumes, dentre outros. Também está relacionada, de forma intrínseca, a um sistema de símbolos, de significações. Sistema esse que está relacionado ao estabelecimento de diferenciação e de imposição frente ao outro com o intuito de garantir privilégios sociais e estabelecer hierarquia social (POLLAK, 1992).

A memória é um instrumento de manutenção de identidades. É um fenômeno coletivo e social, sendo construída coletivamente e submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes. Já a diferenciação social vem sendo usada historicamente como ferramenta para estabelecer grupos sociais hierarquicamente frente aos demais e instituir relações de poder, como afirma Silva (2003, p.81):

A afirmação de identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita

conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

A identidade não é algo fixo, imutável ou estático, assim como a cultura é produzida e reproduzida cotidianamente. Embora haja tendência à fixação identitária, isto é impossível devido a constante mutação dos signos e os processos que objetivam subvertê-la e desestabilizá-la (SILVA, 2003).

Trata-se de um fenômeno coletivo e social que precisa da memória para se reproduzir, já que está submetido a transformações e mudanças constantes. Na região da colônia Erechim, a memória vem sendo passada de geração em geração pelas próprias famílias que incentivam e a reproduzem cotidianamente. De acordo com Pollak (1992, p. 201).

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada.

Pollak (1989), em seu texto “Memória, esquecimento e silêncio”, aborda a definição do que são lugares de memória com base em Pierre Nora. As tradições e os costumes, os monumentos, o patrimônio arquitetônico, as paisagens, as datas e personagens, as regras de interação, o folclore, as músicas e as tradições culinárias, constituem o patrimônio cultural e histórico de determinado grupo social.

Eles funcionam como indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo que é estruturada com hierarquias e classificações, definindo o que é comum para um grupo e o diferencia do outro, de forma a reforçar o sentimento de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.

Para Halbwachs (1990), as funções positivas desempenhadas pela memória reforçam a coesão social pela adesão afetiva ao grupo, a nação. É a forma mais acabada de um grupo. A memória nacional é a forma mais completa de memória coletiva. Ela é afetiva e possui um caráter seletivo. No entanto, há um processo de negociação para conciliar a memória coletiva e a individual.

A memória coletiva é feita através do uso de um conjunto de representações da memória individual. As lembranças correspondentes a um mesmo grupo, são ligadas umas as outras e apoiadas umas sobre as outras. São lembranças individuais com pontos

de contato com a memória de outras pessoas. Elas não podem deixar de ter esse ponto de concordância para que sejam reconstruídas em uma base comum. Para Halbwachs (1990, p. 45),

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos.

Ou seja, a base da memória coletiva é constituída por lembranças individuais que possuem pontos de contato e elementos da história do grupo que a constroem. Nosso passado compreende duas espécies de elementos: aqueles que podemos evocar e aqueles que não atendem nosso apelo, dependendo das circunstâncias. De acordo com Halbwachs (1990, p. 49-50),

(...) as lembranças que nos são mais difícil de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.

A memória individual não é isolada nem fechada. Para evocar seu passado é necessário fazer apelo também às lembranças dos outros integrantes do grupo. A existência da memória coletiva está condicionada a memória individual, ou seja, a existência de uma consciência individual capaz de se bastar. Estas memórias e lembranças estão ligadas aos mais velhos, as gerações que nos sucederam. Estas, por sua vez, deixam marcas no tempo, na cultura material e imaterial.

As memórias coletivas se tornam centros de tradições e, para mantê-las, é preciso que o grupo as vivencie cotidianamente. O que constitui o grupo é um interesse, uma ordem de ideias e de preocupações que refletem a personalidade de seus membros, uma organização de ações em torno de centros de interesse (HALBWACHS, 1990).

Pollak (1989), em contrapartida, aborda a memória coletiva sob a perspectiva de que é construída através dos indivíduos. O autor analisa como os fatos sociais se tornam coisas, como e por que eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Essa

abordagem se interessa pelos processos e atores que constituem e formalizam as memórias, pois são agentes sociais.

Evidencia-se que a memória que as pessoas querem preservar é aquela que os pais desejam deixar de herança para seus filhos. Ou seja, “(...) querem poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais.” (HALBWACHS 1990, p. 6). Deseja-se deixar uma memória positiva da prosperidade, dos atos desbravadores e dos empreendimentos de sucesso. Porém, nesta seara, há coisas não-ditas, zonas de sombra e proposital esquecimento. Dando-se ênfase aos aspectos que se deseja ressaltar. De acordo com Pollak (1989, p.9),

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

A memória comum possui duas funções essenciais, a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que o grupo possui em comum, fornecendo um quadro de referências. Pollak (1989) ainda fala acerca do processo de enquadramento da memória, ou seja, o trabalho feito sob a memória comum. O que está em jogo é o sentido da identidade individual e do grupo.

A história tem papel fundamental na construção e no enquadramento da memória coletiva. Os rastros deixados por este trabalho são os objetos materiais, os monumentos, a cultura material e imaterial. Portanto, o trabalho da memória coletiva é indissociável da organização social da vida, pois molda e é moldada por ela.

Estes elementos estão vinculados a construção de uma identidade étnica ítalo-brasileira na região colonial do estado, incluindo o norte do Rio Grande do Sul. A construção desta identidade se embasou no *ethos* do camponês do Vêneto do *Ottocento*, pois foram estes que migraram da Itália para o Brasil e trouxeram, para esta região, o universo imaginário *contadino* ancorado na religiosidade cristã, na posse da terra e na família (BENEDUZI, 2011).

Em seu livro, “Os fios da Nostalgia”, Beneduzi (2011) traça uma continuidade e identifica as permanências e ressignificações de elementos desse imaginário *contadino*

do *Ottocento* vêneto pelos imigrantes e seus descendentes em solo brasileiro. A identidade étnica ítalo-brasileira encontrada na região da antiga Colônia Erechim também apresenta estes símbolos e aspectos culturais. O que torna esta obra fundamental uma vez que se refere a análise do universo camponês construído por esta etnia na região abordada.

Outro autor de significativa contribuição para a análise desta pesquisa é Tedesco (1999 e 2001). Em suas obras, ele aborda o universo social da região colonial gaúcha, evidenciando a existência dos mesmos signos no imaginário ítalo-brasileiro regional, ou seja, a organização familiar baseada na propriedade da terra, o catolicismo e no uso da mão-de-obra familiar.

No que se refere a construção de italianidades, Zanini (2006) efetuou um estudo quanto a esta identidade na região de Santa Maria, identificando dois tipos. Ao longo desta pesquisa, foi possível comparar e identificar as italianidades, utilizando este estudo como embasamento de modo a encontrar características semelhantes na ocorrência de uma italianidade campesina e uma mais estilizada, sendo que estas diferentes organizações sociais são resultado de um projeto colonizador desenvolvido aqui pelo governo do estado.

No início do século XX a Colônia Erechim passou a ser colonizada, através de um projeto de desenvolvimento empreendido pelo governo deste estado. Este projeto foi iniciado com o término da ferrovia São Paulo – Rio Grande, que atravessou este território, proporcionou uma melhoria significativa em termos de transporte, acesso e deslocamento de indivíduos e do excedente de produção.

O projeto de colonização desenvolvido nesta colônia compreendia a colonização das terras devolutas por colonos de origem europeia para incorporá-la ao sistema capitalista de produção. Havia, em voga, um projeto de nação que objetivava também o branqueamento da sociedade, o que foi resolvido em parceria com governos de estados populosos da Europa, como a Itália e Alemanha.

Nesse contexto, a inserção deste grupo étnico permitiu o surgimento de uma cultura singular ligada à identidade étnica italiana. A identificação destas pessoas com a identidade italiana ainda permanece mesmo 100 anos depois da sua colonização.

A cultura material e imaterial de um grupo social é parte constituinte de seu sistema simbólico e integra o seu patrimônio histórico e cultural. Estes elementos são acionados, quando necessário, e contribuem para a construção da identidade de um povo. Está, por

sua vez, surge atrelada a noção de cidadania. A cultura é algo fluido, se inventa e reinventa historicamente e cotidianamente nas relações sociais. Neste âmbito, a memória é usada para evocar e reconstituir aspectos culturais, onde os signos são manipulados de acordo com o que está em jogo.

A identidade é um elemento utilizado nas relações sociais com o objetivo de estabelecer hierarquia e diferenciação social, e também nas relações de poder. Na Colônia Erechim, a imigração de colonos italianos foi bastante expressiva, sendo o grupo social que ditou e estabeleceu as regras e as estruturas sociais, uma vez que esta colônia foi projetada para a colonização mista com predominância europeia.

Os italianos, tidos como o tipo de “colono ideal” pelo estado brasileiro e gaúcho, desenvolveram-se na região norte, uma das últimas regiões do estado a ser ocupada e integrada ao sistema capitalista de produção. O colono europeu era visto como o portador de melhores técnicas para o pleno desenvolvimento da agricultura, enquanto o caboclo e o indígena estava ligado à ideia de atraso.

Ao imigrante italiano, está atrelada a visão de progresso, prosperidade e riqueza. A ele, está ligada a fundação de diversas casas de comércio e indústrias de destaque, bem como de associações culturais e esportivas que fizeram parte do desenvolvimento econômico e social da colônia. A sede da colônia era Paiol Grande e, mais tarde, a partir da sua emancipação em 1918, passou a se denominar Erechim, funcionando como polo irradiador do desenvolvimento econômico e social da região.

Tendo em vista tal aspecto, esta pesquisa abordou alguns lugares de memória ligados a identidade étnica italiana na região que compreende a Colônia Erechim, bem como, problematizou elementos da cultura material e imaterial no que se refere a produção e reprodução de valores culturais do universo *contadino* que são agenciados na elaboração da identidade étnica ítalo-brasileira.

A pesquisa elencou lugares de memória e elementos da cultura material e imaterial do universo campesino ítalo-brasileiro no Alto Uruguai. Alguns desses elementos foram tomados a título de amostragem, como é o caso dos moinhos e das cantinas, com o intuito de evidenciar a presença destes em toda a região. A partir de leituras, problematizou-se o tema da construção dessas italianidades em outras regiões do estado, como apontam Beneduzi (2011), Zanini (2006), Tedesco (1999, 2001) e Maestri (2000), além de problematizar a construção desta identidade étnica na Colônia Erechim, fazendo uso de elementos e signos que são agenciados por estes indivíduos.

Dentre os objetivos propostos, elaborou-se um inventário do patrimônio histórico cultural, material e imaterial da etnia ítalo-brasileira na Colônia Erechim com enfoque nos elementos desse conjunto cultural no que se refere a produção e reprodução desta identidade étnica. Efetuou-se a contextualização no espaço e no tempo do processo de formação da Colônia Erechim no contexto internacional e local.

A problematização da construção desta identidade étnica, tendo como foco a sua contribuição para a construção de uma identidade nacional singular e a noção de pertencimento a uma pátria distante. Bem como, a evidenciação e a elaboração desta identidade étnica como sendo algo construído social e historicamente, com base nos elementos do universo *contadino* do Vêneto da imigração. Além de demonstrar a construção dos espaços de socialização e usos do patrimônio na elaboração de identidade étnica como um processo de diferenciação social.

Analisou-se, ainda, os documentos que se referem a alguns destes espaços tais como o livro “Atlântico, uma história de conquista” e atas e estatuto do acervo histórico do Clube Atlântico, associação fundada por imigrantes da etnia italiana. Analisou-se também analisar alguns registros da entidade La Piave Fainors, escola de língua italiana. Sendo necessário ainda, analisar documentos referentes ao projeto da Festa di Bacco e do Vale dos Parreirais, bem como as leis municipais que se referem aos monumentos históricos. Efetuou-se também uma pesquisa nas secretarias de cultura dos municípios da região que efetuaram Gemellaggios com municípios italianos, com o intuito de averiguar quais os interesses que os levaram a estabelecer tal intercâmbio. Esta etapa teve como finalidade procurar elementos que liguem os lugares a serem inventariados a identificação italiana. E por fim, a realização do inventário destes grupos culturais e lugares de memória da etnia italiana no município de Erechim, relacionando com a bibliografia utilizada.

Este trabalho traz contribuições para a problematização desta identidade étnica a partir dos lugares de memória e de elementos da cultura material e imaterial. Além disso, poderá contribuir no estudo da construção social e do imaginário da região, no que se refere aos valores sociais, culturais e morais do *ethos* do colono ítalo-brasileiro que embasaram a construção da sociedade do Alto Uruguai.

A dissertação estará disposta em 3 capítulos: o primeiro efetua a contextualização do processo de imigração, abordando o Vêneto da grande migração, bem como o universo cultural e simbólico *contadino* trazido para a América (muitos desses elementos produzidos e reproduzidos na região colonial do Rio Grande do Sul). Este capítulo

apresenta cinco subdivisões: inicia com a chegada dos imigrantes no Brasil e aborda alguns aspectos acerca do estabelecimento destes em novas terras, evidenciando a criação de espaços de socialização voltados para este grupo étnico. Após, discute-se o projeto colonizador que foi desenvolvido pelo estado gaúcho nesta região e que teve influência direta na formação social do Alto Uruguai. O terceiro subitem aborda a formação do universo *contadino* que foi trazido pelos imigrantes e seus descendentes para o Rio Grande do Sul, discutindo a formação desta identidade étnica ligada ao camponês vêneto e ao conceito de trabalho. E por fim, aborda a construção desta identidade étnica e a noção de alteridade.

No capítulo seguinte, aborda-se os elementos fundadores da Colônia Erechim, bem como os primeiros anos da colonização. Está disposta em três subdivisões. Na primeira parte, discute-se a influência da doutrina positivista na formação desta colônia. A segunda sessão aborda o início da Colônia Erechim, bem como na organização social estabelecida e, conclui-se discutindo a formação desta identidade étnica em uma zona de fronteira onde ocorre o contato com duas visões distintas de mundo, na terceira subseção. Com isso, pretendeu-se desenvolver a contextualização e abordar os elementos que vieram a formar a sociedade do Alto Uruguai na atualidade para, a partir disso, efetuar o levantamento dos lugares de memória e a problematização quanto a construção desta identidade étnica.

E por fim, realizou-se o levantamento de lugares de memória e elementos da cultura material e imaterial vinculados a construção desta identidade étnica. Estes, por sua vez, apresentam signos que, em geral, são acionados como algo positivo e contribuem para a ritualização desta identidade. Nesta sessão, através da análise do patrimônio cultural ítalo-brasileiro e com base na bibliografia utilizada, objetivou-se problematizar a construção desta identidade étnica.

A justificativa da escolha de estudar e problematizar este grupo étnico e suas interfaces de construção identitária na região se dá devido a imigração de colonos italianos ter sido mais expressiva nesta colônia. Pela expressividade numérica destes e as características de fundação e formação da Colônia Erechim, esta etnia ditou as regras sociais, econômicas e culturais da região, estabelecendo-se assim como “aqueles que trouxeram o progresso”. De modo comprovatório podemos observar na Tabela 1, o percentual de habitantes de cada etnia no município de Erechim entre os anos de 1919 e 1939.

Tabela 1: Origem étnica dos habitantes de Erechim<sup>1</sup> nos anos de 1919 e 1939 com enfoque nos dois principais grupos étnicos.

Ano	Etnia	(%) de habitantes
1919	Alemã	22,6
	Italiana	14,1
1939	Alemã	8
	Italiana	31,1

Fonte: Cassol (1979).

De acordo com Cassol (1979), em 1919, 22,6% da origem étnica dos habitantes de Erechim eram de alemães, enquanto, neste mesmo ano, a de italianos era de 14,1%. Vinte anos depois, os alemães representavam 8%, em contrapartida, os italianos representavam 31,1%. Neste último ano, o número de casamentos de alemães foi de 32, porém, registraram-se 136 casamentos de italianos no município. Fica evidenciado que, em poucas décadas, o número de habitantes de origem étnica italiana aumenta consideravelmente. Isto ocorre em função do aumento no fluxo migratório das Colônias Velhas para o norte do estado.

Não há a pretensão de destacar a cultura deste grupo social com maior ou menor importância e relevância frente aos demais, mas sim como uma cultura singular, resultante da interação social e histórica de diferentes atores sociais diante de um contexto de inserção específico. Onde os elementos constitutivos da sua identidade étnica são agenciados e manipulados de acordo com o jogo das identidades, do contexto e dos interesses postos no momento.

É com base neste conjunto que se desenvolveu este trabalho, tendo como objetivo identificar, nas relações de poder, como os colonos utilizaram o seu patrimônio histórico e cultural para criar mecanismos de diferenciação e de identidade. A criação do mito do imigrante italiano que saí da pátria mãe que tanto ama e vem para o Novo Mundo, realizar o sonho de “fazer a América” criou a imagem do colono que sofreu, prosperou e superou os obstáculos, com o sonho de fazer dinheiro e retornar para a Itália, sua pátria

---

<sup>1</sup> Ao falar-se em Erechim aborda-se a região que na atualidade compreende o Alto Uruguai, onde na sua origem abrangia a Colônia Erechim.

permanente, além do desejo de recriar no Novo Continente, o antigo mundo rural *contadino* do Vêneto do *ottocento*. Diante do apego que esses camponeses tinham as tradições, surge, na América, a possibilidade de reconstruir seu antigo modo de vida sem serem perturbados, assim é possível produzir e reproduzir esse *ethos* camponês vinculado a terra, ao trabalho e a família.

Pretende-se abordar, ao longo do texto, o conceito de tradição inventada de Hobsbawm (2008). Para este autor, boa parte do que se entende por tradição é invenção recente, ou seja, do século XIX e XX. Algumas delas são inventadas e outras construídas e formalmente institucionalizadas.

A cultura material e imaterial de um povo ou de uma sociedade são partes constituintes de seu sistema simbólico e integram o patrimônio cultural de um determinado grupo social. Esse conjunto cultural é relacionado a uma identidade cultural que, por sua vez, surge atrelada a noção de cidadania.

A identidade, por sua vez, é constituída através de um conjunto simbólico de valores e signos, buscados no conjunto cultural criado pelo grupo. Ela é evocada cotidianamente e utilizada para o estabelecimento de diferenciação social. De acordo com Baumann (2005), a identidade é algo líquido e em constante mutação, ou seja, não permanece estática no tempo. Ela tem a finalidade de manutenção da coesão de um grupo social com ideais em comum, como é o caso dos imigrantes da etnia italiana que se instalaram em terras longínquas, tendo em comum uma identidade étnica.

Outro autor utilizado ao longo do texto para discutir o conceito de identidade é Hall (2006). Para este, ela é construída ao longo do tempo, através de processos inconscientes. As identidades não são coisas com as quais nascemos, mas sim formadas e transformadas no interior de representações. O nacionalismo é a principal fonte de surgimento de identidades nacionais.

A identidade nos posiciona frente ao outro, ou seja, a ela também está ligado o conceito de alteridade. Assim, esta identidade é repassada de geração em geração, garantindo sua reprodução através do uso da memória e também do patrimônio cultural e histórico pertencente ao grupo.

Para Pollack (1992), a memória é aquilo que serve como instrumento de manutenção das identidades, utilizada a fim de consolidar a coesão de um grupo e estabelecer fronteiras culturais frente aos demais. Ela é um fenômeno coletivo e social construída individual e coletivamente, porém mutável.

O conceito de memória discutido por Nora (1993) corresponde a aquilo que é passado de geração em geração. É o que se herda e garante a passagem do passado para o futuro. Nora (1985) também conceitua os lugares de memória: correspondem às tradições, os costumes, monumentos, patrimônio arquitetônico, as paisagens, datas e personagens, além das regras de interação social, folclore, música e tradições culinárias.

Estes lugares de memória se configuram no conjunto do patrimônio cultural de determinado grupo social. O conceito de patrimônio cultural utilizado é o de Funari e Pellegrini (2006). Para estes, ele corresponde aos bens herdados. É construído social e historicamente, e ligado a um grupo. A popularização do cristianismo fez com que este conceito ganhasse um sentido coletivo.

Outro conceito de patrimônio discutido é de Choay (1999). Para este, é uma criação deliberada de forma posteriori pelo olhar do investigador que seleciona alguns monumentos que representam apenas uma pequena parcela frente aos demais. Ou seja, a partir de critérios pré-estabelecidos são atribuídos valores culturais, artísticos e históricos ao monumento.

O conjunto cultural e simbólico vinculado a identidade étnica ítalo-brasileira é revestido de positividade. Seu universo cultural está ancorado na tríade terra, trabalho e família, como aponta Tedesco (1999). Este autor aborda a criação do *ethos* do colono italiano ancorado na lógica da propriedade da terra, onde a família se torna a unidade produtiva. Todo o cotidiano familiar se encontra envolvido no trabalho e no progresso econômico para quitar o lote de terra e assim poder ampliar sua propriedade agrícola, sendo que aquele que não prospera economicamente é visto como preguiçoso. Vincula-se ainda os valores do catolicismo camponês e a noção de compadrio presente nos mutirões e nas fundações das comunidades e associações religiosas no interior das linhas.

Sobre os elementos *contadinos* do Vêneto da grande imigração que foram transplantados para a América, Beneduzi (2011) efetua o levantamento histórico da terra e do período histórico de partida dos antepassados destes imigrantes. Tendo como base os aspectos culturais que formaram a mentalidade dos colonos italianos que vieram a ocupar o sul do Brasil, o autor demonstra as permanências nos hábitos e costumes, evidenciando uma ligação transterritorial e transtemporal entre os dois mundos.

O autor ainda busca, no passado mítico da travessia do oceano, os elementos que provocam o sentimento de nostalgia dos descendentes de imigrantes, os ítalo-brasileiros.

São esses elementos que embasaram a construção imagética e a formação desta identidade étnica.

Por sua vez, a identidade étnica não é homogênea, como aponta Zanini (2006). Há diferentes interesses em jogo. Para os colonos, os elementos e signos acionados na representação dessa identidade se referem aqueles do tempo dos “nossos avós”. Já para o grupo urbano, a um recorte mais estilizado. Busca-se, no passado mítico das origens, o elemento que os liga a Itália dos dias atuais. Em suma, existem italianidades.

Pretende-se, no desenvolvimento deste trabalho, evidenciar a construção desta identidade étnica, que não é homogênea, através da análise dos elementos da cultura material e imaterial pertencente a eles. Destaca-se que é produto de seu tempo e foi produzida e reproduzida nas relações sociais cotidianas e, como toda a cultura, passou por processos de invenção e reinvenção das tradições para, assim, estabelecer relações de poder e diferenciação social.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL.

Os imigrantes do que se convencionou denominar de etnia italiana saíram do antigo continente durante o processo de Unificação da Itália. Naquele período, o país não possuía as extensões territoriais que apresenta atualmente, sendo que os limites territoriais da Itália que conhecemos hoje são resultado de um processo tardio de unificação de diferentes reinados, províncias e ducados.

Sendo assim, a luta do Estado italiano para juntar sob uma mesma bandeira, cultura, língua e pessoas de diversas regiões, com costumes e línguas distintas, fez com que o antigo modo de vida camponês se chocasse com o novo modelo cultural e social que era imposto. Os colonos não se identificavam com este novo modelo cultural, mas sim com a identidade cultural da província, reinado ou ducado onde pertenciam. Eles viram, no estabelecimento em terras longínquas fora do alcance da imposição do crescente estado italiano, um local propício para se preservar, manter e reproduzir seus costumes e cultura.

O início do processo de imigração de italianos para o Brasil coincide com o período final do Império, abolição da escravidão e fundação da República brasileira, ou seja, anos finais do século XIX e início do XX, quando uma série de mudanças estruturais ocorrem no país, como a substituição da mão-de-obra escrava pela do camponês europeu.

Até os anos de 1915, registra-se a imigração de mais de 14 milhões de italianos. Neste mesmo período, o Brasil, a Argentina e a Venezuela receberam cerca de 7.622.650 imigrantes. Este processo ocorre num período em que o estado italiano luta para unificar culturalmente a nação italiana (SCALABRINI, 1979).

No século XIX, a Itália era o país mais populoso da Europa com uma densidade populacional de 107 habitantes por quilometro quadrado, a Alemanha possuía uma densidade populacional de 97 habitantes por quilometro quadrado. Resolveu-se isto através da emigração, sendo o país italiano o que mais emigrou cidadãos. Segundo Ianni (1972), a Itália transformou seus co-irmãos em mercadoria e acumulou grandes cifras monetárias com a expatriação. As regiões com maior registro de imigrantes enviados para a América se localizam no norte italiano, nas regiões de Piemonte, Lombardia, Trentino e Vêneto.

A expatriação dos camponeses italianos se tratou de uma lucrativa trama comercial.

Da saída da Itália até a chegada em seus lotes de terra, os imigrantes estavam expostos a vários atravessadores que, assim, aumentavam seus ganhos às custas do endividamento daquela população pobre. De acordo com Maestri (2000, p. 28):

Contratando a partida, transportando os expatriados e vendendo terras aos emigrantes, as empresas de navegação, as companhias de emigração, os agentes e intermediários, etc. enriqueciam-se. Uma complexa trama de interesses articulou-se em torno da emigração. Na Itália, a emigração descomprimiu tensões sociais e reforçou estruturas sociais arcaicas, funcionando como válvula de segurança social.

Ou seja, esse grande êxodo camponês se insere dentro da lógica do sistema capitalista internacional de acomodação populacional para o seu pleno desenvolvimento. Dessa forma, interessava para o estado italiano resolver esta questão e a expatriação foi uma medida. Já no Brasil, fazia-se necessária a substituição da mão-de-obra cativa e também havia o ideal de branqueamento da população no país.

Porém, o excesso populacional não é a única causa da emigração. Esta razão por si só, não explica o abandono permanente do camponês vênето de sua terra ancestral. Estes já estavam habituados com migrações temporárias dentro da Europa, algo comum naquele período. Além disso, havia alteração visível no modo de vida e na incapacidade de sobrevivência digna através do trabalho na terra, bem como, estavam sujeitos às sucessivas guerras políticas que ocasionavam instabilidade política, econômica e social.

O Vênето também foi acometido de períodos de baixa produção de cereais, principal item cultivado, em função de intempéries climáticas, provocando um quadro de miséria na população campesina, além de doenças ocasionadas pelo baixo índice nutricional da dieta a que estavam limitados. A má colheita, a pequena retribuição da mão-de-obra, os preços altos dos produtos derivados do trigo e vinícolas, somados à miséria, à subalimentação e à exploração, foram fatores que motivaram a grande emigração de camponeses para a América (FRANZINA, 2006).

Há também os fatores de atração que motivaram os camponeses do Vênето a emigrarem para a América. Havia uma propaganda muito grande no continente europeu que mostrava uma América rica, com terras férteis e abundantes, um lugar onde haveria prosperidade e abundância.

Esta grande emigração está ancorada dentro do processo de consolidação do capitalismo. A unificação da Itália não rompeu com as estruturas de poder, ao contrário, reacomodou-as para atender os interesses da classe dominante. Altas taxas de impostos

coagiram os pequenos proprietários de terras a vendê-las para o latifúndio. Essa grande população liberada dos seus laços camponeses não foi absorvida por completo pelas cidades. Soma-se a isso as doenças como a pelagra, a cólera e a malária. Essa população foi lançada à marginalização e à miséria, provocando um clima de pressão no país (COSTA, 1976).

O final do século XIX é marcado por uma profunda crise agrícola no norte da Itália. As mudanças nas relações servis e de acesso à terra expulsam a massa camponesa das propriedades rurais. Além disso, a indústria em ascensão, principalmente lanífera, não deu conta de absorver tamanho contingente populacional ocioso. O quadro de miséria endêmica a que estavam submetidos contribuiu com o grande êxodo. De acordo com Franzina (2006), o processo emigrantista se tornou um projeto de Estado, no qual era explorada a ideia de uma expansão colonialista na região do Prata.

Ainda, este autor aponta para os fatores de expulsão e atração que integram esse fenômeno migratório. A América possuía grandes extensões de terras disponíveis para a exploração agrícola, assim, atraindo estes camponeses desejosos de possuírem terras e nela trabalharem. De acordo com Franzina (2006, p. 84):

Entre 1876 e 1901, ano em que foi aprovada pelo Parlamento italiano a única lei orgânica sobre emigração, emigraram da Itália quase 6 milhões de cidadãos, divididos quase igualmente entre temporários e “transoceânicos”.

Sendo o Vêneto a região que mais alimentou esse fluxo migratório, a partir de 1887 os números aumentam substancialmente, evidenciando “uma verdadeira fuga de massas”.

Entre os anos de 1879 e 1880 a condição adversa do clima estimulou consideravelmente a expansão do movimento migratório. No contexto internacional, soma-se ainda o desenvolvimento das navegações transoceânicas e do capital, a facilidade dos novos meios de transportes (navio e trem) e desejos de melhoria de vida, impactada pela crise de 1870. A América acaba sendo o grande objetivo destes camponeses como possibilidade de uma existência mais digna e de construir propriedade (SCALABRINI, 1979).

Para Scalabrini (1979, p. 55),

(...) enquanto as nações modernas, na unificação e consolidação definitiva de

seus governos encontraram a força da coesão e da expansão, a Itália, por entre lutas regionais e principescas, foi empobrecendo pouco a pouco, até perder qualquer poder; ademais enquanto as outras nações se assentavam senhorilmente nos antigos e nos novos continentes, apoderando-se de riquezas imensas, a Itália perdia toda a influência política não apenas no mundo, como ainda sobre os mares que a circundavam “lagos italianos”, sendo quase que excluída daqueles mesmos portos onde seus mercadores haviam conseguido um monopólio secular.

Em suma, restava o Novo Continente, a América, para que os camponeses italianos pudessem tentar a sorte de construir novas vidas e possuir algo. Scalabrini (1979), assim como Ianni (1972), também aponta para as precárias condições nas quais eram transportados até seu destino: em navios com um número maior de passageiros do que o permitido pelo regulamento, e alojamentos superlotados. Sendo que, durante a travessia oceânica, muitos vinham a morrer em função de problemas de saúde, e eram “enterrados” no mar.

Estes camponeses da região do Vêneto, em sua maioria, migraram para o sul do país com o objetivo de se tornarem proprietários de suas terras. Com isso, também atendendo a necessidade do projeto colonizador do Estado brasileiro que via no imigrante europeu o colono ideal portador de progresso e civilidade.

## 2.1 INÍCIO DA VIDA NO BRASIL.

Na chegada ao Brasil, pelo porto de Santos, os navios geralmente aportavam por alguns dias até a regularização da condição dos colonos e a definição de para qual região iriam se dirigir. As primeiras levas migratórias substituíram a mão-de-obra recém liberta dos africanos nas lavouras de café em São Paulo. Outra região que recebeu muito imigrante italiano foi o Espírito Santo e por fim o Rio Grande do Sul, para ocupar as áreas denominadas devolutas como a serra, onde foram estabelecidas as Colônias Velhas, e norte e noroeste nas Colônias Novas (SCHMIDT, 2009).

A travessia do oceano se dava em navios superlotados e em precárias condições que Scalabrini (1979) aponta como omissão de assistência por parte de ambos os Estados, Itália e Brasil. Com ausência de médicos, esses imigrantes atravessavam em condições insalubres e por demais interioranas. O autor vincula a questão da emigração italiana com a necessidade do estabelecimento de uma instituição de caráter assistencialista na América ligada à Igreja Católica, uma vez que defende a necessidade

religiosa para a manutenção dos valores pátrios.

De acordo Scalabrini (1979), nos países que receberam os imigrantes italianos, foram fundadas sociedades de mútuo socorro, de previdência e de beneficência. Na Colônia Erechim, ocorreu, em 1915, à fundação da Societá de Mútuo Socorsso XX de Setembro, com data de fundação em 20 de setembro de 1915, levando em seu primeiro nome a data de unificação do estado italiano, ou seja, o nome é uma reverência a pátria materna de seus integrantes. Calliari (2001) aponta que, no período final da década de 1920, havia uma população total na referida colônia de 70.000 habitantes, destes, 40.000 considerados italianos.

Ainda segundo Scalabrini (1979), havia a existência de mais de 700 sociedades de apoio mútuo no exterior e aproximadamente 150 escolas públicas, religiosas e coloniais que atendiam aproximadamente 30.000 alunos com professores italianos que ensinavam a língua, a história e a cultura do país de origem. Em Erechim, existia a Escola do Professor Mantovani. Esta foi à primeira escola da localidade, fundada em 1917 por Carlos Mantovani, que ministrava suas aulas no dialeto italiano.

A escola e a igreja eram instrumentos de manutenção cultural. Constantino Ianni (1972), em sua Obra “Homens sem Paz”, afirma que o propósito da emigração era o de estender o estado italiano em outro território, ou seja, fundar colônias políticas na América com o intuito de obter remessas dos que trabalhavam no novo continente.

Há um trecho que chama atenção no texto de Scalabrini (1979, p. 167) para ilustrar esse contexto:

As colônias políticas tornaram-se o instrumento mais poderoso de conquista e expansão usados pelos romanos, e constituíram uma forma realmente “romana” de se chegar aos objetivos da emigração. Por colônia agrícola-comerciais, ou de infiltração, entendemos as que visam estabelecer em outros países, núcleos populacionais de uma determinada nacionalidade; dedicando-se ao comércio, à indústria e a agricultura, vivem entre povos estrangeiros sem perder o caráter nacional próprio.

Na leitura dos textos de Scalabrini (1979) e Ianni (1972), o entendimento é o de que o grande êxodo de camponeses italianos para a América era apenas de cunho lucrativo. Um negócio de Estado, onde empresas privadas e agenciadores, bem como o próprio governo italiano, fizeram uso da emigração, objetivando o lucro e desconsiderando os aspectos humanitários, bem como o intuito de estender culturalmente a Itália. Enviavam os lucros gerados pela produção aqui desenvolvida nas colônias agrícola-comerciais

através das remessas que eram constantemente enviadas para a família no seu país de origem. Além do lucro das empresas que atuavam no recrutamento, envio e transporte dos emigrantes. Este programa de emigração se tornou um dos principais pilares da economia, acumulando grande número de divisas.

João Batista Scalabrini foi um missionário ligado à Igreja Católica visto como italianista. Acreditava numa Itália para além da fronteira política, sempre tendo como base o catolicismo como fator de união e identificação deste povo para com a pátria mãe. Nota-se que uma das primeiras atividades a serem desenvolvidas pela comunidade foi a fundação de uma capela. O autor apontou ainda que, onde houvesse acúmulo de imigrantes desta etnia, haveria a necessidade de um sacerdote da mesma língua, ou seja, a igreja e a religião funcionariam como um dos instrumentos de produção e reprodução da cultura materna bem como a escola. De acordo com Scalabrini (1979, p.217),

Essa atividade religiosa deve ser completada pela escola, onde os filhos dos migrantes possam aprender, juntamente com as primeiras noções de leitura, da escrita e da matemática, a língua do país que será sua nova pátria, bem como a língua da pátria de origem, já que um elemento muito importante para a conservação da fé é precisamente o sentimento das origens, adequadamente cultivado pelas gerações americanizadas.

Percebe-se que não há uma negação, ou um sentimento de promover o isolamento de seus co-irmãos por parte do autor, mas o intuito de preservar os laços com a pátria mãe, tendo como base o catolicismo, e também aponta para a necessidade de aprender a língua da região onde estavam sendo instalados, pois, para ele, “a língua é um misterioso meio de conservação da fé” (SCALABRINI, 1979, p. 218). Ou seja, para a manutenção da fé católica, a preservação da língua era importante.

Já Constantino Ianni (1972) aborda a questão da formação da identidade étnica italiana na América, bem como trata das condições em que estes imigrantes são expatriados. De acordo com o autor (p. 113-114):

Mas na América ele se tornou italiano, no sentido de que começou a ter consciência do fato, mesmo quando os nacionais o chamassem apenas de ‘napolitano’ ou de ‘siciliano’. Em geral o chamavam ‘italiano’ como aos outros ‘português’ ou ‘espanhol’ ou ‘alemão’ algumas vezes até com sentido pejorativo, e então com a ‘consciência nacional’ começou também a nascer no emigrado a necessidade de defender a ‘sua’ nacionalidade. ‘Sentir-se’ italiano era uma nova dimensão de sua personalidade.

Ainda ao longo de sua obra “Homens sem paz”, Ianni (1972) se utiliza também de discursos oficiais de integrantes do governo italiano onde sustenta a tese de que para o Estado, era lucrativo trocar cidadãos (mão-de-obra) por divisas. Como foi negado a estes o direito de viver dignamente em seu país, devido as condições sociais precárias, foram coagidos a migrar. Até o ano de 1960, aproximadamente meio milhão de italianos emigraram para fora de seu país. Entre os anos de 1869 e 1962, foram 24 milhões de pessoas, ou seja, 48% da população do Vêneto.

Enquanto a Itália precisava resolver o problema demográfico, o Brasil em contrapartida estava desenvolvendo um projeto colonizador que necessitava da imigração europeia para ser executado. A vinda da família real para o Brasil configurou uma ruptura na política de ocupação, produção e exploração brasileira dentro do contexto modernizador. A abertura dos portos e a transformação da estrutura ocorreu em função da adequação para o novo sistema econômico emergente. A Lei de Terras, por exemplo, data de 1850 e transformou a terra em valor monetário, Zarth (2002, p. 47) afirma que:

A Lei de Terras, como instrumento de controle da propriedade da terra, através da qual se pretendia impedir o livre acesso ao solo pelos colonos imigrantes e agricultores nacionais, é uma questão colocada com unanimidade na literatura brasileira sobre o tema.

A partir de então, novas políticas são pensadas e adotadas, bem como o incentivo à imigração de colonos europeus, tendo como intuito o branqueamento da população brasileira e, dentro do regime de pequenas propriedades policulturas, possibilitar a produção de gêneros de primeira necessidade para abastecimento do mercado interno. A integração das diferentes regiões do país e a criação de uma classe média que ampliasse o mercado interno consumidor também foi um dos objetivos estabelecidos (PETRONE, 1982).

Com isso, a imigração italiana para o Brasil está intimamente atrelada à abolição da escravidão e serve como substituta da mão-de-obra nas lavouras de café. Outro objetivo era o aproveitamento das terras devolutas do Estado e início do desenvolvimento da agricultura, pois os latifúndios monocultores não produziam sua própria subsistência.

Outro fator importante quanto à política de colonização adotada nos três estados do sul do país, em área de fronteira internacional, é geoestratégica de manutenção de fronteiras, ou seja, serviriam de barreira aos ataques dos países vizinhos. Era necessário ocupar a região para fins estratégicos. O *uti possidetis*, ou seja, tomar posse das regiões

com pessoas de identificação brasileira, principalmente em regiões de fronteira internacional, objetivando-se a tomada de posse do território despovoado (ZARTH, 2002).

Na América, essa população de colonos, despida da posse da terra no velho continente, vê-se com a possibilidade do acesso à propriedade fundiária. As grandes migrações transoceânicas se inserem no contexto do desenvolvimento industrial e desempenham papel bem definido, ou seja, a acomodação populacional para o desenvolvimento pleno do capitalismo. Sendo assim, a pequena propriedade empregando mão-de-obra familiar seria subsidiária do latifúndio, produzindo gêneros alimentícios. Ou seja, o modelo camponês venêto é transposto para o sul do Brasil.

Esse modelo de colonização, através do regime de pequenas propriedades, permitiu a valorização da terra a baixo custo, o que agradava ao interesse capitalista da época. A elevação do preço da terra limitava o seu acesso, tornando o imigrante possuidor de pequenos lotes, mantendo a dependência. Ocorria assim a mercantilização do solo (ZARTH, 2002).

Quanto ao sonho italiano de “fazer a América”: “Ser dono de um pedaço de terra para trabalhar nela e tirar dela o sustento da família, era o ideal máximo do imigrante, era o núcleo de seu pensamento e de sua ação.” (PETRONE, 1982, p. 51).

Ou seja, no Brasil, a vida idealizada pelo colono era aquela sem patrão, onde o colono se tornava dono de sua própria história. Inicialmente, a Colônia Erechim foi projetada para receber imigrantes de diversas nacionalidades, compondo sua população com habitantes originários daqui, alguns vindos das Colônias Velhas e outros imigrantes de origem europeia. A empresa colonizadora tomou cuidado para vender os lotes de forma a não acumular grande número de imigrantes de uma mesma etnia na mesma linha<sup>2</sup>, porém, os imigrantes trocavam de lote entre si para assim ficarem próximos de seus compatriotas. Para Zarth (2002), “A linha determinou a estrutura social e a unidade orgânica do povoamento.” (p. 115).

Ao serem instalados, estes colonos iniciaram a derrubada da mata e a construção das suas moradias e benfeitorias em geral (estábulo, galinheiros, pocilgas e o paiol). Tendo em vista que a região era coberta de floresta e por grandes árvores, havia matéria-prima em abundância. Manfroi (1975) aponta para a troca de conhecimento que ocorreu

---

<sup>2</sup> A grande fazenda era dividida em linhas, ou seja, as quadras ou lotes de terra eram atravessados por uma estrada vicinal chamada de linha. Ao fim de uma linha projetava-se a construção de uma comunidade, com igreja, cemitério e salão comunitário. (MANFROI, 1975).

com a população cabocla e indígena. Para ele, os imigrantes adotaram as técnicas indígenas de derrubada da mata, bem como na prática da agricultura de pousio, ou seja, rotação. Aprenderam, assim, diversas técnicas de manejo ambiental e uso do solo com a população já estabelecida aqui. Manfroi (1975, p. 119) afirma que:

Essa extraordinária fertilidade da terra, após a derrubada da mata, criou nos imigrantes do RS a convicção de que as melhores terras para a agricultura eram as da mata e foi uma das razões da rápida conquista de todas as regiões florestais ainda desertas.

A derrubada da mata e a exploração da madeira foram às primeiras atividades econômicas exercidas na colônia. Surgiram assim madeireiras e atividades subsidiárias ligadas à madeira. Tendo em vista que a região possuía extensos ervais nativos, o extrativismo da erva-mate desempenhou significativo papel no norte gaúcho.

Em um segundo momento, surge uma incipiente indústria ligada à transformação do excedente e a materiais de construção e implementos agrícolas. Na segunda metade do século XIX, os gêneros alimentícios assumiram um papel importante na pauta de exportações do estado, abastecendo inclusive o mercado interno (banha, farinha de mandioca, feijão, batata inglesa, fumo e vinho). Esta produção era escoada pela estrada de ferro para o mercado consumidor mais distante (GERHARDT, 2011 e 2016).

Os primeiros imigrantes utilizaram, no início, o sistema de pousio, derrubavam a mata, faziam à queimada e plantavam milho, feijão e mandioca, entre outros gêneros. Tendo em vista que os lotes de terra eram de pequena dimensão, e o pousio curto, esse método levava ao rápido esgotamento do solo. O sistema de rotação melhorada insere a criação de gado, assim, utiliza-se uma maior variedade de espécies de plantas e a tração animal. Ampliando também a criação de animais, utilizando-se o adubo animal na produção agrícola (GIARETTA, 2008).

Esse modelo de pequena propriedade rural explorado através da mão-de-obra familiar e sob a autoridade do pai, tornou possível a manutenção e reprodução do modelo camponês vênето. Ou seja, aquele conjunto cultural e simbólico do camponês vênето foi a base para o surgimento desta cultura étnica italiana singular encontrada no Rio Grande do Sul.

## 2.2 O PROJETO COLONIZADOR NO RIO GRANDE DO SUL.

É somente a partir de 1889, com a fundação da República, que o Estado passa a interferir diretamente nas colônias, criando projetos de colonização para as áreas que restavam por ser ocupadas no sul do país. Essa região de fronteira internacional já apresentava os seus limites políticos estabelecidos, porém necessitava consolidar uma fronteira de ocupação humana e precisava ser devidamente ocupada por uma população que se auto reconhecesse brasileira, ou seja, o estado precisava tomar posse dos rincões mais afastados e garantir assim barreira humana contra a ocupação estrangeira no sul.

Esse projeto colonizador passou a ser executado por companhias colonizadoras e também pelo Estado, ou seja, o Estado concedeu a posse das terras para que estrangeiros lucrassem com a colonização dessas regiões. A Colônia Erechim ficou a cargo da ICA (Jewish Colonizations Association) e da Luce Rosa, que demarcou e vendeu os lotes para os colonos imigrantes europeus. O tamanho dos lotes variava entre 20 a 25 hectares, configurando-se pequenas propriedades policultoras com mão-de-obra familiar. (GRITTI, 1997).

A pequena propriedade surge como subsidiária dos grandes latifúndios e daria início ao desenvolvimento da agricultura. Para o estado brasileiro, o europeu era visto como portador de progresso, de técnicas mais avançadas, era o modelo de colono ideal, visto que o caboclo e o indígena estavam ligados a técnicas mais rudimentares de produção, ou seja, não seriam capazes de desenvolver uma agricultura que desse conta de produzir em excedentes (PETRONE, 1982).

O estado do Rio Grande do Sul, com exceção da Serra do Rio Uruguai e das Colônias Velhas, estava todo nas mãos de grandes estancieiros, ou seja, ligados á atividade agropastoril. Já o latifúndio estava ligado a uma classe militar e política fortemente instalada no poder (ZARTH, 2002).

O latifúndio produzia artigos voltados à exportação, sendo assim, o mercado interno era deficitário. A pequena propriedade seria responsável pela produção de gêneros de primeira necessidade para abastecer o mercado interno. No que se refere ao país, estava posto um projeto de branqueamento da população e a consolidação do Estado Nação. O projeto colonizador desenvolvido encontrou na população de imigrantes italianos e alemães aquilo que considerava o “tipo ideal de colono” para alavancar o desenvolvimento e progresso através da ordem.

A narrativa de prosperidade e progresso, bem como de civilidade é reproduzida pelos descendentes destes imigrantes nas atuais regiões coloniais do sul do país, o que

reforça o discurso do imigrante italiano laborioso, que sofreu e superou os obstáculos, progredindo economicamente. Há uma homogeneização no discurso ufanista como se todos tivessem obtido êxito, no entanto, nem todos progrediram economicamente, sendo desconsiderados no discurso oficial.

Essa construção imagética positiva do imigrante italiano vai ao encontro dos ideais do estado positivista brasileiro: o progresso pela ordem. O estado do Rio Grande do Sul, um dos que mais recebeu imigrantes italianos no final do século XIX e início do XX se encontrava dirigido pelo PRR, partido ligado aos ideais positivistas de August Comte que embasaram a fundação das colônias agrícolas no sul do país (GRITTI, 2004).

O projeto colonizador foi desenvolvido através de companhias colonizadoras, ou seja, a partir de 1850, com a Lei de Terras, foi possível a venda de terras públicas para fins de colonização por terceiros, ocorrendo a privatização das áreas devolutas, transformando-a em mercadoria. Para Maestri: “No Brasil, a Lei de Terras foi concessão aos escravistas e golpe nas propostas de colonização e de democratização da propriedade fundiária, já que pôs fim à possibilidade de distribuição de terra aos despossuídos e diminuiu as vantagens dos imigrantes.” (p. 20).

Outra alteração na legislação que dificultou o acesso à terra foi a Constituição republicana de 1891. Esta transferiu aos estados as terras públicas, sendo assim, vastas áreas dos três estados do sul do país foram colonizadas por companhias particulares.

Os lotes eram divididos e possuíam geralmente 25 hectares. Ao comprá-los, o imigrante permanecia vinculado à companhia até a quitação da dívida. Não é raro o caso daqueles que não conseguiram quitar seus débitos, pois também adquiriam ali insumos e instrumentos básicos necessários para iniciar os trabalhos de derrubada de mata e plantio das primeiras lavouras (MAESTRI, 2000).

Para dar seguimento a essas tarefas, o colono adquiria ferramentas, utensílios e insumos da companhia colonizadora. Ou seja, comprava tudo o que era necessário ali, e assim, via sua dívida crescer e com isso acabava aumentando o seu vínculo com a empresa que promovia a colonização.

As companhias colonizadoras promoviam, desta maneira, o atrelamento do colono a ela, endividando-o ainda mais. Alguns imigrantes não deram conta de quitar seus débitos junto a elas e por isso perderam suas terras, engrossando o movimento dos trabalhadores rurais despossuídos que foram marginalizados pela sociedade. No entanto, no discurso oficial, estes casos são invisíveis, com predominância apenas para o sucesso

e o progresso.

### 2.3 A CULTURA CONTADINA VÊNETA.

A palavra “colono” deriva da língua de Roma, da palavra *colo*, quer dizer aquele que ocupa a terra, que a cultiva e nela trabalha. A palavra cultura, culto e colonização possuem a mesma derivação, segundo Bosi (1992). “Colo é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar.” (p. 11). O *colonus* é aquele que cultiva uma propriedade rural.

Seguindo esta lógica, a palavra *cultus*, remetida no passado, referia-se ao campo já trabalhado e plantado por sucessivas gerações de trabalhadores do campo. Os camponeses da região do Lácio chamavam de *culta* as plantações, referindo-se a algo que era cumulativo, o ato em si de cultivar. “*Cultus* é sinal de que a sociedade que produziu o seu alimento já tem memória.” (Bosi, 1992, p. 13).

Esta palavra liga o conceito de camponês, que é aquele indivíduo que está preso à terra, a ação do seu cultivo, da qual tira o seu alimento e depois se abre para abrigar seu corpo morto. *Cultus* também se refere ao culto aos mortos.

A possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas. É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca. No mundo arcaico tudo isto é fundamentalmente religioso, vínculo do presente com o outrora-tornado-agora, laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustentam a sua identidade. (Bosi, 1992, p. 15).

Ainda:

“*Cultus* (1): o que foi trabalhado sobre a terra; cultivado;

“*Cultus*(2): o que se trabalha sob a terra; culto; enterro dos mortos; ritual feito em honra dos antepassados.” (BOSI, 1992, p. 15).

O conceito de cultura está imbricado, enraizando na experiência do passado sendo ligação de um passado mítico no presente. Por isso, há relações de poder contidas no simbólico. O conceito de aculturação refere a sujeitar um povo, adaptá-lo tecnologicamente a um padrão tido como superior. É no século XVIII que a noção de cultura e progresso se aproxima sob o viés do domínio da natureza através da ordem.

O termo cultura está ligado tanto ao trabalho do solo quanto ao trabalho social, ou seja, “é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social.” (BOSI, 1992, p. 16).

Por isso, no processo de colonização, o imigrante trouxe consigo o seu conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que, de geração em geração, foram moldando, elaborando e reelaborando determinado grupo social. Tal prática permitiu criar, no sul do Brasil, uma sociedade singular ligada a cultura italiana camponesa que se mantém até os dias atuais.

Esta cultura, por sua vez, não era homogênea. A Itália do século XIX, do período migratório, não se encontrava unificada ainda politicamente. A região do Vêneto, ao norte do atual país, estava sob domínio ora austríaco ora francês. Até o ano de 1797, a região integrava o domínio da Sereníssima, ou seja, da República de Veneza. Com a queda do seu domínio, o Vêneto é dividido entre franceses e austríacos. É uma constante para os camponeses do norte italiano, o domínio político e territorial por estrangeiros, que eram vistos como forasteiros e ameaçavam seus costumes ancestrais.

Tal conjuntura viria a ser alterada apenas em 1866, quando o projeto unificador da casa de Savoia vence. Segundo Beneduzi (2011), a República de Veneza é ligada a ideia de maternidade:

Torna-se parte, dessa forma, daquilo que foi marca no *Ottocento* europeu: a busca da tradição, das marcas de uma sociedade camponesa que cada vez mais vai perdendo espaço no desenvolvimento de novas relações urbanas e manufatureiras. No Vêneto, em especial, percebe-se uma comunidade que se vê sempre mais desajogada de práticas seculares e, conjuntamente, a decadência de estruturas sociais e políticas seculares. O mundo lento das relações semiserviço do campo, ao longo do século da Ciência, vai cedendo espaço à aceleração das relações capitalistas de produção, findando com o rompimento de laços de sociabilidade e pertença a uma estrutura cultural anterior que a emigração trará. (p. 43 e 44).

O processo inverso ocorre quando as transformações sociais ameaçam a estrutura cultural e social desse grupo, ocasionando um efeito de conservação dos traços culturais camponeses vênéticos. Enquanto as transformações sociais cada vez mais aceleradas ocorrem, os camponeses assumem uma postura mais intransigente dos seus costumes. De acordo com Franzina (2006), o Vêneto era uma sociedade rural estática sob intenso controle do clero e da igreja. A grande emigração pode ser entendida também como uma forma de resistência sutil ao processo de unificação da Itália.

Para Beneduzi (2011), houve um sentimento de nostalgia, porém ligado a República de Veneza. Quando, da sua saída da Itália, o camponês ainda não fora tocado pelo sentimento nacionalista do crescente Estado Nacional. O que ocorre é uma rememoração da antiga época do Vêneto do *Ottocento*, é uma trilha saudosista de um passado glorioso. É esse sentimento que os imigrantes trazem consigo para a América, e em especial para o Rio Grande do Sul.

O sentimento de apego a uma identidade estrangeira que é evocada pelos imigrantes italianos e seus descendentes na região colonial do sul do Brasil, refere-se a um modo de vida camponês do Vêneto do período da República de Veneza. É aquela estrutura social camponesa que estes transportam, produzem e reproduzem em solo brasileiro. Porém, como toda cultura, não escapa da ação do tempo e sofre alterações, ocorre um processo de entrecruzamento e interpenetração.

O temor ao novo e ao tradicionalismo católico mais uma vez estão presentes enquanto traços dessa cultura veneta do século XIX, marcada pela formação rural da população da região. Assim, a lírica regional do final do *Ottocento* insistirá nessa vocação moralista e na desconfiança orgulhosa, o que dá a parecer como uma impotência ante o transcurso da própria história. (Beneduzzi, 2011, p. 58.).

Outra característica importante que marca a cultura *contadina* trazida para o Brasil é o forte caráter religioso. Isto colabora na manutenção de aspectos culturais e sociais. A igreja católica sempre foi uma presença constante nas Colônias Velhas e também nas Colônias Novas ao norte, influenciando no aspecto conservador e na manutenção de costumes. Registra-se a presença de padres missionários, fundações de organizações religiosas nas comunidades, capitéis e etc. As igrejas funcionavam como base na organização social das comunidades.

Essa identidade veneta é inspirada em um passado idílico e pelo saudosismo de uma Veneza desterritorializada. O Vêneto é anexado ao Reino da Itália em 1866. Essa troca de domínio político em pouco ou nada alterou a relação do campesino com o poder público ou com relação ao acesso a terra.

No Vêneto, assim como nas demais províncias, havia uma identidade regional muito marcada e fortemente ligada ao Papa. Com a unificação, estes regionalismos foram combatidos por Roma, criando uma identidade unificadora e imposta pelo Estado Nacional. Para Beneduzi (2011):

Entretanto, a construção imagética desse Vêneto já um pouco descrito não se dará no imediato pós-unificação, mas será uma elaboração simbólica paralela ao processo construtor do sentimento de pertença à Itália, de uma italianidade. Assim, a educação será um dos elementos-chave para a identidade nacional/regional, bem como a utilização emblemática dos símbolos pós-unitários e a marca do arraigado catolicismo tradicional (p. 62).

Os camponeses do Vêneto eram católicos intransigentes e, por isso, resistentes à imposição da unidade cultural do Estado Nacional. A unificação viria a romper com o poder papal nas províncias, o que ameaçava o modo de vida camponês. No Brasil, essa ameaça não ocorria, sendo a igreja a base da estruturação social do imigrante italiano em comunidades.

O modelo camponês vênето passou a ser reproduzido na região colonial no sul do país. Havia duas esferas de produção, a de subsistência e a mercantil, voltada ao acúmulo de moeda para quitação dos lotes de terras. As condições nas quais viviam passavam a ideia de que o cotidiano familiar girava em torno do ideal de trabalho. O lazer e o descanso eram vistos como negativos. Essa característica irá embasar a imagem de colono ideal e de prosperidade vinculado ao imigrante italiano e seu descendente, como segue:

A original estruturação e inserção da economia colonial na sociedade gaúcha e brasileira deu origem a uma realidade cultural singular, nova em relação à pátria de partida e à terra de acolhida. O minifundiário, o meeiro e o assalariado italianos metamorfosearam-se no camponês pequeno proprietário sulino. Inseridos em um novo contexto econômico, geográfico, social, etc., o imigrante e seus descendentes jamais tornariam a ser italianos, sem jamais serem totalmente gaúchos, ao menos na acepção do termo, na época (Maestri, 2000, p. 88).

Os imigrantes construíram suas vidas com certo grau de autonomia, longe de autoridades estatais, o que contribuiu para uma homogeneização cultural e linguística, com predominância vêneta, fazendo uso do dialeto e não do italiano oficial. Contribuíram ainda para essa homogeneização cultural, a unidade religiosa entorno do catolicismo e as escolas italianas. O aspecto religioso passa também pela organização da vida do grupo vicinal.

#### 2.4 QUEM É O CAMPONÊS QUE MIGRA PARA O BRASIL? A CONSTRUÇÃO DA ITALIANIDADE VÊNETA LIGADA AO CONCEITO DE TRABALHO.

Na década de 1870, são criadas, pelo governo provincial, as primeiras colônias na

região da Encosta Superior do Planalto. São elas: Conde D'Eu, Dona Isabel e Caxias. Majoritariamente, a população que ocupa essa região sai do norte da Itália. E entre os anos de 1875 e 1914, cerca de 84.000 imigrantes italianos entram no Rio Grande do Sul. A partir de 1880, a frente de ocupação avança rumo à região norte do estado.

A chamada terceira região agrícola da Itália produziu um excesso demográfico camponês, originado das estruturas pré-capitalistas. Isto ocorreu como resultado da divisão da pequena propriedade na empresa agrícola e em função da conjuntura que se inicia a partir de 1870, da crise agrícola e da depressão econômica. O modelo produtivo de pequena produção independente e em escala de subsistência praticado no Vêneto é transferido para as colônias no sul do Brasil.

Em solo gaúcho, essa população é instalada em pequenos núcleos coloniais, ao longo do tempo estes são transformados em zona de comércio e de indústria. A casa comercial assume a centralidade da vida econômica da linha vicinal. É ela que faz a ligação entre o grande mercado consumidor e o pequeno agricultor, vendendo a produção excedente de gêneros alimentícios e trazendo bens de consumo, utensílios agrícolas, dentre outros, que não era produzido localmente.

A pequena propriedade mantida com mão-de-obra familiar desenvolveu a agricultura voltada à subsistência e a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado interno, bem como das metrópoles. As técnicas de cultivo, no início, eram do tipo indígena (método de coivara que consistia na rotação entre áreas em pousio e cultivadas) com predominância do milho. Mais tardiamente, foram introduzidas as culturas do centeio, a cevada, o feijão, a batata-doce, a cana, a mandioca, o arroz e o trigo. Outra atividade econômica praticada de suma importância na vida econômica do grupo familiar era o artesanato (HEREDIA, 1997).

Para Beneduzi (2011), a emigração italiana e alemã era numerosa no estado sulino e construiu uma cultura singular além de contribuir significativamente na construção do imaginário cultural sul-riograndense. O imigrante europeu era entendido como um elemento racionalmente superior e purificaria a nação do indígena e do negro. Além de colaborar com a dominação e exploração frente aos nativos.

O período de maior fluxo migratório para o sul do Brasil foi entre 1876 e 1901, no momento em que o ideal de europeização do país se encontrava em voga. Ainda em um momento de transição do modelo econômico e integração das demais regiões do país ao sistema capitalista.

Desde a comemoração do cinquentenário da imigração, tem-se produzido um discurso que enaltece o colono italiano como produtor de civilidade. No entanto, como visto, o recorte discursivo privilegia apenas uma parcela do todo, desconsiderando os aspectos negativos da narrativa oficial.

Com a chegada do elemento europeu, “a civilização impunha-se a barbárie” (BENEDUZI, 2011, p. 124). De acordo com o autor, registros de “caçadas” de indígenas pelos imigrantes, dentre outros exemplos, sofrem um processo de censura. O discurso oficial não contempla a pluralidade de vivências e relações estabelecidas por eles. Entretanto, apresenta apenas uma parcela como representante do todo. De acordo com Beneduzi (2011, p. 125),

De qualquer forma, é relevante discutir tanto o contexto de construção desse imaginário da imigração italiana quanto os elementos constitutivos do início de tal processo. Para esse intuito, dois elementos se entrecruzam: a busca da construção de uma identidade nacional marcada pelo elemento branco e o festejamento das conquistas do imigrante nos primeiros cinquenta anos de trabalho em terras brasileiras.

Ou seja, essa construção imagética privilegia a branquitude e nega a identidade indígena e africana, favorecendo a política imperial de aliciamento em todo o continente europeu, tendo por objetivo o branqueamento da população brasileira e contemplar o projeto de país desejado pelo estado brasileiro, no século XIX. Ainda Beneduzi (2011, p. 126):

Será no bojo dessa percepção de sociedade, construída em finais do século XIX, que se dará a grande onda imigratória de europeus para o Brasil. Dentre os tipos possíveis, será o italiano, por suas semelhanças linguísticas e religiosas, o mais requisitado para esse processo de purificação do elemento nacional.

Ao longo dos cerca de duzentos anos que marcam a imigração de italianos para o Brasil, ocorre um processo de ressignificação do discurso e da imagem do imigrante, de redenção. O bom imigrante que, por onde passa, leva o desenvolvimento e o progresso. Isto ocorre sob a ótica da positividade do elemento branco/europeu, ou seja, reforçam a ideia de civilidade, trabalho e progresso. No estado gaúcho, ele será visto como o trabalhador incansável que colabora com a construção de grandeza e riqueza do estado, mais uma vez, de acordo com os ideais positivistas.

A literatura, por sua vez, corrobora na construção de figuras e personagens que

reforçam a manutenção de uma identidade idílica veneta, como é o caso de “Nanetto Pipetta”, obra de circulação popular entre os camponeses imigrantes. Tais obras provocaram um processo de transformação do Vêneto em uma imagem idílica na mente dos imigrantes, de algo que deu certo, vinculado a Itália de pujança econômica e moral.

No imaginário do imigrante, há duas Itálias: a de um país unificado, aquele que o imigrante se desiluiu, que o deixou sem condições de sobrevivência, que o abandonou a própria sorte e a do pequeno *paese* que comporta toda uma rede de sociabilidade e solidariedade. Por sua vez, o *paese* é o lugar de nascimento, de reprodução do seu modo de vida, do cotidiano fechado, ligado à ideia de doce infância e retorno a um mundo idílico. A paisagem rural vêneto também se torna um lugar de memória, transposta para o sul do Brasil. Esse conceito se liga ao sentimento de nostalgia, a dor do não retorno a um tempo passado irreversível, vinculado a perda da sua comunidade tradicional e das relações constituídas a ela, que permanece sendo reproduzido na construção identitária mesmo após tantos anos. De acordo com Beneduzi (2011, p. 191),

A identidade atual dos talian (descendentes de italianos) – um termo que também pode ser substituído por ítalo-gaúchos – funde-se com a de seus ancestrais na manutenção das tradições pátrias. Ela se expressa nas diversas comemorações que crescem em tamanho e em quantidade, festa do vinho, do queijo, da vindima, da uva, do champanhe, do colono; comemorações que produzem uma constante resignificação dessa especificidade de uma cultura italiana.

Essas lembranças constroem pontes entre o passado e o presente, ocasionando um efeito de folclorização do passado. As tradições desapareceram e o que permanece é a reificação desses traços culturais ancestrais, ocasionando um efeito de permanência, continuidade e eternidade dessa cultura antiga. É o resgate de um tempo perdido. Em sua obra, Beneduzzi (2011) consegue efetuar uma boa contextualização dos aspectos culturais que são trazidos para o sul do Brasil, porém é preciso mencionar que a cultura camponesa veneta não era homogênea, bem como o fato de que este autor não conseguiu se livrar totalmente do aspecto ufanista vinculado a discussão deste tema.

A identidade reinventada do imigrante italiano renasce como uma cultura valorizada nas gerações subsequentes. Essa imagem está calcada no *ethos* camponês de valores morais, do trabalho e na religião. Dentro da vila, ocorre a criação de espaços de socialização, sendo os primeiros a igreja, ou capela, além da escola, cooperativas e caixa de socorro mútuo. Estes também colaboram para a reinvenção desta italianidade, o sentimento de nostalgia e da religiosidade do grupo (HEREDIA, 1997).

Durante o século XX, ocorre a reelaboração de uma cultura *contadina*, que empreendeu a construção de uma representação imagética trazida com os imigrantes. A construção de lugares de memória contribui com a criação de um projeto de identidade nacional, a veneticidade. Nesta identidade, o imigrante e seu descendente continuam o processo de elaboração ancestral da cultura veneta do *Ottocento* no Brasil, o que explica essa permanência cultural, inclusive nas Colônias Novas, como é o caso de Erechim. Para Beneduzi (2011, p. 216),

Enquanto representação do bom imigrante, portador do progresso cultural e material, os descendentes de italianos serão entendidos - junto a seus vizinhos alemães - como personagens emblemáticos do colono industrioso, construtor da grandeza do Rio Grande do Sul. Esse olhar sobre os ítalo-gaúchos é parte de uma dinâmica de reestruturação da identidade regional, na qual a positividade do colono imigrante é associada a bravura, honradez e trabalho árduo do tradicional “centauro dos pampas”.

O Rio Grande do Sul foi um dos estados brasileiros que mais recebeu imigrantes italianos. Primeiramente na região serrana, nas chamadas Colônias Velhas. E, posteriormente, com o esgotamento das terras devolutas, os filhos destes migraram para a região norte e noroeste, para o Alto Vale do Rio Uruguai, finalizando o processo de ocupação das áreas consideradas pelo estado gaúcho, como vazios demográficos de forma a inseri-las no sistema capitalista de produção.

## 2.5 MEMÓRIA, IDENTIDADE E ALTERIDADE: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ETNICA ITALIANA.

A identidade é algo líquido e em constante mutação. Para Bauman (2005), ela é uma convenção social necessária. Para a sua existência, precisa ser evocada por um grupo social, pois é usada como ferramenta de coesão, mantendo unida uma comunidade fundida por ideias. Sua construção vem do desejo de segurança que o grupo a evoca quando se sente ameaçado. Pode-se dizer que a sua existência está condicionada a um lugar onde estas relações sociais ocorrem.

Para Bordieu (1989), a terra e a língua servem como justificação objetiva à reivindicação de uma identidade que é usada como distinção social. Ocorre a negação de uma identidade por outra, onde o discurso regionalista é usado como performance. Os

signos e as representações que fazem de si são usados estrategicamente no campo material e simbólico em benefício do seu portador. De acordo com o autor, no campo do estabelecimento da identidade, está em jogo o poder de classificação e de imposição de uma visão do mundo social através do princípio de divisão, estabelecendo a unidade e a identidade do grupo. Bourdeu (1969, p. 1989) aponta que

Nessa luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida socialmente à sua identidade social que está em jogo.

Estas comunidades imaginadas que possuem ligação com a identidade étnica italiana, sobrevivem até os dias atuais, adaptando-se as mudanças sociais, porém mantendo a sua essência, duzentos anos depois do início da imigração desses povos. Isto faz com que descendentes destes imigrantes ainda se identifiquem como “italianos” e não como brasileiro, mesmo depois de três ou quatro gerações de nascidos no Brasil.

Para isso o espaço geográfico estabelece o palco onde tais relações ocorrem, pois a identidade cultural estabelece seus limites. O lugar é o espaço de convivência social, de produção, reprodução e manutenção do modo de vida e dos costumes. O habitante só existe enquanto enraizado a algum território ou lugar de origem. Torna-se referência familiar que ele reproduz enquanto lugar de vida. De acordo com Carlos (1996), “O lugar representa e fixa relações e práticas sociais produzindo uma identidade complexa que diz respeito ao mesmo tempo ao local e ao global.” (p. 38).

Em Erechim, existem registros da criação de espaços de socialização voltados para o grupo étnico dos italianos, tais como clubes e associações, bem como de costumes que tinham como objetivo manter esta comunidade ligada entre si. Destaca-se a importância das escolas e igrejas onde suas atividades eram ministradas em um dialeto italiano, servindo para reproduzir e manter esse conjunto cultural. Atualmente, este conjunto de obras constitui o patrimônio cultural e histórico da etnia italiana, reconstruindo em parte a trajetória dessa população no país.

Os autores Funari e Pelegrini (2009) fazem menção à ideia bíblica de nação como referência ao local de nascimento que foi apropriada por estes imigrantes. Em solo brasileiro, era preciso criar laços em comum, valores e costumes que ligassem esse povo, lhes dando um sentido de pertencimento a uma origem supostamente comum. Neste caso, cabe salientar o papel das escolas como difusor de cultura e do dialeto italiano.

Havia escolas para cada etnia, onde as aulas eram ministradas por um professor italiano e em língua italiana. No entanto, durante a Era Vargas e período da II Guerra Mundial, o medo do fascismo fez com que fosse proibido expressarem-se em língua estrangeira, principalmente alemã e italiana, resultando no fechamento destas escolas.

Neste contexto, entende-se o patrimônio histórico e cultural como algo historicamente construído, baseado no cotidiano de grupos étnicos, em suas manifestações culturais materiais e imateriais e, também, em lugares de memória.

Este último, por sua vez se relaciona com a memória coletiva que está localizada no tempo e no espaço em que o habitante está ligado. “O espaço é uma realidade que dura (...) e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca.” (HALBWACHS 1990, p. 143).

A construção de identidades nacionais é algo em processo, em constante elaboração e reelaboração, sendo ela vivenciada cotidianamente. Para isso, a língua, a religião, a escola e a convivência em comunidade desempenham um papel fundamental. De acordo com Hall (2006), “Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.” (p. 38). Cada grupo social apela para a identidade que o caracteriza frente ao outro no intuito de se auto afirmar em relação ao outro.

A identidade passou a ser fragmentada e descentralizada, levando a identidades abertas, contraditórias e inacabadas, gerando assim culturas nacionais que se tornaram comunidades imaginadas, perpassando as fronteiras nacionais, como a da Itália, e sendo transpostas para outro continente, deslocadas pelo processo de globalização. As culturas nacionais são uma das principais fontes de identidade cultural. “(...) as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação.” (ANDERSON, 1993, p. 48).

Este autor interpreta a nação como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Ela é imaginada, pois seus membros não conheceram a maioria da população, porém, em suas mentes, vive a imagem de sua comunhão, ou seja, há um sentimento de fraternidade. É também limitada, pois tem fronteiras finitas e elásticas onde se encontram outras nações, ou neste caso, grupos étnicos. É soberana, pois surge em um momento onde a ilustração e a revolução estava destruindo o poder divinamente ordenado. E por fim, ela é comunidade, pois concebe um companheirismo profundo.

No caso da identidade étnica formada no sul do Brasil, na região colonial e no Alto Uruguai, percebe-se a elaboração de algo novo com base nesses três elementos, pois as gerações atuais não conviveram com aqueles que migraram para a América. Entretanto, está presente o sentimento de fraternidade bem como de fronteiras culturais que estabelecem hierarquia social frente a outros grupos na sociedade, ou seja, há relações de poder contidas nela.

A nacionalidade está ligada ao uso de uma língua e esta, por sua vez, tem a capacidade para gerar comunidades imaginadas, forjando um efeito de solidariedade particular. Os Estados Nacionais e os nacionalismos surgem a serviço do imperialismo fora da Europa. Foram instrumentos para a criação de extensões nacionais em outros países, como é o caso das colônias na América (ANDERSON, 1993).

Para tal feito, é mobilizado o nacionalismo popular, ligando o presente a um passado longe no tempo, neste caso um passado ufanista ligado aos “primeiros tempos” na América. O nacionalismo surge como a expressão de uma tradição histórica de continuidade serial. Se estabelece uma ligação entre os italianos do tempo da imigração e os descendentes que vivem os dias atuais. As pessoas participam da ideia da nação. “Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu “poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade.” (ANDERSON, 1993, p. 49). Sentimento de lealdade presente no cotidiano destes imigrantes através da ajuda mútua e da fundação de espaços de socialização voltada apenas para este grupo.

A criação de escolas é um destes. A educação contribuiu na generalização de padrões culturais homogêneos e na unificação de uma língua vernácula. Nas colônias de imigrantes europeus no Brasil, havia escolas para as crianças do grupo, onde até a década de 1930 as aulas eram ministradas no dialeto italiano. Foi apenas durante o período getulista, com a ascensão nazifascista na Europa, que o estado brasileiro proibiu o ensino em língua estrangeira. Na Colônia Erechim, na Escola do Professor Mantovani, de origem italiana, as aulas eram ministradas nesta língua, contribuindo na manutenção e reprodução da cultura nacional trazida pelo grupo.

Sendo assim, a cultura nacional se tornou uma característica-chave do processo de industrialização e um dispositivo da modernidade. Ela é um sistema de representação, um discurso e “(...) um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós (...).” (HALL, 2006, p. 50). Ao dar sentido, as culturas nacionais constroem as identidades.

Para isso, as memórias colaboram no processo de conectar o presente com o passado, ou seja, localizando no passado o mito fundacional de determinada cultura nacional, influenciando também na sua construção. A identidade nacional é baseada na ideia de um povo puro, original, o que justifica, por exemplo, a criação de associações e escolas voltadas apenas para o seu grupo, não permitindo que outras etnias integrassem. Neste caso, a língua também se torna uma barreira para a entrada de pessoas pertencentes a outras etnias que também vieram a se estabelecer em Erechim.

Para Hall (2006), três conceitos constituem a cultura nacional, sendo eles: as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; e a perpetuação da herança. A identidade também é uma estrutura de poder cultural, classificando uma como superior às demais, sendo sempre representada como algo unificado.

Estas memórias estão localizadas num espaço e tempo simbólicos, ou seja, há sempre o senso de lugar ligado a ideia de casa, de lar. Esta localização no tempo se atrela ao mito de origem ou fundacional, conectando o indivíduo a um evento histórico mais amplo. Em Erechim, esta cultura étnica deu condições para a criação de uma identidade local veneta, assim como na região colonial. Há uma fascinação com a diferença e a mercantilização da etnia e da alteridade que vem sendo explorada pelo turismo cultural que se encontra em uma fase de ascensão. Como, por exemplo, a criação de dois projetos de turismo cultural relacionados entre si: a Festa di Bacco e o Vale dos Parreirais.

Ainda segundo Hall (2006), o processo de globalização tem deslocado as identidades fechadas e reforçado as identidades locais. O hibridismo e o sincretismo produziram novas formas de cultura regional, como a veneta, encontrada na região de colonização italiana no sul do Brasil e também presente na Colônia Erechim. O imigrante europeu absorveu e adaptou aspectos da cultura cabocla, como o artesanato, dentre outros aspectos. Ou seja, essa cultura *contadina* passou por um processo de metamorfose, não permanecendo estática ao longo do tempo.

No próximo capítulo, objetiva-se abordar mais especificamente a formação da Colônia Erechim, bem como o período de sua formação e a influência da doutrina positivista que embasou a sua criação e ocupação, como uma colônia construída para imigrantes. Aborda-se ainda aspectos da cultura e da formação da sociedade do Alto Uruguai.

### 3. CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COLÔNIA ERECHIM.

O início da ocupação dos campos do Alto Uruguai ocorre nos anos finais do século XIX. A região que era ocupada por índios Kainganges nos anos 1893 e 1894 e passou a receber as primeiras levas de imigração branca, fugitivos da guerra civil de 1893 que vinha ocorrendo no sul do país. Estes se estabeleceram aqui e se miscigenaram com os Kainganges. Os bandeirantes que passaram por esta localidade também deixaram descendentes, os caboclos (GIARETTA, 2008).

Mas é somente em 1908 que a diretoria de Terras e Colonização, através de seu diretor Carlos Torres Gonçalves, assina o decreto de criação da então Colônia Erechim. Os ideais que embasam a criação e o desenvolvimento do projeto da Colônia são os do Positivismo, ou seja, o progresso pela ordem. No início do século XX, o estado do Rio Grande do Sul era governado pelo PRR (Partido Republicano Rio-grandense) que possuía alinhamento com a ideologia positivista e influenciou significativamente o desenvolvimento deste projeto.

A Colônia Erechim está localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul e inserida no conjunto das chamadas Novas Colônias, sendo as últimas criadas com o intuito de ocupar o que restava de área devoluta no estado. Majoritariamente, a população da Colônia é fruto do esgotamento dos lotes de terra nas Colônias Velhas, composta da segunda ou terceira geração dos imigrantes que povoaram a região serrana.

Esse movimento migratório se inicia a partir de 03 de agosto de 1910 com a inauguração da linha férrea São Paulo-Rio Grande. A conclusão da ferrovia é o motor de propulsão do desenvolvimento desta colônia, pois possibilitou a melhoria da comunicação e acesso com o restante do estado. Permitiu inclusive que os colonos exportassem através dela a sua produção excedente, de modo a contribuir para o progresso da colônia.

A ferrovia, obra belga e inglesa, impulsionou várias mudanças no Brasil, dentre elas o processo de reocupação e desenvolvimento econômico da região de Erechim. Sendo o principal meio de transporte, atraiu novas levas migratórias que ocuparam e exploraram o solo. A obra também protegeu interesses econômicos, bélicos e fronteiriços, articulando o capital estrangeiro, promovendo a expansão transnacional do capitalismo. A boa viação interna de rodagem proporcionou a chegada e partida de mercadoria e o escoamento do excedente de produção para os grandes centros (GIARETTA, 2008).

Quanto ao desenvolvimento do processo de colonização na região de Erechim, o

governo brasileiro nomeou duas companhias colonizadoras para a sua execução, a Luce Rosa e a ICA (Jewish Colonizations Association). Esta última ligada tão somente a imigração e assentamento de judeus na fazenda Quatro Irmãos. Segundo Schmidt (2009, p. 70):

A região foi colonizada pelo Estado e por particulares que venderam as terras a colonos descendentes de imigrantes italianos e, em menor número, de alemães e poloneses, que buscavam adquirir um lote de terra e garantir um futuro para os filhos (p. 70).

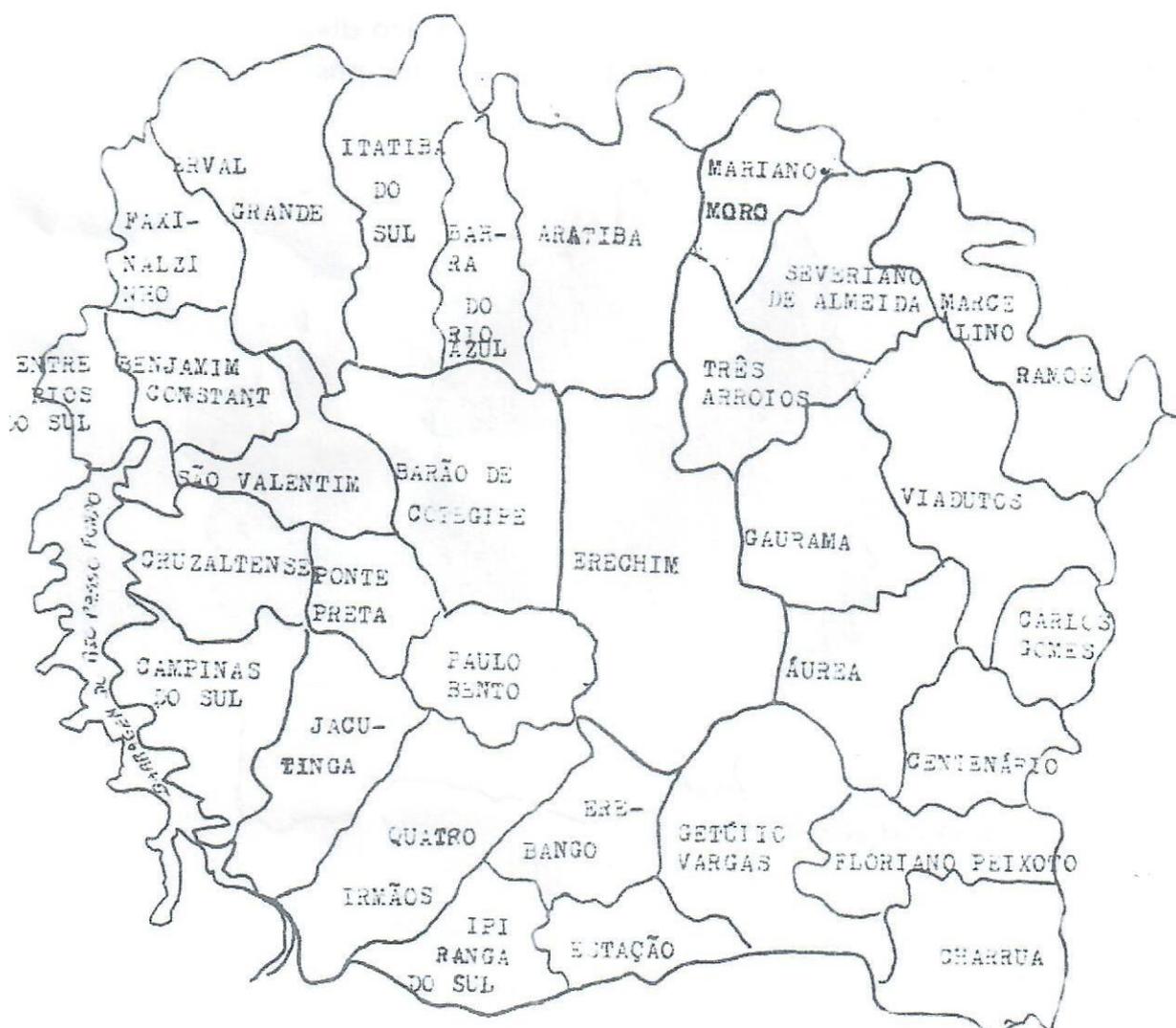
A partir de 1894, o governo transfere aos estados a responsabilidade acerca dos projetos colonizadores, ficando a cargo destes a sua execução. O estado do Rio Grande do Sul passou a adotar o regime de migração espontânea, reduzindo assim os seus custos com o processo. Desta forma, restavam mais recursos para o desenvolvimento da viação entre os núcleos e os grandes centros, facilitando o transporte de pessoas e mercadorias. Para tal, a Colônia Erechim pôde contar com a ampla estrutura da via férrea.

Inicialmente, a demarcação dos lotes de terra na colônia era de 50 hectares, e posteriormente, alterou-se para 25 hectares. Nessas terras, configurou-se um sistema de exploração baseado no minifúndio, ou seja, regime de pequena propriedade administrado pela mão-de-obra familiar dos colonos imigrantes.

Grande parte do contingente migratório que se dirigiu para Erechim é resultado de um processo de migração interna do tipo rural-rural. A migração interna para as Novas colônias são resultado, dentre outros, do esgotamento de lotes na região serrana, que obrigaram os filhos dos imigrantes europeus à buscarem novas áreas para se estabelecerem, sobretudo nas novas colônias fundadas pelo governo positivista. (SCHMIDT, 2009).

Esta colônia foi fundada em 1908 e o seu núcleo foi implantado em 1910, onde hoje é o atual município de Getúlio Vargas. Em 1913, o núcleo foi transferido para a localidade de Paiol Grande, atual município de Erechim, que passou a ser a nova sede da colônia, funcionando como polo irradiador da colonização e desenvolvimento. Em 1916, a Comissão de Terras também é transferida para Paiol Grande. Sua emancipação política ocorre em 1918 (TAGLIARI, 2004).

Figura 1: Mapa atual da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU) correspondente a região da Colônia Erechim.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

O município que atualmente se conhece por Erechim, por vezes também se denominou José Bonifácio e Boa Vista do Erechim. No ano de 1910, a imigração se tornou mais expressiva nesta área, dentre outras localidades ao seu entorno que, posteriormente, foram emancipados e desmembrados de Erechim. Tendo em vista que já havia a presença de caboclos e indígenas, a região passou a ser reocupada<sup>3</sup> por volta de

<sup>3</sup> Fala-se em reocupação, pois não se considera a região através do conceito de vazio demográfico, tendo em vista a existência de indígenas e caboclos que já habitavam este território antes da chegada dos colonos europeus.

1910 com a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande.

Quando chegaram, já haviam povos estabelecidos na região. Esta população, basicamente composta de índios, foi vítima de privatização da terra. E posteriormente, em 1918, criou-se as reservas de Cacique Doble, Carreteiro, Guarani, Inhacorá, Ligeiro, Nonoai, Serrinha, Ventarra e Votouro para alocação dessa população nativa. A frente pioneira deslocou a população indígena para as áreas mais marginalizadas nas barrancas do rio Uruguai. Estes, bem como a população cabocla, foram excluídos do processo, relegados a desintegração de seus territórios e a marginalização social (CASSOL, 2003).

Quanto á inserção do elemento europeu, é no ano de 1910 que se registra a chegada das primeiras 36 pessoas, sendo 4 famílias, totalizando 28 integrantes, e mais oito indivíduos sem acompanhantes. Na metade daquele mesmo ano, é registrado um total de 226 migrantes nesta colônia. A comissão que efetuou o trabalho de demarcação das terras era composta por Severiano de Almeida<sup>4</sup>, Júlio Werminghoff e José Garcia Cony.

Os imigrantes, por sua vez, ao chegarem ao estado, dirigiam-se primeiramente à Porto Alegre, para depois deslocarem-se até a sede da colônia na Comissão de Terras. Na sede da Colônia em Boa Vista do Erechim, havia diversos barracões com a função de abrigar os colonos até que tivessem condições de se dirigir aos seus respectivos lotes. As primeiras atividades realizadas eram a derrubada da mata para posterior construção das benfeitorias e das vias de acesso (TAGLIARI, 2004).

Quanto à população indígena nativa, os Kaingangs, antes denominados de Coroados, ocupavam a região circunvizinha ao rio Ligeiro, do Ventara e do Votoro. Com relação à população existente na região antes da chegada dos imigrantes europeus, afirma Tagliari (2004, p. 41):

Estes índios, senhores das terras, viviam em pequenos grupos formados por famílias entrelaçadas e parentes chegados. Seus alojamentos eram formados por ranchos de beira-chão, cobertos por folhas de palmeiras. O ambiente natural era as matas situadas nos lugares mais altos, em meio aos pinheirais de onde podiam dominar a vista, a vizinhança do alojamento. Localizavam-se também a uma relativa distância dos rios e arroios. Estava sujeitos a Caciques, os quais obedeciam ao Cacique Principal.

---

<sup>4</sup> Um dos municípios emancipados posteriormente e que no início teve por nome “Nova Itália”, mais tarde veio a se chamar Severiano de Almeida, este permanece até os dias atuais.

Na historiografia oficial sobre o Alto Uruguai, as populações indígenas e caboclas em geral são desconsideradas, como em Garcez (2009) que atribui o progresso e o desenvolvimento da região aos colonos europeus. Os imigrantes europeus são tomados como pioneiros do progresso e desenvolvimento regional, sendo a chegada destes o marco inicial da historiografia regional. O aldeamento de indígenas ocorreu na região norte do estado em Guarita, Nonoai, Inhacorá, Ligeirinho, Votouro e Cacique Double (ZARTH, 2002).

A densa floresta propiciou de início a exploração da mata nativa, ou seja, deu início ao ciclo da madeira. Entre as primeiras indústrias a se estabelecerem, encontram-se as serrarias. A floresta também servia de matéria-prima utilizada pelos colonos nas primeiras construções e era encontrada em abundância. As construções em madeira serão a grande marca arquitetônica da região em questão (MANFROI, 1975).

No âmbito cultural, estes migrantes, ao chegarem a uma região até então desconhecida e totalmente diferente, depararam-se com povos de outras etnias, o que originou um antagonismo cultural para ambos. O processo de unificação cultural se deu de forma mais completa em terras brasileiras, pois diante de tanta diversidade, a longa viagem de navio e o isolamento cotidiano, aliado ao apego às tradições trazidas consigo, possibilitaram certa unificação cultural desse povo e posteriormente a sua identificação com a pátria mãe. Assim como afirma Garcez (2009, p. 272):

O conceito de italianidade foi acrescentado depois, pelos seus descendentes e foi o resultado da união natural dos semelhantes em terra estranha e também pela própria história que reforçou essa identidade.

Ainda sobre a identificação Carlos (1996, p. 41), aponta;

(...) a identificação também pode ser dada por critérios culturais, como é o caso dos bairros formados por imigrantes estrangeiros que reproduzem um modo de vida específico apoiados em referenciais de 'outros lugares', de outros países, que determinam comportamentos, valores, etc.

Desta forma, ocorreu um processo de migração do tipo rural-rural em torno dos novos locais ocupados pelos imigrantes, sendo a Colônia Erechim criada como uma colônia mista. Criaram-se novas cidades, como é o caso de Erechim, servindo de base de apoio a ocupação rural (SOARES, 2007).

Soares (2007, p. 298) afirma que:

Trata-se aqui de uma migração do tipo rural-rural, gerada pela excessiva divisão dos lotes coloniais originais, que forçou os descendentes de segunda e terceira geração dos colonos chegados da Europa a se deslocarem em busca de novas terras.

Os primeiros imigrantes de Erechim deram início a construção de prédios residenciais e comerciais com estilos arquitetônicos modernos. Dentre os exemplos que se pode elencar está o da Indústria de Bebidas Balvedi, localizado na atual saída para o município de Aratiba, antigo caminho de acesso à cidade de muitos colonos de municípios dos arredores, além de diversos moinhos, casas de comércio, igrejas e escolas construídas no interior e na cidade por estes imigrantes. Todo este conjunto simbólico e cultural constitui parte fundamental do Patrimônio Histórico e Cultural dos colonos ítalo-brasileiro da Antiga Colônia Erechim.

Estes imigrantes, que se convencionou denominar de etnia italiana, saíram do antigo continente durante o processo de Unificação da Itália. Sob a luta para juntar sob uma mesma bandeira, cultura e língua pessoas de diversas regiões, com costumes e línguas distintas, fez com que entrasse em choque o antigo modo de vida camponês com o novo modelo cultural e social que era imposto pelo estado italiano. O estabelecimento destes colonos em terras longínquas fora do alcance da imposição do crescente estado italiano se tornou um local propício para que pudessem preservar, manter e reproduzir seus costumes e cultura.

Outro aspecto da colonização são as semelhanças apresentadas no norte do estado do Rio Grande do Sul, na região do oeste catarinense e no Paraná devido à sua incorporação econômica nacional tardia, a partir dos projetos de colonização desenvolvidos no início do século XX, com trajetória econômica idêntica.

Foram ocupadas por propriedades pequenas com mão-de-obra familiar. A acumulação inicial de capital se deu através da exploração da madeira, da erva-mate e, posteriormente com a criação de suínos, tais atividades se tornaram base para o desenvolvimento de outras atividades secundárias como industriais e comércios. A ferrovia São Paulo – Rio Grande foi de suma importância neste período, principalmente para o escoamento da produção (CORAZZA, 2015).

Apesar do progresso evidenciado na colônia, este projeto de colonização negligenciou os moradores que ocupavam a região, como a população nativa indígena e posteriormente a cabocla. A colonização por imigrantes brancos se deu durante o início da

República Velha em um período no qual se almejava mudanças na conjuntura econômica, política e social com o objetivo principal de formar e consolidar o Estado Nacional Brasileiro.

A ocupação desta região por povos de diferentes etnias pôs em choque diferentes grupos sociais, causando conflitos entre eles e também com os povos que já estavam estabelecidos, indígenas e caboclos. Os caboclos baseavam sua subsistência em pequenos roçados e na exploração da erva-mate. Tais práticas foram adotadas pelos colonos, corroborando para a troca de conhecimentos entre grupos.

No entanto, esta população cabocla foi excluída do processo de acesso à propriedade fundiária. A eles estava ligada a visão de técnicas rudimentares e de falta de conhecimento para colocar em prática o projeto de desenvolvimento da agricultura no país. Já a população migrante europeia era vista como desenvolvida e capaz de produzir alimento em excedente para abastecer o mercado interno e, assim, suprir a necessidade das metrópoles e dos latifúndios monocultores que não produziam sua própria subsistência (ZARTH, 2002).

Tal modelo de colonização, baseado na pequena propriedade rural e na ocupação territorial por colonos de origem europeia, excluiu os mais despossuídos do acesso à terra, caboclos e indígenas. Também excluiu aqueles migrantes mais pobres que não conseguiram quitar seus antigos lotes de terra e, por isso, encontravam-se endividados e não podiam adquirir novas terras.

Sob esta configuração, o lote colonial era uma unidade produtiva. A família desenvolvia as atividades de subsistência, trabalhava na exploração da lavoura e na criação de animais. Nas propriedades policultoras, criavam-se aves, porcos, bovinos e cavalos, produzindo excedentes para o mercado interno (PETRONE, 1982).

Este projeto de imigração implementado pelo Estado vai até o período final da Primeira República, ocupando grandes áreas dos três estados do sul do país. Após o início da era Vargas, adotou-se medidas restritivas à entrada de estrangeiros em função da ascensão do nazismo/fascismo na Europa. A partir deste ato mitigatório, a pressão estatal sucedeu a coibição do uso do Talian e de nomes que fossem ligados à Itália (CONFORTIM, 1998).

Nesta época, desenvolveram-se algumas atividades industriais e comerciais com vistas a suprir a necessidade de industrialização dos produtos e a produção de utensílios agrícolas e de construção, tais como feccularias, moinhos e laticínios. Os imigrantes

italianos trouxeram consigo o conhecimento da vitivinicultura, abrindo vinícolas e exportando seus produtos através das cooperativas de vinho.

Outro setor que apresentou desenvolvimento foi o madeireiro e de industrialização da madeira, com abertura de novas serrarias voltadas para o beneficiamento da matéria-prima usada em construções nas propriedades rurais e urbanas. Dando espaço para uma incipiente indústria ligada à transformação do excedente e a produção de materiais de construção e implementos agrícolas (GERHARDT, 2011 e 2016).

Sendo assim, a colonização desta região ocorreu dentro do contexto de expansão do capitalismo, da Revolução Industrial e aumento da produção agrícola. Havia ainda o interesse nacional de colonização das terras devolutas em áreas de fronteira internacional e de branqueamento da população, ou seja, havia um projeto nacional de construção de um país em voga.

Com isso, Erechim surge como o núcleo urbano que dá suporte a ocupação agrícola em seu entorno com o desponte de diversos setores industriais ligados ao fornecimento de utensílios agrícolas, insumos, material de construção bem como de mercadoria industrializada. Em função da produção de excedentes agrícolas, surgem também casas de comércio responsáveis pelo escoamento desta produção para as demais regiões. As principais casas de comércio e indústrias criadas na região foram fundadas por famílias de imigrantes italianos.

Dentre os produtos cultivados na colônia, destacam-se a mandioca, o arroz, a batata, o centeio, a cevada, a linhaça, a ervilha, o amendoim, o trigo, a cana-de-açúcar, o algodão, o tabaco e o milho. Outra atividade da colônia era a exploração da erva-mate. Tal modelo de ocupação das terras ao norte por colonos europeus no regime de pequena propriedade aumentou a produção de gêneros alimentícios, porém isso ocorreu mais em relação a aspectos quantitativos do que qualitativos propriamente. Também, abriu-se espaço para as monoculturas voltadas à exportação tais como soja, milho e trigo. No que tange a produção animal, predominou o gado de leite e de corte, aves e suínos, ambos também voltados à exportação. A região apresentou ainda significativo número de cooperativas e empresas privadas ligadas a industrialização de produtos para o mercado interno e externo.

Esta colônia é resultado de um projeto positivista de desenvolvimento ordenado que privilegiou o elemento europeu, e em maior número do camponês ítalo-brasileiro, cooptado pelo estado gaúcho para ser pequeno proprietário rural, pelas bases

organizacionais políticas, econômicas e sociais do Alto Uruguai. Ao negro, caboclo e indígena, couberam as margens do processo desenvolvimentista do governo estadual, embora seu legado e contribuição na construção regional sejam inegáveis.

### 3.1 A INFLUENCIA POSITIVISTA NA CRIAÇÃO DA COLÔNIA ERECHIM: UMA COLÔNIA PARA IMIGRANTES.

Na Colônia Erechim, os primeiros migrantes começaram a chegar em 1910, dentre eles, os descendentes italianos de segunda geração vindos das Colônias Velhas. Vieram para cá alemães, portugueses, italianos, poloneses, judeus, russos, tchecos, lituanos, franceses, holandeses, espanhóis, austríacos, entre outros. Mas em número mais expressivo aqui permaneceram: italianos, alemães, poloneses e judeus, além da importante contribuição do elemento afrodescendente na construção social do Alto Uruguai (DELAZERI, 2000).

O projeto de implantação da colônia foi executado pela Diretoria de Terras e Colonização, órgão do governo do estado, na época dirigido por Carlos Torres Gonçalves. A Colônia Erechim foi pensada ao modelo positivista de desenvolvimento ordenado juntamente com as demais Colônias Novas. Ocorreu um predomínio da presença de indivíduos que se identificam como ítalo-brasileiros, construindo assim uma cultura singular.

Devido a política oficial do governo incluir predominantemente a ocupação das novas colônias por colonos europeus, os colonos nacionais pouco ou nada conseguiram em termos de acesso a terra. Atrelado ao objetivo de desenvolvimento da agricultura, os caboclos eram vistos como portadores de métodos de trabalho obsoletos. A lei de terras de 1850, nesse sentido, contribuiu para impedir o caboclo do acesso à propriedade fundiária, tornando-o empregado, agregado e peão, e sendo expulso e perseguido constantemente dos locais onde se estabeleciam.

Observa-se que o projeto de colonização desenvolvido aqui, atrelou-se dentro de um contexto mundial, federal e estadual, impactando na construção social existente na atualidade. A formação da identidade do colono italiano como o pioneiro, o portador de desenvolvimento e progresso, ligado ao labor, ao sofrimento e superação é resultado de um programa que o elevou a ser o tipo de colono ideal para o estado brasileiro e gaúcho.

Através da concepção positivista adotada na Colônia Erechim, o imigrante italiano e

seu descendente se relacionavam ao ideal de progresso e de civilidade, contribuindo para que este superasse as demais etnias que vieram a compor o Alto Uruguai. O elemento nacional e o caboclo, portanto, estavam relegados a sua margem, o que é possível verificar ao observar a construção e desenvolvimento da cidade sede da colônia, Erechim.

De acordo com Schmidt (2009), a cidade de Erechim foi construída para os imigrantes, o que se reflete nas demais cidades, pois a sede da colônia, como dito anteriormente, funcionou como polo irradiador do desenvolvimento regional, inclusive no que se refere a hábitos e valores. Contemplam-se tais valores ao observar a tendência renascentista na arquitetura e disposição das cidades, evidenciando o interesse de reproduzir aqui os padrões e valores culturais europeus.

As intervenções urbanas pautadas no racionalismo têm por objetivo europeizar as cidades e o povo, ou seja, desvinculando-as da figura do índio e do negro. Em Erechim, a região central da cidade foi reservada para o elemento europeu, os demais foram relegados às margens do desenvolvimento urbano, padrão que se repete nos demais municípios maiores.

O traçado urbanístico da sede da colônia foi concebido tendo como base Paris, Belo Horizonte e Buenos Aires. O projeto urbano central é concebido como um tabuleiro de xadrez, sendo a praça o grande centro e tanto a prefeitura quanto a sede da Comissão de Terras, voltadas para esta, representando o centro de poder. Essa construção reflete uma noção de cidade construída atrelada a modernidade e ao ordenamento, indo ao encontro dos ideais positivistas.

Tal desenho foi elaborado por Carlos Torres Gonçalves, então funcionário da Secretaria de Obras Públicas do estado gaúcho. Este, por sua vez, teve influência direta na criação e desenvolvimento do projeto de colonização da Colônia Erechim, além de ser adepto da doutrina positivista e por ela ter sido guiado durante toda a sua vida profissional e pessoal (CASSOL, 2003).

Figura 2: Projeto inicial da futura cidade de Paiol Grande (Erechim), elaborado por Carlos Torres Gonçalves.

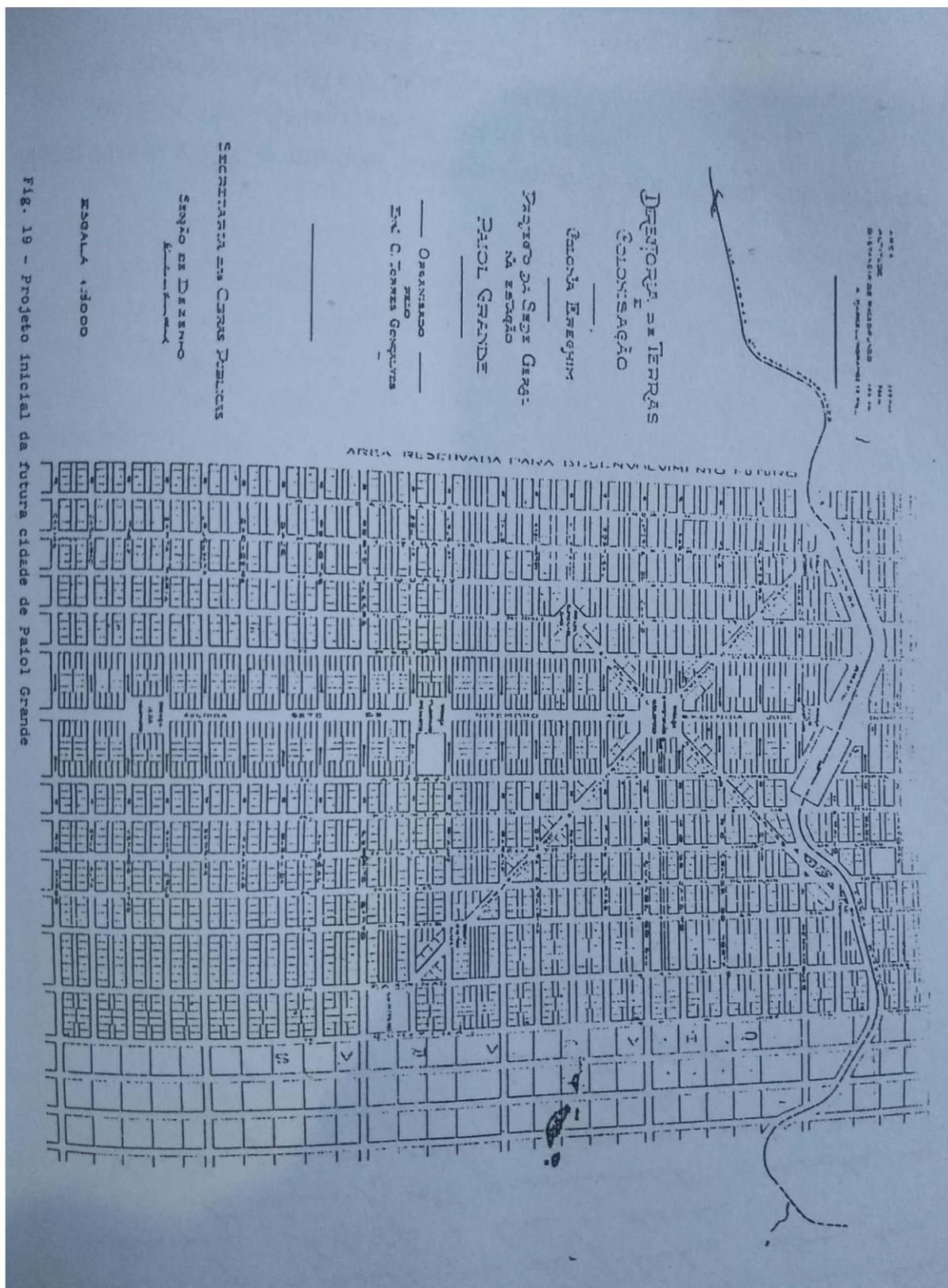


Fig. 19 - Projeto inicial da futura cidade de Paiol Grande

Fonte: Cassol (2003).

O Positivismo se ancorava no trinômio família, pátria e humanidade. Defendia ainda a incorporação do proletariado à sociedade moderna. Tal processo foi permitido através da convenção castilhistas. Na Colônia Erechim, o propósito de incluir os camponeses no sistema capitalista emergente ocorreu com êxito, pois o *contadino* foi transformado em pequeno proprietário rural e ainda em produtor de gêneros de primeira necessidade, inserindo-se na sociedade de consumo.

O castilhismo fora uma vertente política muito forte no estado gaúcho e esteve a sua frente por cerca de 30 anos. Para Cassol (2003): “Castilhos e a Ditadura Republicana mostram o caminho da Ordem e Progresso nesta fase de transição anárquica para a fase positivista da Humanidade.” (p. 166). O projeto de colonização da Colônia Erechim apresenta esse ideal refletido ao privilegiar a ocupação ordenada através de descendentes de imigrantes europeus das Colônias Velhas.

O Partido Republicano Riograndense, por sua vez, nunca fez frente ao poder oligárquico representado nos grandes donos de estancias mais ao sul. Apenas criou um projeto de ocupação e desenvolvimento das últimas áreas devolutas do estado onde privilegiou o pequeno camponês descendente de imigrantes europeus, pois a doutrina positivista dentre um dos seus dogmas apresentava a hierarquização das nações. No topo, estavam o francês, o italiano, o espanhol, o britânico e o germânico (CASSOL, 2003).

De acordo com a doutrina do PRR, a migração espontânea, como é o caso de Erechim, permitiria que apenas aqueles dispostos a enfrentar as intempéries e adversidades migrassem, assim, se apegariam mais a terra. Já o diretor da Secretaria de Terras e Colonização, Carlos Torres Gonçalves, discordava. Ele compreendia que a Europa estava superpovoada e que era necessário reacomodar essa população. O ideal seria o estudo das regiões a serem povoadas e sua situação para então efetuar de forma inteligente seu loteamento e distribuição para os colonos. Para ele, o mais importante era a direção social efetiva.

A ideologia positivista determinou a criação de estruturas político-administrativas no estado que coordenaram o processo de colonização, como a Secretaria de Obras Públicas e a Diretoria de Terras e Colonização, redutos de ideólogos positivistas. Dentre os ideais apregoados por esta doutrina, encontrava-se a industrialização, a abolição da escravidão e a socialização dos serviços públicos. Em suma, o estado deveria ser o portador do interesse de todas as classes sociais. Segundo Gritti (2004, p. 128): “Dentro

desta concepção, ao Governo cabe promover a estabilidade, a ordem, o ajustamento do indivíduo à sociedade. Esta sociedade será hierarquizada, rígida, marcada pelo autoritarismo”.

Tais itens se encontram materializados no incentivo à imigração e na mão-de-obra livre do camponês europeu, nos investimentos em viação e estradas de rodagem, além de grande desenvolvimento industrial na sede da colônia. Ainda na valorização do trabalho do imigrante, onde, para este, o trabalho deveria ser o segredo da fortuna.

Este reflexo da hierarquização está contido na obra de Gritti (2004) que trata acerca do preconceito contra os imigrantes de origem polonesa na Colônia Erechim. A autora constata, ao analisar correspondências de funcionários do estado ligados a Secretaria de Obras Públicas, que: “Os imigrantes italianos e alemães através do trabalho prosperaram. Os poloneses não.” (p. 148). Afirma ainda, sobre o imigrante italiano, mais adiante: “Afirma-se que estes são não só mais econômicos, mas também psiquicamente mais resistentes.” (p. 151).

Observa-se, no discurso oficial de funcionários do estado ligados ao projeto colonizador executado aqui, um discurso de exaltação do camponês ítalo-brasileiro, afirmando que este é laborioso, próspero, ordeiro e, além disso, econômico. Já ao polaco (o negro do avesso)<sup>5</sup> o discurso é de inferiorização, ligando-o a preguiça e ao comportamento nada ordeiro, sendo estes imigrantes indesejáveis.

A autora ainda destaca que os imigrantes ítalo-brasileiro receberam incentivos e condições superiores aos outros imigrantes, sendo a presença deste elemento garantia de prosperidade na colônia, de acordo com o discurso oficial. “O grupo étnico italiano tem sido o grupo de referência mais destacado pelos administradores dos diversos núcleos coloniais.” (GRITTI, 2004, p. 156). Tal análise pode evidenciar o prestígio de que gozavam os imigrantes ítalo-brasileiros em comparação aos demais.

O projeto de colonização implementado na Colônia Erechim reflete nos ideais positivistas de valorização do elemento europeu, pois este representava o progresso, a prosperidade, a ordem e a moralidade, valores defendidos pelos positivistas. Sendo assim, estavam no topo da pirâmide social. Já os grupos menos valorizados (como o negro, o caboclo e indígena) se encontram na base da pirâmide social, pois, de acordo com o discurso oficial, não portam os valores ligados ao labor, civilidade e prosperidade.

---

<sup>5</sup> Ditado popular que reflete o preconceito e a inferiorização não só do polonês, mas também do negro.

Esta diferenciação lançou a base das relações sociais da então Colônia Erechim.

### 3.2 OS PRIMEIROS TEMPOS

Após a demarcação dos lotes pela Comissão de Terras, o camponês dava início a derrubada da mata e a elaboração das primeiras construções rudimentares da sede da propriedade. A matéria prima principal utilizada era a madeira de pinho, abundante no período. Outra importante adaptação do imigrante foi a adoção do fruto desta planta na alimentação, devido sua abundância. A cobertura era feita com *scandole*. Eram pequenas tabuinhas de pinho, superpostas, de 50 a 60 cm de largura e espessura de 1,5cm. A arquitetura em madeira foi sendo aperfeiçoada. A principal característica foi o uso dos “lambrequins”, peças de madeira recortadas e usadas nos beirais, dando a representação de rendilhados.

A derrubada da mata deu início ao ciclo da madeira. Este, por sua vez, impulsionou a criação de casas de pasto, ferrarias, escritórios contábeis, hotéis, hospitais, farmácias, bancos e afins. O escoamento desta era feito através da estrada de ferro e as torras eram levadas em balsas através do rio Uruguai até São Tomé na Argentina, como consta no Álbum fotográfico da história de Erechim (2000).

A parte inferior da casa era feita de pedra, ou escavada na parede de um barranco, propício para a construção das cantinas. Este pavimento era ideal para a armazenagem de queijos, vinhos e salame, base da alimentação do camponês. A maioria das casas possuía três pavimentos, sendo o segundo a parte residencial propriamente dita e por último o sótão, que servia para armazenagem de grãos e cereais. A cozinha era feita como um anexo separado do restante da casa, pois em função do tipo de fogão utilizado, havia o risco de incêndios (MAESTRI, 2000).

A extração e exportação da madeira tiveram importância significativa na economia da Colônia Erechim, fazendo com que a ICA adquirisse uma enorme área de terra com o objetivo de explorar sua riqueza florestal. Gritti (1997), em sua obra que relata a imigração judaica na Fazenda Quatro Irmãos, constatou que, após a morte de seu fundador, o Barão de Hirsh, a ICA, companhia de colonização judaica, voltou-se para a exploração madeireira.

Sabendo de antemão da riqueza florestal da região, adquiriu 93.985 ha contendo densa cobertura de mata e ervais nativos. Esta companhia colonizadora chegou a instalar

alguns imigrantes judeus na fazenda Quatro Irmãos, porém, tendo em vista que somente a ICA poderia extrair e comercializar a madeira existente nos lotes, em poucos anos os colonos abandonaram-na. A companhia se preocupava mais em transferir os colonos judeus para cá do que propriamente em dar-lhes condições de colonizar a área.

A ICA exportava a madeira através de um dos ramais da via férrea São Paulo-Rio Grande que atravessava sua propriedade. Isso provocou a valorização fundiária da terra, mais tarde, quando, esgotada a riqueza florestal, e abandono das terras pelos judeus colonizadores, seus lotes foram vendidos para colonos de outras nacionalidades (GRITTI, 1997).

Na pesquisa elaborada por Gritti (1997), ela aborda a questão das intrusões que ocorreram na Fazenda Quatro Irmãos, então pertencente a ICA. O mesmo ocorreu em uma região chamada Tapir, pertencente ao atual município de Barão de Cotegipe. O projeto colonizador desenvolvido aqui empurrou para as margens os caboclos, indígenas e os colonos despossuídos. Estes não tiveram acesso à terra. Em ambos os casos de intrusões, bandos foram formados e estes, que já possuíam um histórico de serem expulsos de outras regiões, invadiram e se instalaram como posseiros nestas regiões. Tal fato ocorreu no início no século passado em um contexto de disputas políticas no estado gaúcho por duas facções. Nos casos em questão e nas pesquisas efetuadas por Baldin (2017) e Caron e Tedesco (2012), fica evidenciada a demanda pela terra. Ou seja, o colono de origem étnica europeia foi privilegiado pelo estado gaúcho, tendo maiores chances de êxito econômico.

A segunda atividade econômica empreendida pelo colono italiano foi o preparo das primeiras roças. O lote colonial funcionou como a base da economia camponesa, pois era ali que acontecia toda a dinâmica e a produção, os cereais nas roças, a criação de animais e a confecção de banha, que, num determinado momento, integrou a pauta de exportações da colônia, além da videira e da produção do vinho, e ainda a fabricação artesanal de utensílios, como os cestos de vime, entre outros.

O caboclo ensinou o imigrante europeu a desmatar pelo método de coivara, a construir as primeiras casas de pau-a-pique, a usar o pinhão na alimentação e conhecimentos a respeito da flora nativa. Como é apontado no Álbum Fotográfico da História de Erechim (2000, p.19) “O caboclo mateiro, sucessor do índio na ocupação da terra, foi o primeiro instrutor do colono imigrante”.

O primeiro método utilizado pelo camponês imigrante foi o de coivara, semelhante

ao indígena. Trabalhava-se em três áreas culturas diferentes, sendo que uma destas ficava em pousio, ou seja, a abundante fertilidade do solo, no início, surpreendeu o imigrante em função do alto rendimento, porém, ela não tardou a escassear. E assim, a partir da década de 1970, com a entrada das inovações técnicas e tecnológicas da Revolução Verde, toda a dinâmica da pequena propriedade rural foi alterada. Sendo que no início da colonização cada lote era uma unidade produtiva baseado na mão-de-obra da família extensa. Quanto mais filhos, mais braços para o trabalho. O *ethos* camponês estava então calcado na tríade terra, trabalho e família (TEDESCO, 1999).

Havia duas esferas de produção, a voltada a subsistência do núcleo familiar e a mercantil que tinha por objetivo o acúmulo de capital para quitar o lote e conseguir comprar mais lotes de terras, pois, para cada filho homem, quando do casamento, lhe era dada a condição de fazê-lo assim que tivesse a sua propriedade para iniciar uma nova unidade produtiva, sempre calcada no trabalho familiar.

Dentro desta lógica, o pai era o patrão. As condições em que viviam passava a ideia de que só havia espaço para o trabalho. Não havia o lazer ou o descanso e este era reservado para momentos como o filó, que era quando se reuniam a noite na casa de um vizinho, ou as atividades da comunidade que compunha a base da organização social do povoado.

Outro elemento importante na organização social dos povoados era a venda e o vendeiro. Este era o responsável pelo comércio, pelo tráfego de mercadorias. Comprava o excedente produzido e o levava aos mercados maiores. De lá, retornava com utensílios e produtos que não eram produzidos na colônia, como os tecidos. A bodega, como também era chamada, congregava a vida social, em geral reservada aos homens (MAESTRI, 2000).

O núcleo colonial se tornou uma zona de comércio e de industrialização. A organização dos lotes coloniais proporcionou a agricultura diversificada e ao surgimento de uma protoindustrialização na região mais bem representada na antiga sede da colônia, hoje cidade de Erechim. O comerciante efetuou a acumulação de capital que foi a base do processo de industrialização. Tal processo iniciou como substituto de importações e da necessidade de aperfeiçoamento da produção agrícola (HEREDIA, 1997).

As colônias eram organizadas de modo a não formarem quistos étnicos, ou seja, eram mistas, porém os colonos trocavam de lote entre si para ficarem pertos de seus parentes. Era comum, quando da migração das Colônias Velhas para as novas, migrarem

famílias inteiras em busca de novos lotes para acomodarem seus filhos casados. As “linhas” acabavam levando o nome do grupo familiar que lá se estabelecia (CONFORTIM, 1998).

Nas colônias, em função do distanciamento dos grandes centros, construíram suas vidas com certo grau de autonomia, longe da autoridade governamental. Para Maestri (2000, p.88):

A original estruturação e inserção da economia colonial na sociedade gaúcha e brasileira deu origem a uma realidade cultural singular, nova em relação à pátria de partida e à terra de acolhida. O minifundiário, o meeiro e o assalariado italianos metamorfosearam-se no camponês pequeno proprietário sulino. Inseridos em um novo contexto econômico, geográfico, social, etc., o imigrante e seus descendentes jamais tornariam a ser italianos, sem jamais serem totalmente gaúchos, ao menos na acepção do termo, na época.

Ou seja, essa configuração tornou possível a construção de uma cultura étnica singular. Os diferentes grupos que migram para o sul do Brasil, após anos tendo algumas características em comum, como a religiosidade e o caráter camponês, metamorfoseiam-se, resultando no grupo étnico ítalo-brasileiro. É possível perceber tal evento no dialeto *Talian*, hoje patrimônio cultural. Ocorreu o predomínio do uso do dialeto materno e não do idioma oficial com a predominância do vêneto.

Para isso, as escolas ministradas por professores italianos e a religião foram fatores primordiais. A religião funcionou como fator de reencontro, ou seja, as capelas eram os centros de congregação cultural, político e religioso do grupo vicinal, sendo o *Talian* o idioma utilizado nesses encontros. Para o camponês ítalo-brasileiro, seus valores morais se calcavam no trabalho e na religiosidade, sendo que uma das primeiras tarefas realizadas em comunidade era a construção de capiteis e capelas para cultuar os santos trazidos para a nova terra. A igreja era o fator de integração e reconstrução cultural do universo camponês vêneto.

De acordo com Tedesco (2001, p. 31), “a igreja contribuiu muito para que o processo de fixação da família e de especificidade cultural italiana fora da Itália se concretizasse”, pois representava a luta contra a religiosidade indígena, africana e luterana. E ainda rompeu com a diversidade dialetal e regional do imigrante. Quanto a religiosidade cabocla e indígena, o camponês ítalo-brasileiro por diversas vezes recorreu as benzedeiras em casos de doenças, pois o acesso a médicos e hospitais era dificultado em função das distâncias e da sua baixa condição econômica.

O catolicismo popular agrário era voltado a legitimar os valores, a desigualdade social, o lazer, a produção agrícola, os fenômenos naturais e o culto as almas. Possuía forte ligação com o cotidiano do trabalho e de piedade popular (TEDESCO, 1999).

Figura 3: Foto de um capitel em homenagem a santos do universo religioso do camponês ítalo-brasileiro, como Santa Lúcia, também cultuado na região do Vêneto. Localizado na confluência de três linhas, no interior do município de Ponte Preta-RS.



Fonte: Acervo da autora.

Além da religiosidade, outro elemento que caracteriza muito fortemente o *ethos* do colono ítalo-brasileiro é o trabalho. Prospero e digno de valorização é aquele que trabalha árdua e incansavelmente, ou seja, trabalhar pouco e estar desorganizado no trabalho estão relacionados ao preconceito racial estabelecido. Segundo Tedesco (1999, p. 33),

É em torno da dinâmica terra, família e trabalho que o processo de tecnificação e os colonos organizam seus valores de vida e de (re)produção social. Evidenciam-se estratégias de trabalho, de reprodução, as quais, ainda que inseridas e alimentando os processos citados, levam em conta fatores internos.

O *ethos* do colono se liga ao sistema de relações de trabalho, ou seja, todo o universo de relações se vincula a propriedade fundiária e a produção agrícola. Desde muito novos, os filhos já eram inseridos na lógica do trabalho, executando pequenas tarefas, como tirar as palhas da espiga de milho ou auxiliar em atividades de pequena monta.

Isto colaborava no desenvolvimento da solidariedade familiar e comunitária. A formação dos grupos vicinais permitiu certa homogeneização cultural, e, além disso, possibilitou a formação de grupos que desenvolviam o auxílio mútuo na execução de tarefas, como por exemplo, os vizinhos reuniam-se em uma propriedade para realizar a colheita da uva ou a atividade de desgranamento de cereais. Quando a atividade era concluída, reuniam-se em outra propriedade para executar a atividade da qual aquele necessitava.

A configuração social baseada na ausência de patrão ou horário e no trabalho campesino eram pressupostos da ordem moral camponesa. Tais elementos ajudaram na construção da identidade de pioneirismo, do colono civilizado que amansou o mato, da identidade campesina ítalo-brasileira.

O trabalho na terra está vinculado às relações sociais que estruturam a família. Toda a organicidade do conjunto familiar se dá a partir da divisão sexual do trabalho, de acordo com as tarefas reservadas a cada um (GIRELLI, 2009).

Toda essa organicidade implicou na construção étnica do colono ítalo-brasileiro. Esse sentimento de italianidade é vivenciado desde o centro da família e da casa, do lar. Este espaço funciona como lugar de reprodução dessa tradição reinventada refletido na alimentação, nos hábitos cotidianos, na vestimenta, na língua, na religiosidade, e na organização familiar. Tantos elementos em comum, reproduzidos por diversos núcleos familiares em uma região específica no sul do Brasil, tornaram possível a criação de uma comunidade imaginada, calcada em valores comuns. Os descendentes se apropriam de determinados símbolos como seus e lhes atribuem valores e significados (ZANINI, 2006).

Para esta autora, o mito de fundação desta identidade positiva do imigrante e descendente italiano se inicia com a travessia. Soma-se a isso a dificuldade encontrada no estabelecimento inicial nos lotes representado pelo estabelecimento das famílias no meio do mato. Essa busca pela italianidade não é unívoca, ou seja, há recortes de classe, de status e de prestígio social. Há também a disputa por certo capital cultural que desejam

agregar a si.

A pesquisa realizada por Zanini (2006), na região de Santa Maria, evidencia uma diferenciação neste capital cultural entre os que o evocam de acordo com a localização do grupo, na área urbana ou rural. Em geral a italianidade evocada pelos grupos urbanos se apresenta mais estilizada. Diferente de quando é evocada por grupos rurais que ainda está vinculada ao universo *contadino* vênето. Entre os camponeses os sinais dessa italianidade são diferentemente manipulados. Ou seja, “a construção narrativa da origem não pressupõem um fato histórico datado, é antes uma representação, uma construção grupal, familiar ou mesmo individual.” (ZANINI, 2006, p. 92).

Para a autora, os descendentes pertencem a uma comunidade imaginada que os torna solidários e pela qual desenvolvem vínculos afetivos de pertencimento. Os símbolos são coisas sagradas e estão carregadas de maná, converteram-se em patrimônio, ou seja, em capital cultural étnico. Esta italianidade se sustenta na tríade trabalho, família e religião (catolicismo).

Com a modernidade, ocorreram mudanças na organização social das famílias camponesas. A lógica do mercado capitalista as transformou em mão-de-obra proletarizada, obrigando-as a saírem do campo e também como operários em busca de melhores condições financeiras.

### 3.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE SINGULAR EM UMA ZONA DE FRONTEIRA: ENCONTRO E CONFROENCONTRO ENTRE ÍTALO-BRASILEIROS E OUTROS GRUPOS ÉTNICOS.

Em função da grande concentração de descendentes de imigrantes, registra-se a existência de uma identidade italiana muito forte em Erechim, pois mesmo depois de um século do início de sua colonização, as gerações atuais ainda assim possuem esta identificação. A identidade tem por função o estabelecimento de união e coesão social de um grupo. É evocada para o estabelecimento de diferenciação social e na relação de poder. A sua existência se condiciona a um lugar/espço onde as relações sociais ocorrem (BAUMANN, 2005).

Sendo assim, a identidade é algo produzido cotidianamente, por isso ela esta ligada a lugares de memória e a hábitos, costumes, etc., pois é produzida social e culturalmente. Está relacionada de forma intrínseca a um sistema de símbolos, de

significações. Sistema esse que está ligado ao estabelecimento de diferenciação e de imposição frente ao outro com o intuito de garantir privilégios sociais, poder e o estabelecimento de hierarquia social (POLLAK, 1992).

No que se refere ao imigrante, também estava ligada a ideia do *ethos* do trabalho e ao conhecimento e as condições necessárias para o desenvolvimento econômico dos sertões do sul do país. Ao caboclo posseiro, atrelava-se a ideia de atraso econômico e por isso foi expulso de suas terras e desconsiderado pelo estado brasileiro.

De acordo com Waibel (1955), existem três tipos de fronteiras: a fronteira de expansão, a fronteira demográfica e a fronteira econômica. A primeira se caracteriza pela zona pioneira. A fronteira demográfica limita o sertão com a mata virgem e a última separa o sertão da região mais economicamente adiantada.

Na América, o conceito de zona pioneira sofre uma alteração e passa a se caracterizar pela faixa limite entre a mata virgem e a região civilizada, sendo assim, está em constante movimento e possui um caráter econômico. A faixa civilizada é representada pelo avanço da colonização europeia. Este autor denominou a região ocupada por caboclos e posseiros como sertão de denominação *frontiers*, local onde impera um modo de vida sem organização e de condições de vida primitiva (WAIBEL, 1955).

Com isso, cria-se, no sul do Brasil, assim como em Erechim, uma nova fronteira de expansão caracterizada por uma frente pioneira que leva em conta o empresário, o fazendeiro ou o colono e o comerciante. O camponês europeu se caracteriza por ser o sujeito fronteiriço, pois estabelece uma nova paisagem cultural na região. Além disso, em poucas décadas, transforma substancialmente a paisagem ambiental, derrubando vastas áreas de cobertura florestal para fins econômico.

Sendo assim, o espaço é um produto de inter-relações e em constante construção, por isso, encontra-se em constante disputa. Ao chegarem à nova colônia, os colonos se chocam com um modo de vida e de organização social diferente daquele que traziam consigo. Para Massey (2008), o espaço possui três características: ele é um produto de inter-relações, ou seja, é construído cotidianamente através das relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos que o integra; é a esfera da existência de multiplicidades ou de múltiplas possibilidades; e, por fim, está sempre em construção. Em função disso, o espaço está em disputa pela construção e pelo estabelecimento da hegemonia de diferentes narrativas.

Já a fronteira de ocupação é lugar de conflito social e também de resistência, ou seja, quando do estabelecimento desta fronteira agrícola no norte gaúcho, o imigrante europeu, ao chegar a sua nova colônia, depara-se com os posseiros, indígenas e caboclos que já vinham explorando a região através de outra lógica que não a do grande capital. A fronteira é lugar de encontro e confronto, pois ocorre o choque cultural de duas narrativas históricas, de dois sujeitos distintos com seu conjunto simbólico e de interesse singular. É neste espaço que o colono italiano forja uma identidade única frente aos demais sujeitos.

Mas, para além do choque cultural, ocorreram também as trocas. O camponês europeu desconhecia as características ambientais, de clima e flora da região. E, nos anos iniciais da colonização, aprendeu e adotou técnicas de manejo florestal do indígena e do caboclo. Outra importante contribuição do universo caboclo foram as benzedadeiras, necessárias devido ao isolamento das famílias em regiões interioranas sem acesso a médicos, e também à baixa condição econômica.

Para o caboclo e o indígena, a transformação da terra em mercadoria os exclui do acesso a mesma, pois, para eles, o cultivo e a exploração ocorrem na lógica da pequena escala. As companhias colonizadoras transformam a terra em mercadoria. Dessa maneira, somente os que podem pagar por ela podem explorá-la em larga escala de acordo com o modelo imposto pela lógica do mercado. Para o indígena, o valor de uso da mercadoria é cultural e o trabalho gera direito de propriedade/posse sobre a terra. De acordo com José de Souza Martins (1996), ao coexistirem as frentes de expansão pioneira, dá-se a dimensão de conflitos por distintos projetos históricos.

Nesta fronteira de expansão encontram-se diferentes temporalidades, a do caboclo e a do imigrante italiano, sob a lógica produtivista. Levando em conta que a fronteira é um território compreendido como lugar político de confronto e confronto, e lugar de disputas. Disputas por um projeto de poder, pelo estabelecimento de domínio e controle sobre o mesmo.

Portanto, é na nova fronteira de expansão e ocupação que existe o encontro de várias histórias e trajetórias coetâneas. Desta forma, novas relações são estabelecidas, ocorre a disputa por uma narrativa hegemônica, a disputa pelo poder. É nesta zona de fronteira que o imigrante ítalo-brasileiro construiu uma identidade singular, ao chegar a terra estranha, frente a outros sujeitos, a outras narrativas, ocorre o encontro e o

confronto de distintos conjuntos simbólicos. É frente a todo esse estranhamento que se forja uma identidade única ligada à unificação social frente ao outro.

Essa identidade étnica que permanece nesta região é resultado das interações multiétnicas que ocorreram em função do contato com outras culturas e sistemas simbólicos, como o caboclo, indígena, alemães, entre outros. Com isso, ocorreu a unificação cultural dos imigrantes italianos, ou seja, a necessidade do estabelecimento de fronteiras e de diferenciação frente aos demais indivíduos que não eram seus co-irmãos.

Neste sentido, espaços de socialização restritos a apenas este grupo são criados, como a Associação de Mútuo Socorro XX de Setembro e a escola do Professor Mantovani. O patrimônio cultural e histórico é utilizado como lugar de memória pelos grupos ao qual estão ligados. Tal grupo étnico evoca elementos da memória coletiva na construção e reconstrução da identidade cultural a qual pertence.

O próximo capítulo tem por finalidade elencar e discutir alguns elementos da cultura material e imaterial do camponês ítalo-brasileiro, baseado na tríade terra, trabalho e família, como o *Talian*, por exemplo. Este dialeto se tornou patrimônio cultural brasileiro e representa um aspecto da vida familiar e social, da reprodução de signos ligados aos antepassados. As cantinas e os moinhos estão ligados ao elemento trabalho, de suma importância na economia doméstica dos núcleos familiares, e possibilitavam a expansão da propriedade fundiária.

#### **4 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO NA COLÔNIA ERECHIM: DISCUTINDO A QUESTÃO PATRIMONIAL.**

O conceito de patrimônio histórico e sua construção estão atrelados a um determinado grupo social, que o evoca em cada momento, e ao seu conjunto de significados. Este conceito, além de ser mutável, é construído sócio e historicamente, sendo concebido por uma coletividade. A palavra *Patrimoniun* de origem latina significava todos os bens pertencentes ao chefe da família e que é passado de geração em geração, este sentido está ligado a sociedade aristocrática da época. Mais tarde, com a popularização do cristianismo a palavra ganha um sentido coletivo (FUNARI E PELLEGRINI, 2006).

Para Choay (1999), o patrimônio histórico é um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituída pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado. Ele remete para uma instituição e para uma mentalidade. O patrimônio cultural e histórico mais comum é a edificação arquitetônica, neste caso, como as casas em madeira, as cantinas, os moinhos, os capitéis, dentre outros.

A noção de patrimônio passou a ser alargada a partir de 1960. Antes disso, a listagem patrimonial correspondia a da arqueologia. A preocupação em termos de conservação e manutenção do patrimônio também é recente.

O monumento histórico passa a ser uma criação deliberada que surge posteriori, através do olhar do historiador e do amador, que selecionam os monumentos que representam apenas uma pequena parte do todo. No caso deste trabalho, não é possível, por uma questão de extensão territorial, elencar todas as cantinas, moinhos e assim por diante, mas sim, alguns espaços em termos de amostragem. O conceito de *monumentum* remete a advertir, recordar e interpelar a memória, está ligado a garantia das origens. Seu surgimento se condiciona ao valor do ideal de beleza arquitetônico.

Este representa um papel essencial na manutenção da identidade dos povos e dos grupos sociais. A Revolução Francesa dá o primeiro passo para a elaboração do conceito de monumento histórico e na formulação de leis de proteção e preservação, que serviu de modelo para toda a Europa (CHOAY, 1999).

Em sua obra intitulada “A alegoria do patrimônio”, Choay (1999) contextualiza o surgimento do conceito de monumento histórico, abordando também a lapidação pela qual passaram os monumentos e vestígios deixados pela Antiguidade na Europa em diferentes períodos. Inicia com as invasões bárbaras, passando pelo século XIII quando a igreja católica promoveu um grande saque, transformando monumentos antigos em pedreiras para extrair matéria-prima e utilizar em novas construções. O autor faz uma análise do processo de destruição dos monumentos em Roma feito pelo papado durante o *Quattrocento* italiano.

Os primeiros a tratarem o patrimônio histórico foram os antiquários, para eles o monumento forneceria informações originais. “O passado revela-se mais seguramente através dos seus testemunhos involuntários, as inscrições públicas e sobre tudo, o conjunto das produções da civilização material.” (CHOAY, 1999, p. 56).

Estes foram os primeiros a interpretar o patrimônio histórico sob o viés nacionalista, em busca das origens. Os monumentos são testemunhos irrepreensíveis da história. Introduzem uma pedagogia geral do civismo, dotado de valor cognitivo e econômico. “(...) os cidadãos estão dotados de uma memória histórica que representará o papel afetivo de uma memória viva desde que mobilizada pelo sentimento de orgulho e superioridade nacionais.” (Choay, 1999, p. 98).

Durante a Revolução Francesa, os comitês revolucionários inauguraram a noção de patrimônio como propriedade de todos, promovendo uma gestão inovadora quanto a sua preservação. Os monumentos nacionais eram dotados de valor nacional e lhes era atribuído novos destinos.

A Revolução Industrial também trouxe significativas alterações ao conceito de monumento histórico. Este período se caracterizou por uma maior aceleração da degradação do ambiente humano. Também universalizou o conceito, pois promoveu a universalização dos valores culturais e sociais da cultura ocidental.

A partir de 1820, rompe-se com a ideia dos antiquários e da Revolução Francesa. E então, nos anos de 1850, ocorreu a consagração do conceito de monumento histórico e se lhe atribui à função cognitiva e artística, e estes vieram a contribuir ao sentimento nacionalista (CHOAY, 1999).

De acordo com o autor, na França, o monumento “é, antes de mais, um objeto historicamente determinado e susceptível de uma análise racional e, em seguida, apenas um objeto de arte.” (CHOAY, 1999, p. 134). Esse novo entendimento a cerca do conceito

de monumento histórico cria um novo campo de estudo, a história da arte.

O autor ainda aborda os principais nomes da área da arquitetura, do restauro e conservação nos países pioneiros no tema na Europa, Ruskin, Viollet-le-Deu, Camilo Boito, Giovannoni e Alois Riegl. Este último empreendeu uma distinção entre monumento e monumento histórico. O monumento histórico possui valores de que este foi investigado ao longo da história. O valor de utilização é inerente a ele. Para Choay (1999, p. 140),

A ausência do valor de utilização é o critério que distingue do monumento histórico e, simultaneamente, das ruínas arqueológicas, cujo valor é essencialmente histórico, e da ruína, cuja antiguidade é a qualidade principal.

Seguindo este raciocínio, na Paris de Haussmann, é inaugurado a noção de patrimônio histórico urbano. A cidade material se converte em objeto do saber. Surge a ideia de tecido urbano como um todo, não mais o objeto isolado, mas sim integrado a malha urbana, ao seu entorno. A cidade antiga se torna museu, tornando-se histórica. O monumento histórico representa no presente um papel memorial. A cidade representou o papel memorial de monumento.

De acordo com o autor, é atribuído o valor de utilização e valor museológico aos conjuntos urbanos antigos. São portadores ainda de valores artísticos, históricos e pedagógicos, funcionando como catalisadores da invenção de novas configurações espaciais. Ocorre a fundação de uma nova doutrina no que se refere à conservação e restauro dos monumentos históricos. Qualquer fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano de ordenamento (local, regional e territorial). Deve-se manter o seu caráter social, seu contexto de edificação e entorno e por fim, os procedimentos de restauro e conservação.

Os monumentos e as cidades históricas, bem como o patrimônio cultural e urbano configuram o modo como a sociedade se relaciona com a temporalidade e constroem sua identidade. O monumento é investido de um papel de memória. Este autor faz uma crítica ao que ele chama de religião patrimonial e a mania de patrimônio, como algo expandido como item inerente a cultura ocidental, que se tornou universalizada. Ainda sugere a reutilização dos monumentos como forma de valorização patrimonial, como um empreendimento econômico. Porém, pode levar a exclusão da população local e menos privilegiada do seu acesso e pode comprometer também algumas de suas práticas cotidianas, pois alteraria seu contexto (CHOAY, 1999).

A indústria patrimonial, por sua vez, pode levar a degradação de alguns monumentos por conta do intenso fluxo de pessoas. Neste contexto, a sociedade industrial tende a vender ilusões e não os valores prometidos. O que ocorre é uma reforma em edifícios com um caráter histórico, como as cantinas e os moinhos, onde ocorre a exploração destes espaços para fins econômicos e de turismo. Para terem um sentido histórico, evocam uma memória vinculada ao camponês imigrante, com incansável busca pelas “origens italianas”.

Neste sentido, o lugar é o espaço de convivência social, de produção, reprodução e manutenção do modo de vida e dos costumes. O habitante só existe enquanto enraizado a algum território, lugar de origem, de referência familiar. De acordo com Carlos (1996, p.38): “O lugar representa e fixa relações e práticas sociais produzindo uma identidade complexa que diz respeito ao mesmo tempo ao local e ao global.”.

Existem registros de criação de espaços de socialização voltados para este grupo étnico, tais como clubes e associações, bem como de costumes que tinham como objetivo manter esta comunidade ligada entre si. Destaca-se a importância das escolas e associações onde suas atividades eram ministradas no dialeto *Talian*, servindo para reproduzir e manter esse conjunto cultural. Atualmente, este conjunto de obras compõe o patrimônio cultural da etnia ítalo-brasileira, vinculada ao que consideram a “Pátria Mãe”, a Itália. Neste caso, a memória evocada é a do camponês vêneto de finais de 1800.

Os autores Funari e Pelegrini (2009) fazem menção à ideia bíblica de nação como referência ao local de nascimento. Em solo brasileiro, era preciso criar laços em comum, valores e costumes que ligassem esse povo, lhes dando um sentido de pertencimento e uma origem supostamente comum. Um dos elementos utilizados para criar coesão social foi a utilização da Itália como local de origem destes sujeitos. Neste caso, cabe salientar o papel das escolas como difusor de cultura e do dialeto *Talian*. Havia a fundação de escolas para a etnia italiana, onde as aulas eram ministradas no dialeto.

Ainda em referência ao conceito de patrimônio, o fim da II Grande Guerra e a criação da ONU em 1945 possibilitou o desenvolvimento de abordagens mais abrangentes de cultura e patrimônio, adicionando outros signos. A ideia de unificação e de identidade comum é derrubada, surgindo novos personagens que são disputados por grupos sociais diversos, com direitos e interesses diferentes. Não há mais unidade cultural. Há uma diversidade de grupos sociais e culturais no interior da sociedade, em constante mutação. Entende-se aqui o patrimônio histórico e cultural como algo historicamente construído,

baseado no cotidiano de grupos étnicos, em suas manifestações culturais materiais e imateriais (FUNARI E PELEGRINI, 2009).

Tendo isto em mente, a cultura material é formada por artefatos, estes podem ser desde prédios, monumentos até objetos domésticos, por exemplo. Para Morales (2008), a cultura não é um reflexo passivo da sociedade, mas cria a sociedade por meio da ação dos indivíduos. São nos artefatos que estão contidos os significados e as representações da sociedade ao qual pertence, trazendo assim informações sobre a vida cotidiana. O artefato em si não fala, quem fala e atribui significado a ele é o pesquisador que o está interrogando. Seguindo seus pressupostos teóricos, produz um discurso sobre ele. (MORALES, 2008, p. 04), afirma que:

A fim de ser fiel ao objeto e ao seu significado 'real', ou, mais do que isso, a fim de ser preciso na descrição das sociedades passadas, o pesquisador deve descobrir como opera o objeto em relação ao entorno humano e físico, e em relação à estrutura econômica e social, construindo assim um sentido novo.

A análise da cultura material e a leitura que o pesquisador faz dela contribui com informações que auxiliam na reconstrução de aspectos sociais e culturais da sociedade. Apresenta elementos que corroboram para o reconhecimento de identidades sociais e a sua formação.

Quanto aos itens inventariados, eles compreendem o conceito de lugares e espaços de memórias. Ou seja, aqueles que possuam algum tipo de ligação com a cultura do imigrante e descendente de imigrante italiano e estejam atrelados a identidade camponesa ítalo-brasileira, bem como os grupos culturais e folclóricos, a língua e etc.

#### 4.1. ESPAÇOS LIGADOS À CULTURA MATERIAL E IMATERIAL: O ETHOS CAMPONÊS TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA.

A cultura material e imaterial forma o patrimônio histórico e cultural de um determinado grupo social. Sendo que a primeira é constituída pelos bens visíveis, tais como prédios, praças, imóveis, ou lugares considerados espaço de memória. Já a segunda é composta pelos cantos, modos de fazer, língua, dentro outros. O *Talian*, portanto, é considerado como pertencente à cultura imaterial. Porém, ambos os tipos de cultura são indissociáveis e juntas formam o patrimônio histórico e cultural de um grupo.

Levando em conta esta característica, as sessões seguintes objetivam apresentar parte do patrimônio cultural ítalo-brasileiro presente na Antiga Colônia Erechim e, através destes elementos, discutirem a formação desta identidade étnica.

#### 4.1.1 A escola do Professor Mantovani

O prédio que pertenceu à escola do Professor Mantovani se localiza, até os dias atuais, na Rua Presidente Vargas no centro da área urbana de Erechim (Figura 5). Sendo a primeira escola da localidade, as aulas eram ministradas na própria casa do professor. Mantovani veio da Itália e inicialmente residindo nas Colônias Velhas onde exerceu seu ofício de professor. No ano de 1917, mudou-se para Erechim onde, estabelecendo-se com sua família, construindo em 1919 o prédio que passou a ser também residência familiar e escola. Este prédio de madeira continua preservado nos dias atuais.

Para além da atividade educacional, o prédio é um exemplo da arquitetura comum na região colonial do sul do Brasil. Possui três pavimentos, porão, térreo e o sótão, estilo arquitetônico trazido da região do Vêneto pelos imigrantes e seus descendentes.

De acordo com Pereira e Valle (2019), ocorreram três tipos de construções no período colonial de Erechim: a erudita, a em madeira e uma terceira que mesclava traços de ambas. A arquitetura erudita era aquela elaborada por profissionais com objetivo estético e de monumentalidade. Já a construção popular em madeira era aquela feita pelas pessoas comuns, sem, o estudo arquitetônico. A arquitetura popular é elaborada de forma democrática e criativa. Este modelo tem por objetivo resolver as necessidades do cotidiano popular, ou seja, resolver uma necessidade funcional, em relação ao uso, técnicas e adaptação. No Alto Uruguai, as construções em madeira continuaram sendo feitas até a década de 1940.

As populares casas do colono eram feitas em madeira e dispostas em três pavimentos: porão, térreo e sótão (Figura 4). Em geral, a habitação era feita por um carpinteiro e com mão-de-obra coletiva dos vizinhos e da própria família. As paredes eram feitas de tábuas largas de madeira dispostas de forma simples ou duplas com aproximadamente 30 cm. Já o telhado era construído em duas águas com um ângulo aproximado de 45°. No início, a cobertura era feita de *scandole*, de 50 a 60 cm de comprimento, 20 cm de largura e 1,5 cm de espessura. Com o passar do tempo,

introduziu-se a cobertura de telhado de zinco e telhas de barro cozido. (MAESTRI, 2000).

Figura 4: Casa de madeira em estilo colonial apresenta os três pavimentos.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

A origem deste tipo de construção é europeia e está vinculado ao tipo de telhado com bom caimento em função das nevascas das regiões mais frias. O sótão possuía a função de armazenagem de cereais, já o andar térreo abrigava o hall de entrada e os quartos. O porão, feito em geral escavado ou com paredes de pedras ou tijolos, tinha a função de conservar alimentos como o queijo e o salame além de funcionar como cantina, em função de suas baixas temperaturas (PEREIRA E VALLE, 2019).

A partir da década de 1920, passou a ocorrer uma nova adaptação em função do clima mais quente dos verões, a adição de uma varanda, lateral ou frontal, e o uso de grades de madeira adornadas além de placas em madeira esculpidas. Já a partir da década de 1930, ocorreu a introdução de novas matérias primas na colônia e, assim, registra-se o início das construções em alvenaria e dos prédios que mesclavam ambas as técnicas.

Figura 5: Vista frontal do prédio Escola do Professor Mantovani



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

#### 4.1.2. A praça dos imigrantes

A Praça do Imigrante, construída na década de 70, está localizada no lado nordeste, passando o Viaduto Rubem Berta, ao final da Avenida Maurício Cardoso. Nesta praça, encontra-se o busto de quatro pioneiros pertencentes à etnia italiana. São eles Atilio Assoni, João Carlon, João Massignan e Bortolo Balvedi. Esta praça esboça a presença marcante do positivismo, deixando clara a hierarquização das etnias, pois inicialmente foi feita em homenagem a imigração italiana. Foi somente mais tarde que dois monumentos foram agregados a ela em homenagem a presença polonesa.

Atilio Assoni nasceu em 1866 em Cremona na Itália, chegando na Colônia Erechim em 1903, onde montou uma serraria e uma casa comercial. Já Bortolo Balvedi nasceu em 1872 em Belluno, Itália, chegando em Erechim em 1911, no ano de 1913 deu início a empresa comercial Indústria de Bebidas Balvedi. João Carlon nasceu em 1890, também em Belluno, também atuando no ramo comercial. João Massignan nasceu em 1871, em Montecchio, também italiano. Este, por sua vez, atuou no ramo comercial, sendo o primeiro a abrir uma revenda automotiva da Ford nesta colônia.

Observa-se que os quatro bustos homenageados na Praça do Imigrante, hoje localizada na antiga sede da Colônia Erechim, estão todos ligados aos elementos do

trabalho, ou seja, são homens, chefes de família dentro da lógica patriarcal que fundamenta a família italiana. É atribuído a eles o *ethos* do trabalho e de progresso. Esta mesma praça teve um busto acrescentado mais tardiamente, homenageando um imigrante de origem polonesa.

Em reportagem do jornal Voz da Serra de 08/05/1975, sobre o histórico dos quatro bustos homenageados na Praça do Imigrante, lê-se frases como “sempre devotado ao trabalho”, no que se refere a atividade comercial dos referidos. Já a matéria do mesmo jornal datado de 22/08/2002, sobre os quatro homenageados como os “desbravadores”, os “pioneiros da colonização”, afirma que os mesmos foram os que “semearam os frutos do desenvolvimento” na então colônia. Ainda sobre João Carlon, o jornal aponta para a sua “dedicação e a crença no trabalho”, com discursos de exaltação ao trabalho em prol do desenvolvimento e do bem da coletividade. Os quatro colonizadores são referidos como os nomes ligados ao desenvolvimento industrial na história oficial do município.

Figura 6: Vista geral da Praça dos Imigrantes.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

#### 4.1.3. Sociedade De Mútuo Socorso XX De Setembro

A Sociedade Italiana de Mútuo Socorso XX de Setembro se localiza na esquina das

ruas Valentim Zambonato e Avenida Tiradentes, no centro de Erechim, sendo a primeira organização social italiana na antiga colônia. Criada inicialmente como uma entidade que objetivava o auxílio mútuo entre os imigrantes desta etnia, no que se referia ao estabelecimento de novos cô-irmãos na localidade, funcionava como uma previdência privada. Mais tarde, deixou de ter esta função, passando a ser apenas um clube recreativo.

A sociedade foi fundada em 20 de setembro de 1915, data que marca a unificação do estado italiano. Em 1929, passou a se denominar Sociedade Italiana de Mútuo Socorso Carlo Del Prete. Com o Estado Novo e o decreto de Getúlio abolindo nomes estrangeiros, principalmente alemães e italianos de instituições, a sociedade passou a se chamar Clube Esportivo e Recreativo Atlântico. Nota-se na Figura 8 o nome de “Società Italiana”.

Figura 7: Vista frontal e parcialmente lateral do primeiro prédio da Sociedade de Mútuo Socorso XX de Setembro.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

Figura 8: Vista frontal e parcialmente lateral do primeiro prédio da Sociedade de Mútuo Socorso XX de Setembro.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

No Artigo 2º do estatuto da entidade escrito em língua italiana, datado de agosto de 1929, está escrito: “Lo scopo della societá é la beneficenza, il soccorso mutuo fra gli associati e la messa in opera di tutti i mezzi atti a promuovere l’unione, la pace e l’armonia dela colonia italiana.” (p. 12)<sup>6</sup>. Muitas foram as associações de mútuo socorro fundadas fora da Itália com o objetivo de unir e promover o auxílio mútuo entre os co-irmãos. A Sociedade Italiana de Apoio Mútuo XX de Setembro, fundada nos anos iniciais da Colônia Erechim, também teve como objetivo a união étnica dos imigrantes e descendentes de italianos, bem como o apoio financeiro entre eles, em suma, era uma entidade com recorte étnico e por isso exaltava as “origens” promovia eventos com vistas as manter viva a memória da pátria mãe.

---

<sup>6</sup>“O objetivo da sociedade é a caridade, a ajuda mútua entre os membros e a implementação de todos os meios para promover a união, a paz e a harmonia da colônia italiana.” Preservou-se a escrita original conforme estatuto. (Tradução livre).

No mesmo documento, lê-se: “La bandiera della societá é la bandiera tricolore italiana, con uno stendardo colla dicitura del sodalizio.” (p.13)<sup>7</sup>. O artigo seis do estatuto informa que a bandeira da entidade é a bandeira tricolor italiana, sendo mais uma referência a uma comunidade imaginada fora da “Pátria Mãe”.

No Artigo 14º, fica estabelecido novamente que “Sono ammessi a fare parte della societá tutti gli italiani e loro discendenti che abbiano una età non minore di 15 anni ne maggiore di 60.” (p. 14)<sup>8</sup>. Para fazer parte da entidade, deveria ser italiano ou descendente deste, vedado o ingresso de elementos de outras etnias.

Já o Artigo 23º estabelece as obrigações do associado, dentre elas está a defesa da honra de seus colegas e da associação, bem como o amor ao trabalho e a honestidade, e a defesa da moralidade. Neste trecho do estatuto, fica evidenciado um dos elementos mais significativos do *ethos* camponês vêneto, a defesa do trabalho. Dentre as obrigações, o documento apontava também o auxílio financeiro quando um de seus integrantes necessitasse.

Ainda sobre a trajetória desta entidade, Fernando Calliari escreveu o livro “C.E.R Atlântico: Uma História de Conquistas”. Calliari (2001) é filho de um dos integrantes mais antigos do clube, por isso carrega a herança cultural do pai. Ao longo de seu livro, observa-se um discurso positivo e de exaltação do elemento italiano em Erechim.

O autor exalta já no início do texto a importância do imigrante italiano no desenvolvimento comercial e industrial das regiões colonizadas por estes. Como comprovado no trecho: “(...) E a negação desta pecha pode-se hoje apreciar pelo desenvolvimento industrial, comercial e social que apresentam as regiões por eles povoadas.” (CALLIARI, 2001, p.8). A pecha se refere ao questionamento a respeito de ser o italiano portador ou não de progresso. No texto, o autor reafirma que o desenvolvimento das regiões colonizadas por italianos se deram atreladas a eles.

Ao longo da sua trajetória, fica evidenciada a influência na vida pública por parte de integrantes da associação, sempre com seus referenciais vinculados a “Pátria Mãe”. Esta entidade também influenciou diretamente a questão consular no município, solicitando em

---

7 “A bandeira da associação é a bandeira tricolor Italiana, com um símbolo de acordo e parceria.” (Tradução livre).

8 “Todos os italianos e seus descendentes com menos de 15 anos ou mais de 60 anos são elegíveis para ingressar na associação.” (Tradução livre).

1924 a substituição do mesmo, alegando inercia e individualidade da pessoa que ocupava o cargo na época. No mesmo período, também solicitou a diocese de Santa Maria (que atendia a região naquele período) a remoção do padre vigário, alegando falta de liderança religiosa, pois o mesmo não atendia satisfatoriamente o incentivo para a instalação do colégio marista na então sede da colônia.

No ano de 1927, a entidade muda o seu nome e passa a se chamar Benito Mussolini. Calliari (2001, p.14) frisa: “Nada ficou perfeitamente esclarecido a respeito dessa troca, mas sabe-se que o sentimento de Italianidade, como a chamavam nossos antepassados, estava muito vivo ainda e as mudanças que ocorriam na Pátria mãe, mexiam com os brios nacionalistas dos *“oriundi”*”. Naquele mesmo ano, o ministro Benito Mussolini emitiu uma circular, informando que nenhuma sociedade deveria portar seu nome. Porém, mais uma vez, fica evidenciada a referência e o saudosismo a uma nação distante, elemento presente também na data de fundação da mesma.

Em 1927, o convite para o evento referente as comemorações dos 12 anos da entidade expressam “o intenso sentimento de amor à “Pátria Mãe”, exaltando Roma como “Cidade Eterna, capital intangível do Reino”. (Calliari, 2001; p. 18). As correspondências trocadas entre a diretoria da entidade e o consulado italiano de Porto Alegre desse período eram todas escritas no idioma italiano. Mais uma vez, o ufanismo e a nostalgia ligados a um ideal de nacionalismo de uma pátria além mar.

A partir de 1929, a entidade muda seu nome para Societá Italiana de Mútu Socorssu Carlo del Prete. O aviador italiano Carlo del Prete foi protagonista do primeiro voo a atravessar o Oceano Atlântico, sem efetuar escala para abastecimento. A sua morte, em 1928, em um acidente aéreo no Brasil, provocou, segundo o autor, forte comoção no município, a entidade organizou cerimônia religiosa em sua homenagem, como se o mesmo fosse membro desta sociedade. De acordo com o autor, “Este fato influenciou profundamente o sentimento de amor à pátria mãe e a tal ponto que determinou a mudança de nome da entidade, o que se materializou pouco tempo depois.” (CALLIARI, 2001; p. 24).

A primeira sede social foi inaugurada em final da década de 20. Em função de muitos dos documentos das primeiras décadas do exercício da entidade terem sido perdidos, não é possível determinar exatamente a data de fundação. Durante o período do Estado Novo getulista e o perigo do nazi-fascismo durante a II Guerra Mundial e da perseguição de Getúlio Vargas a italianos e alemães, muitos dos documentos, que de

alguma forma pudessem representar riscos aos italianos, foram queimados ou se perderam. Afinal, este sentimento de pertença a uma identidade italiana era evidente e poderia causar problemas.

Calliari (2001, p. 31) afirma que:

(...) não se poderia dissociar a História de Erechim da História da Sociedade Italiana 20 de Setembro. Lembrando o que os mais antigos ainda contam, a Estação Ferroviária era como um ponto de encontro com a civilização. Tão movimentada por trens e pessoas que pareciam ali buscar um elo com os passageiros, a esperança de talvez encontrar algum conhecido ou a vontade de voltar à Pátria Mãe, tão distante no tempo e no espaço, (...).

Há um sentimento de eterno retorno, um desejo permanente de voltar para a Itália, uma Itália que só existe no imaginário destes descendentes de imigrantes, um sentimento de não pertencimento a este lugar. O nome da entidade está atrelado a um desejo de exaltação e homenagem a unificação do estado italiano.

A partir da década de 1930, há uma maior intencionalidade de atuação voltada para atividades de lazer e da vida social. Em 1933, ocorre a construção da cancha de bochas, tendo deste período em diante também o caráter esportivo da entidade. Também se construiu um palco com a finalidade de uso para peças teatrais e afins.

A influência da entidade era tamanha que, em 1934 por ocasião das comemorações do dia do colono, organizou a atividade comemorativa e ainda conseguiu isenção de determinados impostos municipais durante 2 anos para as cooperativas vitivinícolas daquela localidade. O que gerou certo embaraço e desconforto no município. Os integrantes da entidade tinham atuação muito forte na vida pública da região. Sua influência ia da política ao esporte e as artes. De acordo com Calliari (2001, p. 51).

O canto era uma velha mania dos italianos, que se reuniam para degustar os vinhos que eles mesmos faziam e juntamente com a bocha proporcionar horas agradáveis entre amigos, que assim recordavam a distante Itália, amenizando a saudade.”.

A sociedade foi palco de muitas apresentações teatrais e culturais. Um dos seus integrantes fundou um grupo de teatro amador na cidade. O espaço da sede social foi por diversas ocasiões, cedido a outras entidades e associações para que as mesmas fizessem suas atividades.

A sociedade aceitava somente como sócios os “*oriundi*” ou descendentes, ou seja, somente de nacionalidade ou ascendência italiana. Era um espaço onde eram cultivados os hábitos culturais e de lazer inerentes a este grupo étnico, tais como o jogo de bocha, de bolão, de cartas e a reprodução de cantigas no idioma italiano (CALLIARI, 2001).

No dia 03 de fevereiro de 1937, ocorre à fundação do Atlântico Foot Ball Club, o time era composto majoritariamente de italianos e jogava contra o outro único clube existente até então, o Ypiranga, possuidor do campo de futebol. Até 1940, coexistem as duas associações, a recreativa e beneficente e a esportiva. A criação da sociedade esportiva acabou dando início a uma certa abertura dentro da entidade, permitindo a associação de outros que não italianos, o que gerou descontentamento entre os mais antigos membros. Estes, por sua vez, desejavam manter a “pureza étnica” do clube. As cores do clube são vermelho e verde, a cor branca é usada no escudo, as mesmas da bandeira do estado italiano.

Com o Estado Novo e o governo de Vargas, algumas proibições e perseguições foram impostas a imigrantes italianos e demais grupos étnicos. Tais mudanças geraram certa insegurança e medo para os estrangeiros, bem como a mudança do nome, foi suprimido “Carlo del Prete” e a entidade passou também a se chamar Clube Atlântico.

Com o passar dos anos, a entidade vai perdendo o seu caráter de mútuo socorro étnico, passando a atuar em outros espaços, como o esportivo e recreativo. Em 1940, a entidade adquire nova área destinada a construção do campo de futebol. Ainda neste mesmo ano, em 26 de maio, é feita a fusão das duas entidades, doravante denominada de Clube Esportivo e Recreativo Atlântico.

Tendo em vista também o caráter recreativo da associação e a presença da vitivinicultura, em 1971, é criado o baile do vinho. Este é um dos elementos simbólicos mais visíveis da cultura étnica ítalo-brasileira e como a entidade possui em suas origens o elemento étnico, a criação de um evento com esta temática é uma forma de exaltação a nação distante.

Ao longo dos anos, disputas e desentendimentos internos levaram a criação de duas entidades dentro desta, uma voltada a apoiar o futebol e uma recreativa. Os desentendimentos em geral se davam em função de que a parte recreativa e os associados mais antigos (fundadores) não concordavam com as vultosas somas de dinheiro que eram destinadas ao futebol. Em função destas disputas internas, a entidade

suprimiu o time de futebol de campo, incentivando apenas o futsal, o que permanece até os dias atuais (CALLIARI, 2001).

Esta entidade passou por diversos problemas econômicos ao longo dos seus mais de 100 anos de atuação no município. Seu caráter assistencial foi perdendo espaço de acordo com as mudanças sociais. De recreativo passou a incentivar diversos esportes, como a bocha e o vôlei, porém, em 1976, a direção toma a decisão de extinção do time de futebol de campo em função das características dispendiosas deste esporte. Ao longo dos anos de existência do time de futebol, diversas foram às vezes em que a associação passou por crises econômicas. De acordo com Calliari (2001), estas se justificavam em função da ausência de auto sustentação da equipe de futebol, o que levou o clube a injetar valores constantemente neste setor.

Atualmente, o time de futsal do Atlântico vem tendo certa expressividade nos campeonatos nacionais e internacionais. Com o passar dos anos, o clube abandonou as restrições étnicas e hoje se pode notar em seus quadros associativos os mais diferentes sobrenomes e não mais apenas de descendentes de imigrantes italianos.

#### **4.1.4. Largo Vêneto**

O Largo Vêneto, criado em 1999, localiza-se no cruzamento da Avenida Tiradentes com a Rua Torres Gonçalves. Em um dos canteiros, existe uma pedra contendo cinco placas com eventos alusivos à etnia italiana.

No documento de encaminhamento a Câmara de Vereadores do município de Erechim, justifica-se a criação e denominação deste espaço em prol do “reencontro com as raízes mais profundas”. Dentre as justificativas, destacam-se: uma população de mais de 60% de descendência originária veneta; a importância cultural e econômica para a Itália da região do Vêneto; este como um modelo de integração e de desenvolvimento industrial e agrícola; demonstrativas de aproximação entre as regiões; o interesse do município de Erechim em estabelecer parceria de trocas comerciais e culturais com um dos municípios do Vêneto (Gemellaggios); que tal feito representaria a entrada de Erechim no primeiro mundo, tendo em vista o grande número de descendentes de imigrantes vênets; e ainda o trabalho feito pela FAINORS (Federação das Associações Italianas do Norte do Rio Grande do Sul) com os intercâmbios entre os municípios do

norte do estado gaúcho e a província do Vêneto.

Ao analisar a argumentação, fica evidenciado o discurso ufanista e de nostalgia com relação “as origens”. A exaltação de sucesso e progresso da região de origem dos antepassados que vieram a colonizar o município em questão. Há a recorrente necessidade de afirmar certa “superioridade étnica” marcada pela europeização, com elementos que evocam o trabalho, o progresso e o sucesso, o interesse em trocas comerciais e culturais, com o primeiro mundo.

O Largo Vêneto foi inaugurado em 25 de outubro de 2003 em homenagem a cultura italiana na região quando, na ocasião, os alunos das escolas de São Valentim cantaram o hino nacional italiano durante a visita do cônsul Mario Panaro. É a representação da permanência e exaltação de uma pátria distante. Uma pátria que não existe, a dos nossos antepassados. É uma extensão da Itália na América dentro da perspectiva que Scalabrini (1979) apontou como a da formação de colônias étnicas fora da Itália.

Figura 9: Vista geral do Largo Vêneto.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

Já no decreto lei 2.331 de 03 de setembro de 1996, lê-se o que segue como justificativa para tal denominação: “que a contribuição dos descendentes de imigrantes italianos e dos seus progenitores foi decisiva para a grandeza e o desenvolvimento do

Município de Erechim.” A Colônia Erechim e o atual município de mesmo nome foram colonizados pelos mais diferentes elementos étnicos, não somente por italianos, porém, para o poder municipal, na época, é evidenciada apenas a participação na construção da prosperidade do elemento étnico italiano. Há a necessidade de resguardar e resgatar este sentimento ufanista e nostálgico com relação a um passado idílico e distante. Em 1999, o decreto de 1996 é revogado e o mesmo efeito passa a ser dado via projeto de Lei municipal.

#### 4.1.5. Indústria De Bebidas Balvedi

O prédio da antiga Indústria de Bebidas Balvedi está localizado na saída para o município de Aratiba na Rua Bortolo Balvedi. Bortolo Balvedi foi um dos pioneiros que teve o seu busto exposto em uma das praças da cidade. A sua atuação como empresário no setor de bebidas e, conseqüentemente, o prédio histórico da sua empresa, é ligada à memória coletiva da etnia italiana, a valores sociais de labor e sucesso.

Figura 10: Vista frontal do prédio da antiga Indústria de Bebidas Balvedi.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

Figura 11: Reportagem do jornal Voz da Serra de 22 de agosto de 2002.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

No jornal Voz Regional de 22 de agosto de 2002, a respeito da figura de Bortolo Balvedi, lê-se: “Em meados de 1975, os jornalistas já homenageavam e relembavam com saudades, as personalidades que por Erechim passaram e semearam os frutos do desenvolvimento.” Gira em torno do nome dos “pioneiros” um discurso de exaltação em valorização ao elemento do trabalho.

Ainda sobre estes “pioneiros”, o texto do jornal afirma que os monumentos resguardam a soberania dos pioneiros, sendo estes os principais ícones culturais do município, ou seja, o monumento tem a função de reativar e de manter presente a narrativa discursiva vinculada a uma identidade étnica carregada de positividade.

Vincula-se a trajetória individual destes a um ideal de progresso, atrelando-a ao desenvolvimento regional, pois de acordo com o texto “foram os primeiros colonizadores que iniciaram a construção de um município, plantando neste a vontade de crescer”. Nesta narrativa, os imigrantes italianos são colocados como os primeiros a ocuparem o Alto Uruguai, é desconsiderada a existência da população cabocla e indígena presente anteriormente na região, pois de acordo com os ideais positivistas que embasaram a

criação desta colônia, é o elemento europeu o que teria condições de trazer o progresso.

#### **4.1.6 Os moinhos coloniais**

O moinho Zicato foi construído e fundado originalmente por Achilles Tomazelli no interior do município de Ponte Preta na primeira metade do século passado. O moinho era movido à roda d'água. Para isso, construiu-se um desvio onde a água do rio Jupirangaba era represada e movimentava o moinho. A água era movimentada através de um canal, enchendo os caixilhos da roda de madeira, em função do peso da água, ao enchê-los, fazia com que girasse. De acordo com Dôro (2004), este foi o primeiro moinho construído no município, mais tarde no final da década de 1940, o moinho foi vendido para Ervim Sperhake e Pedro Zicato.

A partir desse período, ocorreu um incentivo à produção de trigo pelo governo de Getúlio Vargas, com expansão de um processo de modernização visando melhorar a qualidade da farinha beneficiada e, assim, máquinas foram importadas. Além de trigo, este moinho também processava milho e arroz. O moinho também possuía a função de casa de comércio, ou seja, trazia para o interior os artigos importados, como tecidos e querosene.

O atual município de Ponte Preta pertence a região do Alto Uruguai, ou seja, insere-se no que era a Colônia Erechim. No ano de 1925, a região do Alto Uruguai possuía 53 moinhos coloniais, o que denota a importância significativa desta atividade para os camponeses imigrantes. O moinho Zicato é elencado neste trabalho como um representativo da atividade de moagem e comércio (DÔRO, 2004).

Já em 1927, 14,59% da economia do município era representada pelo trigo. A expressiva importância econômica deste cereal ficou evidenciada quando Erechim sediou a III Festa Nacional do Trigo em 28 de novembro de 1953. Erechim se tornou a capital Nacional do Trigo, com uma produção que correspondia a 9,81% de toda a demanda nacional (DELAZERI, 2000).

Os moinhos coloniais faziam o processamento dos gêneros produzidos nos lotes coloniais. Além disso, efetuavam o comércio com as zonas centrais, trocando gêneros alimentícios por mercadorias. Os moinhos e as casas de comércio funcionaram como

instrumentos de troca e de contato entre as comunidade do interior e a metrópole do estado.

O papel do comerciante era o de acessar os centros comerciais regionais e promover o intercâmbio de mercadorias, ou seja, segundo Tedesco (2001, p. 35):

O vendeiro da linha exerceu um papel importante na estrutura econômica e social da comunidade na colônia. (...) Os colonos dependiam do comerciante, pois era unicamente ele que comprava e negociava seus produtos. A venda era também o banco local, o espaço do fiado, da caderneta, da relação por dívida, dos meios de comunicação não oficiais e das inovações.

Figura 12: Vista frontal do prédio do Moinho Zicatto localizado no interior do município de Ponte Preta.



Fonte: Acervo da autora.

Figura 13: Vista lateral do prédio do Moinho Zicatto localizado no interior do município de Ponte Preta.



Fonte: Acervo da autora.

Este moinho utilizado como exemplo ainda se localiza no interior do município de Ponte Preta, região pertencente ao que fora a Colônia Erechim. No século passado, desempenhou também o papel de intercambista entre os colonos e os centros regionais consumidores, comprando o excedente de produção destes e vendendo-lhes instrumentos agrícolas e demais utensílios vindos dos centros urbanos. Atualmente, não está mais em funcionamento.

#### **4.1.7. A cultura do vinho: as vinícolas e as cantinas**

Nada mais representativo na imagem da cultura campesina ítalo-brasileira do que a cultura do vinho. O simbolismo étnico encontrado nas cantinas, nos parreirais, no vinho e na uva representa este apego nostálgico às “origens venetas”.

A produção de vinho artesanal feita pelos colonos italianos no Alto Uruguai logo produziu excedente que eram comercializados pelas cooperativas através da ferrovia para São Paulo, Porto Alegre e outras regiões. Ou seja, para além do simbolismo cultural teve um impacto significativo nos primeiros anos da colônia. Em 1926, existiam 7 grandes cantinas e mais de 100 cantinas caseiras. No ano de 1932, cerca de 150 produtores fundaram a Cooperativa Vitivinícola Boa-Vistense.

## Cooperativa de vitivinícola Boa-Vistense

Esta cooperativa foi fundada em 09 de setembro de 1932 e se localizava na Avenida Germano Hoffmann, contando com aproximadamente 150 produtores de vinho. Atualmente, o prédio não existe, uma vez que, no passado, foi demolido.

Na Figura 14, percebe-se o aspecto arquitetônico do prédio que é característico deste período, sendo construído em três pavimentos. No entanto, o prédio da Cooperativa já é construído todo em alvenaria, mantendo as características típicas como o porão para armazenagem, andar térreo e sóton.

As cooperativas são trazidas para as colônias no sul do Brasil e serviram como modelo de desenvolvimento e subsistência da população camponesa. Estes produziam excedentes agrícolas e, através delas, comercializavam seus produtos. Eram estas que faziam a ponte entre a Colônia Erechim e a região metropolitana, exportando inclusive até São Paulo. Assim, os camponeses acumulavam economias e, com elas, poderiam ter seu conforto e também adquirir bens de consumo que aqui não eram produzidos, além de quitarem seus lotes de terra e adquirirem mais conforme a renda da família ia aumentando.

Figura 14: Vista frontal e parcialmente lateral do primeiro prédio da Cooperativa de Vitivinicultura Boavistense.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

### Cantina Giacomel.

A Cantina Giacomel foi construída entre os anos de 1911 e 1913 e, inicialmente pertencia ao Sr Atílio Assoni. Localizada na Rua João Massignann, é a mais antiga construção em alvenaria datada no município. Atualmente, o prédio foi reformado e abriga um restaurante que serve, em seu cardápio, pratos ligados à cultura étnica ítalo-brasileira. Com algumas adaptações, evoca a memória das antigas cantinas com pratos e bebidas típicas.

Figura 15: Vista frontal e parcialmente lateral do prédio onde posteriormente foi aberta a Cantina Giacomel.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

### Cantina Villa Trentin.

A família Trentin se mudou para a localidade do Vale Dourado as margens da Rodovia RS 420, em meados de 1919, vindos de Garibaldi. Alguns anos depois, estabeleceram uma casa colonial com pousada, restaurante e comercialização de

produtos típicos da região. A idealização do espaço está ligada à figura do imigrante italiano. Atualmente, o espaço passou por reformas e adaptações, explorando o turismo cultural, mantendo presente a relação com a memória ítalo-brasileira. Porém, em termos de arquitetura colonial, devido às reformas, o lugar não preservou tal aspecto arquitetônico, apresentando na atualidade um visual moderno, mas para fins de turismo. O espaço evoca esta identidade étnica, ou seja, ocorre um processo de transformação da cultura étnica em mercadoria.

Figura 16: Vista frontal do prédio da Cantina Villa Trentin.



Fonte: Villa Trentin (site, 2018).

### La Cantina Slongo.

Localizada na RS 480, no interior do município de Erechim. A família Slongo se mudou para o interior do município de Erechim no ano de 1910, estabeleceu-se em uma propriedade rural com subsistência baseada em uma vinícola que é mantida até os dias atuais. O espaço foi aberto ao público no ano de 2011 como um típico restaurante que evoca esta identidade étnica ítalo-brasileira, com venda de produtos artesanais. A casa de madeira em estilo colonial serve refeições e também explora o turismo ligado à esta memória campesina.

Este prédio, por sua vez, apresenta outro elemento da arquitetura colonial? não tem a presença do porão, mas a área da antiga cozinha é feita como um prédio anexo à

casa principal. No início da colonização, este modelo de construção era comum, pois a cozinha era equipada como uma espécie de fogão de chapa (*fogolaro*) para evitar riscos de, em um possível incêndio, perder-se toda a casa, desenvolveram tal adaptação.

Figura 17: Vista frontal do prédio da La Cantina Slongo.



Fonte: Panorâmico (site, 2019).

### O Vale dos Parreirais e a Festa Di Bacco.

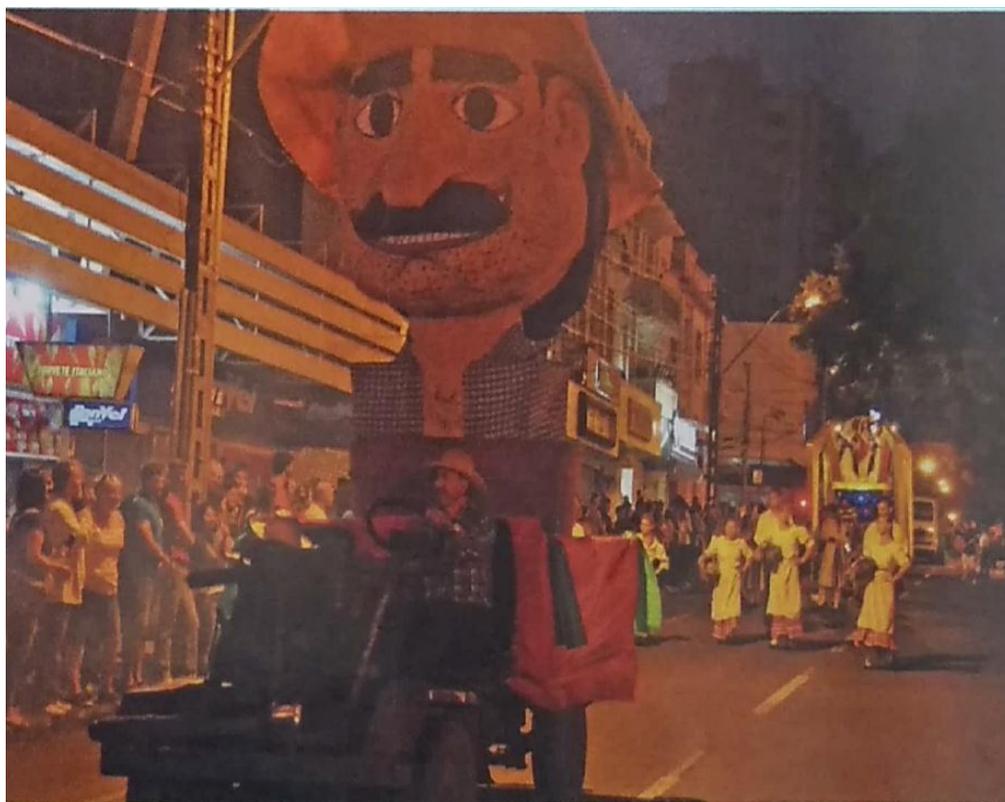
O projeto do Vale dos Parreirais atrelado a Festa di Bacco, no atual município de Erechim, tem por finalidade a exploração de um aspecto da cultura étnica ítalo-brasileira com a finalidade econômica de exploração do turismo rural. Tal projeto passou a ser explorado e articulado pela administração pública municipal a partir de 2007 com a promulgação da Lei Estadual 12.845 de 26 de novembro de 2007 que regulamentou e passou a incentivar o fomento do turismo rural no estado.

O Vale dos Parreirais está localizado na Linha Dourado, no interior do município de Erechim. A uva e o Vinho são símbolos ligados à identidade étnica ítalo-brasileira. O Vale dos Parreirais é uma rota rural que explora o turismo ligado à identidade étnica deste colono com visitas a propriedades, no interior do município, onde tem vinícolas artesanais e vastos parreirais. O passeio pela rota evoca essa memória nostálgica do início dos tempos e se liga a produção artesanal do vinho, bebida típica desta etnia, além da comercialização de outros produtos que são produzidos nesses locais.

Anualmente, a cidade promove a Festa di Bacco que está ligada a essa rota. A turística. O projeto passou a ser idealizado e desenvolvido na década de 1990, tendo sua

primeira edição em 2002. Junto ao roteiro, está atrelada a história de algumas famílias e suas propriedades, todas ligadas à produção de uva e vinho desde o início do século passado. A imagem abaixo traz a representação do típico colono italiano do Rio Grande do Sul, de bigode, pele clara e cabelo castanho, utilizando chapéu de palha, vestimenta de cor chamativa e quadriculada, apreciador de um bom vinho. A imagem foi feita em um dos desfiles de abertura da Festa di Bacco.

Figura 18: Imagem da representação de um colono durante o desfile da Festa di Bacco em Erechim.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

Figura 19: Imagem do desfile da Festa di Bacco.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

Na figura 19, pode-se observar um dos carros alegóricos do desfile de abertura da Festa di Bacco. Nele, está representado o deus Bacco e seus seguidores, acompanhado de ninfas e gladiadores, destacando a cultura greco-romana.

Durante o desfile, há elementos nos carros alegóricos que remetem à cultura do imigrante *contadino*, como por exemplo, o filó. Sobre o filó, lê-se no discurso do desfile: “Durante o filó a gastronomia é farta, porém simples, lembrando os encontros dos ancestrais da Itália, quando se reuniam para conversar, rezar e cantar.” O projeto de turismo rural contempla a realização deste tipo de evento em grupos de até 20 pessoas e, após um passeio, termina com um jantar em uma das cantinas.

Para Beneduzzi (2011), o filó representa um lugar de memória. O filó é um lugar de produção e reprodução da memória coletiva e é também um momento de sociabilidade. Este consistia em visitas a noite, onde famílias se deslocavam para a casa de algum vizinho. Para os homens, era um momento de descanso e lazer, onde poderiam se dedicar ao jogo de cartas ou a alguma outra atividade recreativa. Já para as mulheres, era o momento de executar outro tipo de tarefa doméstica, como o artesanato. Tais atividades

eram realizadas acompanhadas de pratos típicos, além do vinho.

O filó foi um dos elementos da cultura *contadina* do Vêneto do *Ottocento* que foi transportado para a região colonial do sul do Brasil, porém, aqui, sofreu algumas alterações. No Vêneto, ele ocorria no calor dos estábulos, já aqui, onde o espaço doméstico possuía uma dinâmica com a separação dos animais, esta atividade ocorria no calor da cozinha e do fogão a lenha.

Este autor ainda afirma que a paisagem também faz parte da identidade, isto é representado no roteiro de turismo rural do Vale dos Parreirais. A paisagem campesina na região colonial remete aos tempos do Vêneto campesino. É um elemento de ligação, sendo assim também, lugar de memória, onde o sentimento de nostalgia vinculado aos primeiros tempos é evocado, como nos parreirais.

De acordo com o projeto elaborado pelo poder público municipal de Erechim, a cultura da videira teria sido um elemento importante para a fixação do colono italiano no sul do Brasil, inclusive na Colônia Erechim. O texto alega que a “cultura da uva está na alma do imigrante italiano” desde a saída da Itália até os dias atuais e teria sido passada de geração para geração (Projeto da Festa di Bacco).

A região do Alto Uruguai chegou a produzir 12 mil toneladas de uva, o suficiente para exportação e abastecimento dos grandes centros, como Porto Alegre, através da estrada de ferro. No ano de 1958, foram exportados via ferrovia para São Paulo 412 toneladas de vinho. A cultura da uva foi de suma importância para a economia da Colônia Erechim. De acordo com o texto do projeto da Festa di Bacco, apenas famílias de descendentes de imigrantes italianos se dedicavam ao seu cultivo.

Por essa razão, o texto do projeto da festa da uva traz como um dos objetivos o intuito de incentivar o turismo rural e divulgar e promover a cultura italiana. Ou seja, na elaboração deste projeto econômico e cultural, já está evidenciada a prevalência étnica ítalo-brasileira.

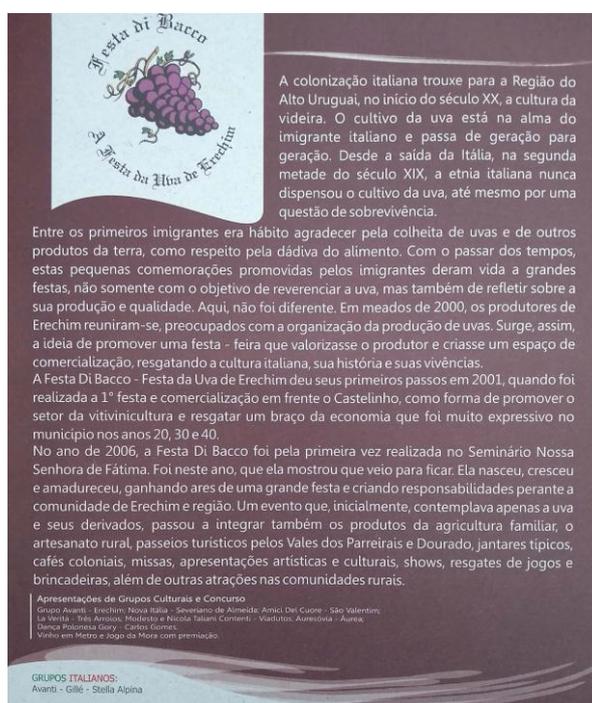
Em reportagem do jornal Diário da Manhã de 20 de janeiro de 2009, relacionava-se a uva e o vinho como produtos típicos italianos destacando outro elemento da cultura campesina, a participação da agricultura familiar.

Em material de divulgação do evento, se repete o discurso de que tem por objetivo o resgate da cultura italiana no Alto Uruguai, contendo um sentimento de nostalgia e exaltação com relação aos colonos ítalo-brasileiros. Novamente, há o discurso ufanista de que estes foram os pioneiros e os desbravadores que, através do progresso, trouxeram o

desenvolvimento.

O projeto de turismo rural do Vale dos Parreirais vinculado à Festa di Bacco tem por objetivo evidenciar aspectos culturais desta cultura étnica, promovendo o encontro de corais, filó, jantares típicos e outras atividades que remetem a esta memória campesina. O que ocorre é um projeto de reelaboração e positivação dos elementos simbólicos ligados a trajetória destes imigrantes no Brasil.

Figura 20: Folder de divulgação da Festa di Bacco.

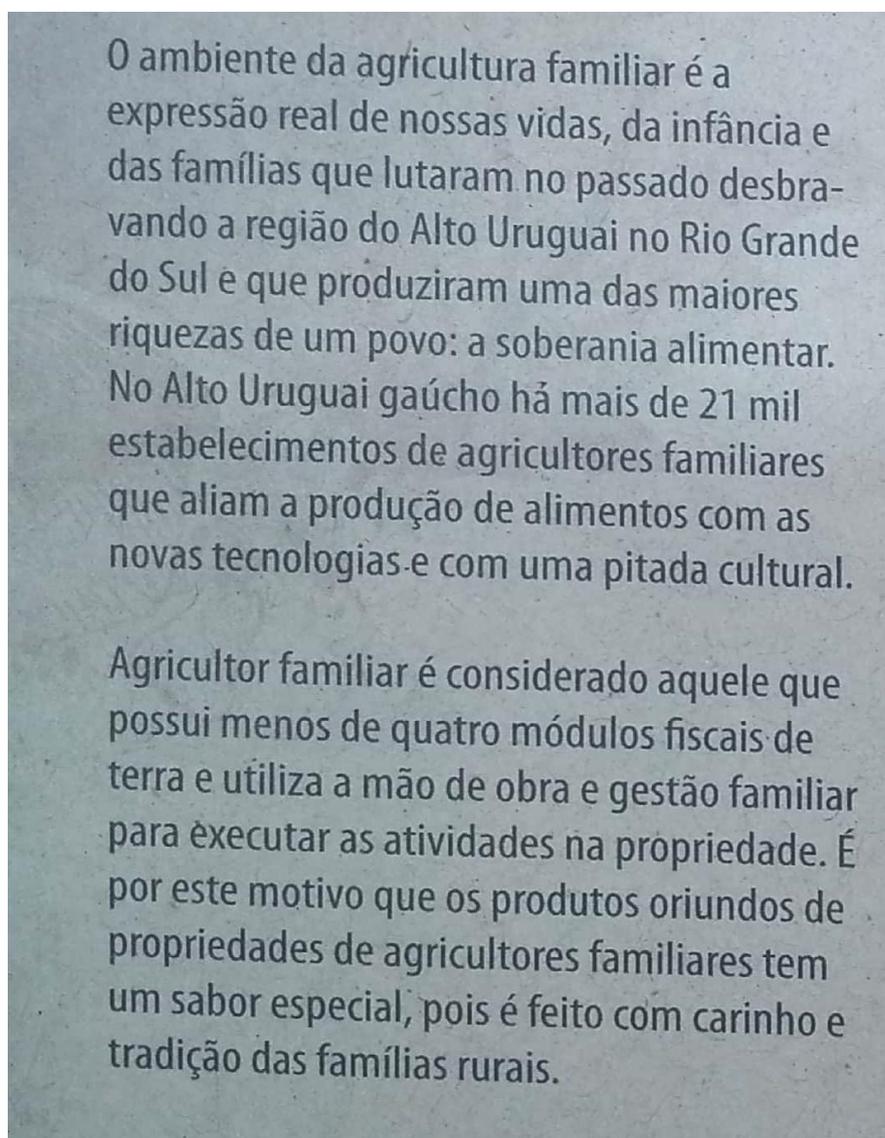


Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

É possível observar, no material produzido para a divulgação do evento (Figura 20), um discurso que liga a cultura da uva e do vinho ao imigrante italiano. Destacando o sentimento de nostalgia e de resgate das origens. Destaca-se que as propriedades rurais que participam do projeto se enquadram no modelo de minifúndios explorados através da mão-de-obra familiar. Este é um elemento trazido por estes imigrantes que se reproduz desde o início da colonização até os dias atuais, demonstrando uma permanência nos hábitos e costumes dos camponeses. No trecho abaixo (Figura 21), também retirado de um dos materiais de divulgação elaborados pelo poder público municipal de Erechim, é possível evidenciar o discurso de exaltação e ufanismo que considera os ítalo-brasileiros

como os desbravadores e pioneiros do Alto Uruguai, desconsiderando a participação de outros elementos.

Figura 21: Folder de divulgação da Festa di Bacco.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

## 4.2 A CULTURA IMATERIAL

### 4.2.1 A La Piave Fainors e os corais italianos

A La Piave Fainors (Federação das Associações Italianas do Norte do Rio Grande do Sul) foi fundada em 18 de novembro de 1994. Tem como objetivo reunir, recuperar e

valorizar o patrimônio cultural, os costumes, a origem da língua italiana, a promoção sócio-cultural, além da assistência a quem possui origem italiana e seus descendentes.

Desde 2014, a sede se localiza junto à Scuola FAINORS na Rua Torres Gonçalves, 731 em Erechim. No ano de 1994, os grupos Gillé, Stela Alpina e Avanti fundam a Federação das Associações Italianas do Norte do Rio Grande do Sul, La Piave/FAINORS. A instituição preserva, fomenta e divulga a cultura italiana, congregando os municípios do Alto Uruguai. A instituição é reconhecida pelo governo vêneto e, ocasionalmente, promove intercâmbios entre as regiões, além de ser um centro de ensino do idioma. Promove jantares típicos e também participa de eventos anuais como o encontro de Corais da Região do Alto Uruguai, o FESBRASI (Festiva Sulbrasileiro de Cultura Italiana), e do Encontro de Radialistas do Talian.

A entidade tem grande influência como polo cultural, possuindo espaço em colunas de um jornal local. Dentre os objetivos da instituição, está o estabelecimento de ligação com a região da província de Vêneto na Itália, local de onde migraram os antepassados dos colonos da Colônia Erechim. O intuito seria o estabelecimento de um programa de assistência aos descendentes vênets da região, custodiar, tutelar e divulgar a língua vêneta e a cultura italiana na região.

A Fainors desenvolve atividades culturais com intenção de manter relação com os descendentes e italianos. Faz trabalhos de divulgação da cultura italiana em entidades da região como escolas, universidades, clubes e prefeituras. Promove junto à ACIRS - Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul - Cursos de Língua e Cultura Italiana.

Além do curso de línguas, promove também cursos de culinária italiana. Ao verificar algumas das receitas ensinadas nesse curso, observa-se que não possuem vinculação nenhuma com os pratos típicos do universo camponês encontrado em região de colonização ítalo-brasileira. Ao contrário, são pratos que possuem certo grau de sofisticação, presentes na culinária em estabelecimentos da Itália, ou seja, não apresenta vinculação com o que seria a cultura *contadina*, mas sim a promoção e divulgação de uma Itália atual. Isto se enquadra dentro da perspectiva da ressignificação de elementos que são utilizados e readaptados para estabelecer uma diferenciação étnica. Como aponta Tedesco (2015), a gastronomia é utilizada como rituais definidores das italianidades.

A partir da década de 1980, ocorre um processo de ressignificação e surgimento das associações de *“italiani nel mondo”*, círculos e associações são criadas,

estabelecendo-se vínculos regionais. A cultura italiana evocada aqui já não é mais a “dos nossos antepassados”, mas sim a cultura da atual Itália. Aprende-se nas escolas o italiano gramatical, não mais o dialeto. Buscam-se, no passado, elementos de ligação com o país atual, as redes identitárias passam a ser transnacionalizadas. Essas associações e círculos passam a promover a língua, a cultura e a culinária atual.

A entidade ainda promove atividades de integração entre diversos corais dos municípios da região do Alto Uruguai. Possuindo seguintes associações e círculos com a Associação Bellunesi Nel Mondo Família Erechim, Associação Veronesi Nel Mondo de Erechim, Associação Padovani Nel Mondo di Erechim, Associação Trevisani Nel Mondo, Associação Vicentini Nel Mondo, Associazione Della Gioventù Veneta di Erechim e Associação Vêneta Stella Alpina. Congrega ainda 17 corais distribuídos pelos municípios com predominância de ocupação por ítalo-brasileiros. Dentre estes, se optou por abordar apenas um como amostragem, o coral do município de Viadutos, Modesto e Nicola – Taliani Contenti.

Esta associação surgiu em setembro de 1997 na capela São Braz, no interior do município por descendentes de imigrantes italianos, tendo como motivador a vivência da cultura e das cantigas, bem como o recordar do que os integrantes vivenciaram na infância e na juventude dentro do universo doméstico de suas famílias.

De acordo com Detoffol e Garcez (2019, p. 155), integrante fundadora do grupo, o objetivo “se traduz no resgatar e preservar a cultura dos imigrantes italianos, cantar e manter viva a chama do *Talian* – 2º língua oficial do município, através do canto e do museu onde se perpetuam lembranças da vida em família.”. Há um elemento diferente na fundação deste grupo e no seu objetivo, o propósito é a manutenção e promoção do universo *contadino* vivido por eles no seu passado em família, não a cultura italiana atual. Há também um equívoco por parte da autora. A segunda língua oficial do município não é o *Talian*, mas sim o italiano gramatical (DETOFOL E GARCEZ, 2019).

O grupo mantém inclusive uma casa “típica italiana” onde promovem o “filó”. Esta atividade consiste em encontros a noite onde “se joga, canta, reza, come, bebe e conta histórias das famílias dos antepassados, das viagens da Itália para o Brasil (...)” (DETOFOL E GARCEZ, 2019; p. 155). Percebe-se que há uma diferenciação e um conflito com a FAINORS, pois a entidade italiana tem o interesse de promover a cultura atual da Itália no Brasil, já a associação viadutense não se reconhece nesse objetivo,

resistindo em cultivar o que o grupo viveu na sua infância e juventude, ou seja, a sua trajetória aqui.

O grupo fundado por descendentes de imigrantes italianos da linha São Brás, interior do município de Viadutos-RS, organizou este coral com o objetivo de vivenciarem as cantigas, jogos, anedotas e reviverem aspectos e momentos de socialização presentes nos primeiros tempos de suas famílias naquele município, o passado de suas famílias. Ou seja, é a italianidade campesina local, a busca pela manutenção de um modelo de socialização ocorrido no século passado já na região.

As letras das músicas foram escritas por uma das fundadoras do grupo, Idione Detoffol, que fez o trabalho de reunir e escrever as canções com base em conversas com os moradores mais antigos e também integrantes do grupo. Reunindo o que estava na tradição oral e na memória dos mais velhos que serviram de guardiões de uma memória cultural que vem sendo utilizada no agenciamento desta identidade étnica.

A pesquisa de Zanini (2006), ao efetuar o estudo das italianidades encontradas no município gaúcho de Santa Maria, aponta para esse recorte de classe na identidade étnica italiana. Há uma italianidade representada pelos integrantes da FAINORS: em geral são pessoas com um poder aquisitivo e um grau de instrução superior que visam as viagens ao exterior e a promoção de uma cultura mais polida e atualizada. Já no interior, na área rural, promove-se a cultura *contadina* vêneta, ou seja, a italianidade evocada aqui é a do camponês que apresenta símbolos e valores diferenciados daqueles evocadas pelos grupos urbanos.

Isso pode ser verificado na letra das músicas que o grupo canta, elas são transcritas de acordo “com o que se ouvia na infância”, não na língua gramatical. Uma das canções mais populares cantadas por praticamente todos os grupos italianos é a “Mérica, Mérica”.

*Da lá Itália no siamo partiti*

*Siamo partiti c’o i nostri onori*

*Trenta e séi giorni de máquina e vapore*

*E in tela Mérica no siamo arivá*

*Mérica, Mérica, Mérica,*

*Cosa serala stá Mérica*

*Mérica, Mérica, Mérica*

*Lé um bell massolino de fiori*

*Lá América noi siamo arivati  
No abian trovato né paglia e né fieno  
Abian dormito sul nudo terreno  
Come le bestie abbiám riposá  
Lá América la e longa e la e larga  
E le formata de monti e de piani  
E co la indústria dei nostri taliani  
Abian formato paesi e citá  
Com la indústria dei nostri brasiliani  
Guemo formato el manjolo e barbaquá.*

Tradução:

*Da Itália nós partimos  
Partimos com nossa honra  
Trinta e seis dias de navio a vapor  
E na América nós chegamos  
América, América, América  
O que será está América?  
América, América, América  
Um bonito ramalhete de flores  
Na América nós chegamos  
Não encontramos nem palha e nem feno  
Dormimos sobre o terreno nu  
Como os animais nós repousamos  
A América é longa e larga  
E é formada de montes e de planícies  
E com a força dos nossos italianos  
Formamos vilas e cidades  
Com a força dos nossos brasileiros*

*Formamos o manjolo e o barbaquá (pilão, carijo)<sup>9</sup>*

A letra da música fala sobre a trajetória da viagem da Itália para o Brasil e o impacto da chegada na nova terra. Os dias de travessia do oceano, já dizendo “saímos com nossa honra”. Fala sobre o medo do desconhecido “o que será esta América?”. Quando da chegada, a surpresa, é um lugar encantador e bonito.

Depois, os obstáculos a serem vencidos: não encontraram acomodações nenhuma, dormindo sob a terra igual aos animais. Para quem saiu de uma Itália que os privou do acesso a terra, na América, há terra de sobra e o sonho de se tornar proprietário se realiza. E, veja bem, com a indústria dos “nossos italianos” foi possível desenvolver e prosperar, criando assim, um novo *paese* para eles e seus co-irmãos.

Esta letra aborda o universo camponês, as intempéries pelas quais os imigrantes passaram, mas, por fim, prosperaram e trouxeram desenvolvimento através de sua honra e árduo trabalho, criando assim uma nova comunidade e país para o grupo. Outra letra representativa desse universo é “Cara mama, la sposa l’equa.

*Oi cara mama, la sposa lé é qua  
Feghe alegria, feghe alegria  
Feghe alegria, che'ncoi l'el so di.  
Che alegria gavemo da far?  
Deghe lá scoa, deghe lá scoa e mandê-la scoar  
Che alegria gavemo da far?  
Deghe lá sapa, deghe lá sapa e mandê-la sapar  
Che alegria gavemo da far?  
Deghe lá ronca, deghe lá ronca e mandê-la rossar  
Che alegria gavemo da far?  
Deghe l'badil, deghe l'badil e mandê-la cavar  
Che alegria gavemo da far?  
Deghe lá gúcia, deghe lá gúcia e mandê-la filar  
Oi cara mama, la sposa lé é qua...*

---

<sup>9</sup> Tradução livre.

*Che alegria gavemo da far?  
 Deghe lo sposo, deghe lo sposo e mandê-la amar  
 Oi cara mama, la sposa lé é qua...*

Tradução:

*Oi querida mamãe, a noiva está aqui  
 Alegre-a, alegre-a  
 Alegre-a, que hoje é o seu dia  
 Que alegria haveremos de ter?  
 Dê a vassoura, dê a vassoura e mande-a varrer  
 Que alegria haveremos de ter?  
 Dê a enxada, dê a enxada e mande-a capinar  
 Que alegria haveremos de ter?  
 Dê a foice, dê a foice e mande-a roçar  
 Que alegria haveremos de ter?  
 Dê a pá, dê a pá e mande-a cavar  
 Que alegria haveremos de ter?  
 Dê a agulha, dê a agulha e mande arrumar  
 Oi querida mamãe a noiva está aqui  
 Que alegria haveremos de ter?  
 Dê o noivo, dê o noivo e mande amar  
 Oi querida mamãe a noiva está aqui<sup>10</sup>*

A letra da música acima explora, basicamente, dois elementos: a estrutura familiar e o papel da mulher vinculado ao trabalho. A organização social das famílias de colonos italianos se baseava na lógica do trabalho. Todos, desde a mais tenra idade, logo eram iniciados na execução dos trabalhos. Quando um dos filhos buscasse uma moça para casar, este aspecto era levado em conta. Cada família era uma unidade produtiva, portanto, a esposa deveria ser alguém que tivesse condições de, junto com o esposo, iniciar uma nova unidade produtiva. Para fazê-lo feliz, ao chegar à casa dos sogros, na

---

<sup>10</sup> Tradução Livre.

primeira moradia provisória, antes do casal possuir seu próprio lote/casa, ela era testada nas tarefas básicas. A limpeza da casa representava o domínio do âmbito doméstico, e “*rossar*” representava o trabalho feminino para além do ambiente da casa e dos futuros filhos.

Sendo assim, a mulher seria o complemento do homem no âmbito funcional do grupo doméstico. O chefe da família, neste caso representado pela mãe do esposo, personificava o poder e a dominação. O patriarca detinha o mando do núcleo familiar, na ausência deste, a viúva assumia o seu posto, não alterando a configuração da estrutura familiar (TEDESCO, 2001).

Ainda de acordo com este autor (2001, p. 25), “O canto aparece também em meio à dimensão do sacrifício, era um referencial de ligação de espaço e tempo do colono com seu passado cultural.”. Nas letras, exemplifica-se o cruzamento dos dois mundos, a Itália da migração e o Brasil dos primeiros tempos e do progresso econômico. A permanência dos grupos de corais e a reprodução de músicas que narram o cotidiano dos colonos ítalo-brasileiros denota um sentimento de nostalgia e de rememoração de um tempo passado, idílico.

O sentimento de nostalgia, de acordo com Beneduzi (2011), está relacionado a dor do não retorno. Representa um desejo de retorno a um *paese* e ao mundo simbólico da infância ou ao lugar de partida. Existe um casamento entre ruína e alegoria, entre existência e representação, onde esses elementos se cruzam e são reelaborados.

Os corais e os cantos abordam essa dimensão idílica de um passado glorioso, bem como a dimensão da nostalgia vinculada ao retorno a infância, ao mundo *contadino*, ao *paese*, representado na vida familiar e em comunidade. É um espaço de produção e reprodução da memória coletiva, além de sociabilidade. Seus integrantes geralmente são da terceira idade e reclamam do não interesse dos jovens em relação ao que chamam de cultura dos nossos antepassados. Há o medo expresso da perda.

#### **4.2.2 Os gemellaggios: pactos de colaboração entre cidades gêmeas Brasil e Itália.**

Os gemellaggios e os pactos de amizade são associações com o objetivo de redimensionar os processos étnicos de descendentes de italianos, sob o viés da origem étnica. Estas associações são elaboradas por descendentes de imigrantes, em geral de

terceira ou quarta geração, que passaram a se desenvolver a partir de final do século XX. Possuem o objetivo de estabelecer processos de diferenciação e de pertencimento, apropriando-se de recursos simbólicos para congregá-los em termos de identidade étnica dos descendentes de imigrantes italianos.

De acordo com Tedesco (2015), não há uma identidade homogênea, mas sim um processo de negociação e renegociação dos elementos simbólicos que representam esta identidade étnica.

Desde os primeiros tempos da imigração no sul do Brasil, ocorre esse fenômeno de elaboração de uma identidade étnica, vinculada as origens, que busca o estabelecimento de uma diferenciação e pertencimento, através de um processo de ressignificação e adoção de símbolos, hábitos e valores. Tedesco (2015) ainda afirma que esta identidade não é homogênea e, por isso, utiliza o termo no plural, pois é redimensionado temporalmente de acordo com o interesse dos sujeitos envolvidos.

Desde o início do processo migratório de italianos no Brasil, registrou-se a criação de círculos e associações de caráter étnico, voltadas a assistência econômica. A partir da era Vargas, as associações de mútuo socorro e demais círculos italianos sofreram uma reinvenção e um redimensionamento.

O período pós Segunda Guerra, até 1990, é o período de maior afirmação do movimento étnico identitário das italianidades, onde grande número de associações é criado como objetivo de reinventar as tradições. Tais associações, em geral, são fundadas por membros da segunda geração que visam o compartilhamento de elementos simbólicos de italianidades. Para Tedesco (2015), esse período foi marcado por uma sobreposição étnica sob o aspecto econômico e do investimento político, ancorada no mito da expansão econômica vista como frutos dos valores morais do *ethos* do colono ítalo-brasileiro como exemplo desta readaptação estão os Gemellaggios.

A difusão dos Gemellaggios ocorreu a partir dos anos 2000, primeiramente no município de São Valentim, norte do estado do Rio Grande do Sul. A partir desse momento, se dimensiona a “cultura italiana” não mais a cultura dos imigrantes, mas uma cultura moderna e historicizada. Referencia-se isto com o passado mítico da travessia do oceano, a lembrança do mito das origens e, através disso, busca-se estabelecer relação (re)territorializadas e através do conjunto de lembranças compartilhadas por uma nação inventada, reconfigurando uma memória coletiva.

Os Gemellaggios são acordos de cooperação, alimentados e justificados étnico, regional e historicamente entre regiões e municípios do Brasil e da Itália. É uma nova forma de buscar reconfigurar a identidade étnica de grupos sociais distintos, produzindo ligações históricas com o processo migratório, estabelecendo uma diferenciação étnica e noção de pertencimento a um grupo social, além da disseminação da língua italiana e dos valores culturais daquele país com o intuito de demonstrar afetividade pelo país de origem dos ancestrais (TEDESCO, 2015).

O processo de gemellaggio se inicia com o estabelecimento do Pacto de Amizade entre duas cidades consideradas irmãs. Representa uma carta de intenções que, em geral, culmina na assinatura do Gemellaggio através de representantes do poder público nas cidades correspondentes, através de um projeto de Lei. Este ocorre com a visita de uma comitiva de uma cidade para outra. Os critérios utilizados na escolha da “cidade gêmea”, em geral, levam em conta uma pesquisa dos sobrenomes dos municípios brasileiros. Procura-se a província italiana onde há maior compatibilidade destes sobrenomes, o que denota o caráter ufanista de exaltação da memória dos “pioneiros”. Para tal, é necessário que haja, nos municípios brasileiros interessados o registro de associações de promoção e difusão da língua, cultura e valores italianos. Um dos objetivos mais latentes é o desejo de manutenção de ligação dos descendentes com seu país de origem.

Percebe-se que há uma reinvenção das associações que objetivam a manutenção da diferenciação étnica deste grupo social, ancorada no mito das origens, da travessia do oceano e da noção de sangue e origem, contendo um caráter ufanista, pois se baseia no discurso do “pioneiro”, do “desbravador”, daquele que “trouxe o progresso e o desenvolvimento” para a América através do “árido trabalho” e com isso “superou as adversidades fazendo riqueza”. Há também a noção de retorno a casa paterna e de familismo ancorada na ideia de irmandade entre os envolvidos.

No Alto Uruguai, região correspondente a Colônia Erechim, destaca-se a existência de Gemellaggios e Pactos de Amizade entre os municípios de São Valentim e Santa Giustina; Severiano de Almeida e Mel; Jacutinga e Pederoba e Aratiba e Cesiomaggiore. Cabe ressaltar, assim como apontado por Tedesco (2015), a participação decisiva no estabelecimento de relações com as regiões da Itália por parte de sacerdotes da igreja católica e da associação Vêneta.

Nesta região, o primeiro município a estabelecer tal relação foi São Valentim. O processo inicial se deu quando da visita do então bispo da Diocese de Erechim a região de Santa Giustina, no Vêneto, ainda na década de 1990. O bispo em questão é natural de São Valentim. A partir de então, relações foram estabelecidas entre o poder público de ambos os municípios e, em 2001, uma comitiva de Santa Giustina visitou o município gaúcho com o intuito de participar de eventos festivos em homenagem a cultura e ao imigrante italiano e para assinatura do Pacto de Amizade. O gemellaggio envolveu, inclusive, as escolas locais em uma demonstração clara de superioridade e imposição cultural. Evidencia-se, no texto oficial do Pacto, o discurso de exaltação do imigrante italiano como aquele que contribuiu para o progresso do município em questão.

O então secretário de cultura do município de São Valentim produziu um livro a respeito da trajetória do Gemellaggio em seu município. Dentre os discursos elencados na obra, Cenzi (2004, p. 72) destaca as palavras do então prefeito de São Valentim:

Na busca da terra produtiva e de dias melhores para si e para suas famílias, no final do século XIX e início do século XX, imigrantes italianos... povoaram o Norte do Rio Grande do Sul, onde fundaram nossa comunidade de São Valentim, trazendo consigo sua vontade de trabalhar, suas crenças, seus sonhos, suas esperanças. Foi do sacrifício e do trabalho destes nossos heróis que o desenvolvimento chegou para nossa região e para nosso município... ir a Santa Giustina representando nossa população é para nós uma felicidade e uma emoção muito forte, porque é como se o filho ausente, por longos e longos anos, voltasse para junto da mãe.

Percebe-se, no discurso, um sentimento saudosista e ufanista no que se refere ao progresso do município. O progresso e a prosperidade somente foram possíveis com a chegada do imigrante italiano, que trouxe a vontade e o sacrifício do trabalho. Ainda, a nostalgia com relação a ideia de retorno a pátria mãe, as origens.

No documento oficial datado de 12 de outubro de 2002, onde as duas prefeituras assinam, o Gemellaggio consta:

- Promover intercâmbios culturais através do conhecimento recíproco entre as duas cidades;
- Favorecer o relacionamento entre as famílias;
- Empreender intercâmbios no âmbito escolar e da formação profissional;
- E promover iniciativas sociais, culturais e econômicas.

Dentre os objetivos para o município de São Valentim está o:

- Intercâmbio cultural entre jovens de São Valentim com Santa Giustina;
- Visita de grupos de estudantes de Santa Giustina;
- Uma biblioteca para São Valentim;
- Aulas de matemática e geografia para os alunos da rede escolar de SV através de uma rede de computadores;
- Vinda de técnicos de SG para SV;
- Intercambio com estabelecimentos especializados em turismo rural de SG;
- Instalação de um estabelecimento em SV.

A leitura possível deste quadro nos remete a um contexto onde o município de Santa Giustina está posto em uma condição de superioridade econômica, cultural e etc., e São Valentim se encontra numa posição de inferioridade e de passividade, tudo o que vem da Itália é melhor do que aquilo que se possui aqui. Devido a ideia que o conhecimento italiano é melhor, não é realizado uma condição de troca, mas sim de recepção. A assinatura do Gemellaggio está representada como um momento grandioso para o município gaúcho.

É possível identificar ainda certo recorte de classe nas pessoas envolvidas no processo, pois não há a participação, por exemplo, de um agricultor de baixa escolaridade e condição econômica. Os depoimentos contidos no livro estão todos vinculados a pessoas que prosperaram economicamente. São sobrenomes proeminentes no município e na região. Então resta o questionamento: e aquele pequeno agricultor que teve um estudo precário, tendo que abandonar a escola para desde cedo trabalhar na agricultura e ajudar no sustento da família (realidade de muitos descendentes de imigrantes, aliás), aqueles que não obtiveram grande prosperidade financeira e não se destacaram economicamente, este projeto de gemellaggio e de intercâmbio, o contempla?

Fica evidente o recorte de classe deste tipo de projeto, beneficiando e contemplando apenas aquele que carrega o sobrenome de origem italiana que possui uma melhor condição financeira, ou seja, aquele que prosperou. O agricultor descendente de imigrantes italianos que não prosperou a níveis desejados acaba sendo excluído deste tipo de projeto.

Em um dos depoimentos de um empresário do município de São Valentim, o mesmo exalta a tecnologia e as indústrias que visitou na região de Belluno, “Tecnologia de Primeiro Mundo”, diz este. Há um discurso de exaltação do que é de lá, quando não se

olha para o próprio país. Este conclui seu depoimento afirmando que há uma preocupação na preservação do meio ambiente por parte das indústrias e funcionários italianos. Este tipo de opinião perde o sentido quando olhamos para estes “desbravadores e pioneiros” que em poucas décadas alteraram completamente a configuração ambiental das colônias no Rio Grande do Sul, pondo abaixo imensas florestas nativas em prol do desenvolvimento econômico, sem observar um mínimo de preocupação ambientalista.

Outro exemplo que chama a atenção é o vinho, que por sua vez, é o elemento que melhor representa a chamada cultura italiana. A comitiva de São Valentim visitou vinícolas em Santa Giustina, exaltando a qualidade da mesma e de seus produtos. O que nos chama atenção é que, de acordo com o ranking dos melhores vinhos do mundo<sup>11</sup> em 2017, nenhum vinho italiano figura entre os 5 melhores, porém, há 3 produzidos na Austrália, 1 na Espanha, e 1 no Brasil, mais especificamente de uma vinícola localizada no município de Farroupilha. Isso evidencia que enquanto se exaltada a cultura e o desenvolvimento tecnológico de outros países, deixa-se de valorizar a qualidade nacional, e, por desconhecimento, têm-se uma visão que empobrece o que é de casa em prol da supervalorização do que é estrangeiro.

Em outubro de 2002, uma comitiva de São Valentim visitou Santa Giustina com o intuito de assinar o Gemellaggio. Lá, empreenderam visitas em vários lugares, incluindo escolas e indústrias. Os jornais reportaram a chegada da delegação da cidade gêmea de Santa Giustina como um momento de festa, apontando ainda as inúmeras visitas e o roteiro preparado para a comitiva de São Valentim, não há a menção de “trocas” culturais, econômicas e sociais, permanecendo no discurso de que a economia do município gaúcho é basicamente agrícola, além de mencionar as visitas nas modernas estruturas de Santa Giustina.

Para que ocorresse a efetivação do Gemellaggio as prefeituras dos municípios interessados tornaram a língua italiana como sendo a primeira língua estrangeira oficial, passando a figurar no currículo escolar. Outra iniciativa no município de São Valentim foi a criação de uma biblioteca italiana, onde a prefeitura de Santa Giustina fez a doação de

---

<sup>11</sup> De acordo com o WRW&S, é a Associação de Jornalistas e Escritores de Vinhos e Licores, que anualmente elege os 150 melhores vinhos e espumantes do mundo. Esta lista é elaborada levando em conta a quantia de premiações internacionais que cada um leva no ano. O primeiro vinho italiano figura na posição 47 da lista atrás de 4 vinhos produzidos no Brasil. Acessado em 26/07/2019 as 15:31: [http://www.wawwj.com/2017/\\_SP/ran\\_year.php](http://www.wawwj.com/2017/_SP/ran_year.php).

100 livros. Tal ato teve por objetivo proporcionar o “resgate da cultura italiana” e também disponibilizar conhecimento para a pesquisa.

Ainda houve a criação de uma escola municipal de informática com aulas on-line, onde alunos do ensino médio do município gaúcho tinham aulas virtuais com professores de Santa Giustina. Novamente, sob o viés econômico e cultural, ocorre a situação de passividade, onde os italianos se colocam numa posição de superioridade cultural. O Gemellaggio é tratado como um projeto de grande avanço e de modernidade, pois representa a entrada de São Valentim no “primeiro mundo”. Também é visto como a “valorização das raízes” e do intercâmbio cultural entre as novas gerações.

Figura 22: Reportagem do jornal de São Valentim.



Fonte: Arquivo da Secretaria de cultura do município de São Valentim.

A reportagem acima (Figura 22) do jornal “São Valentim Notícia” destaca a frase “São Valentim com sabor de Itália”, onde evidencia o discurso de exaltação do imigrante italiano, afirmando que os que ali migraram contribuíram para o grande desenvolvimento local. Diz ainda que, com a criação da colônia, o estado teria resolvido alguns problemas que estavam impedindo o progresso e que, com a coragem e persistência dos primeiros colonizadores, foi possível superar os obstáculos. Ainda, em outra reportagem, o discurso se repete.

Figura 23: Reportagem do jornal de São Valentim.



Fonte: Arquivo da Secretaria de cultura do município de São Valentim.

A reportagem acima (Figura 23) enfatiza a característica dos imigrantes de serem uma geração de trabalhadores que iniciaram o “progresso e o desenvolvimento” de São Valentim. Percebe-se, nos discursos das reportagens, a exaltação de um dos elementos contidos no *ethos* do colono ítalo-brasileiro, o elemento do trabalho.

Figura 24: Reportagem do jornal de São Valentim.



Fonte: Arquivo da Secretaria de cultura do município de São Valentim.

Já na figura acima (Figura 24), está evidenciado o sentimento de nostalgia. A reportagem de agosto de 2002 fala a respeito da “festa para relembrar a Itália”.

Novamente, evoca-se o país dos ancestrais. O evento tem por finalidade reavivar uma memória que foi passada de geração para geração e sofreu a ação transformadora do tempo sobre ela. Os discursos contêm elementos que procuram ligar os municípios no tempo e no espaço, tornando-os “irmãos”. A assinatura do pacto simboliza um “ato de amor em italiano”.

Figura 25: Convite da prefeitura de São Valentim para assinatura do pacto de amizade.

Considerando a enorme contribuição cultural, social e econômica dos emigrantes italianos oriundos particularmente de Santa Giustina - Belluno - Itália no início do século XX, em prol do progresso e desenvolvimento de São Valentim;

Considerando a calorosa acolhida manifestada pelas famílias originárias de Santa Giustina e das autoridades Sãovalentinenses, à delegação italiana que nos visitou em abril de 2000, numa demonstração de amizade e afeto com a terra de seus antepassados.

Fonte: Arquivo da Secretaria de cultura do município de São Valentim.

A fala do convite (Figura 25) exalta “a enorme contribuição do emigrante italiano para com o desenvolvimento do município”. Consta no programa cultural elaborado pela administração pública o resgate cultural da história de São Valentim, considerando apenas a emigração de italianos no município com o intuito de reconstruir a história de “nossos ancestrais”. O eterno “retorno as raízes”.

Outra consequência da realização dos Pactos de Amizade e Gemellaggios no Alto Uruguai foram os Encontros da Juventude Vêneta do Rio Grande do Sul. O segundo encontro ocorreu em São Valentim em 07 de junho de 2008. Evidencia-se a exaltação da participação do imigrante italiano no desenvolvimento do Brasil, do estado e do município, seus costumes, modo de vida e etc, que formaram hoje uma sociedade com “sentimento ítalo-gaúchos”. Estes encontros patrocinados também pelos círculos e associações vênetas tem por objetivo promover e continuar o processo de “resgate cultural com a pátria mãe de nossos antepassados”.

Figura 26: Registro da visita da comitiva de Santa Giustina juntamente com representantes da administração pública de São Valentim na escola FAINORS de Erechim.



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura de São Valentim.

Figura 27: Pacto de Amizade de Severiano de Almeida e a Cidade di Mel.



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura de Severiano de Almeida.

Após o município de São Valentim ter assinado o pacto de amizade, em 06 de novembro de 2011, os municípios de Severiano de Almeida e a Comune Di Mel assinaram o documento, objetivando um futuro Gemellaggio entre ambas. O texto do documento faz exaltar a importância da “grande contribuição do trabalho dos imigrantes italianos”,

principalmente beluneses que constituíram a formação do então município, bem como seu trabalho e desenvolvimento, progresso da localidade. Originalmente, este município foi batizado com o nome de “Nova Itália” e, somente em 1964, passou a se chamar Severiano de Almeida em homenagem á um dos engenheiros responsáveis pela medição dos lotes na então Colônia Erechim. Em novembro de 2011, o município gaúcho recebeu a comitiva de italianos, no entanto esse município não enviou uma comitiva para a Itália.

Quando da fundação do Comitê pró-gemellaggio neste município, ocorreram duas falas na ata de abertura, enfatizando a necessidade de retornar o nome do município para “Nova Itália”, pois assim destacaria “as origens” dos munícipes. Destaca-se também a fala a respeito da recuperação, reconstrução e resgate da história dos antepassados dos colonizadores. Fica evidenciada a transtemporalidade e transterritorialialidade, ligando a Itália das migrações e a Itália atual. A identidade busca na trajetória dos antepassados os elementos para ligar os descendentes de imigrantes a Itália do “primeiro mundo” (Ata do Comitê Pró-Gemellaggio nº 01 de 17 de novembro de 2005).

Em agosto de 2008, ocorreu a visita de uma comitiva Di Mel no município de Severiano de Almeida. Na ata de abril de 2011 que trata dos preparativos para a recepção da comitiva italiana, o presidente da FAINORS sugere a preparação de réplicas da bandeira da Itália, além de que sejam visitadas propriedades rurais “mais bem estruturadas”, o que denota certo grau de apagamento da nacionalidade brasileira e um recorte classista, mostrando-se apenas o que tem-se de melhor, como se todo descendente tivesse progredido.

Já no município de Viadutos, através do ato municipal de 10 de julho de 2003, oficializa a língua italiana oficial como primeira língua oficial do município com o objetivo de também firmar o gemellaggio, uma vez que a cidade apresenta o predomínio de colonização italiana. Neste município, porém, o pacto de amizade não se concretiza, tampouco o gemellaggio.

Em 13 de maio de 2003, também visando a formação de um pacto de amizade com alguma cidade italiana, o município de Jacutinga dá o nome de Avenida Pederobba à avenida principal da cidade. Em 28 de outubro de 2006, é assinado, em Pederobba, o pacto de amizade entre ambos os municípios, sinalizando um futuro gemellaggio. Este é concretizado em 16 de agosto de 2008. Novamente, o texto do documento exalta a consideração do trabalho dos imigrantes italianos principalmente vênnetos, quanto ao desenvolvimento e ao progresso do município.

Figura 28: Registro da visita da comitiva de Pederobba no município de Jacutinga.



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura de Jacutinga.

A Figura 27 é um registro da visita da comitiva de Pederobba no município de Jacutinga, em agosto de 2018, quando completados 10 anos do estabelecimento do Gemellaggio. A cidade de Jacutinga, assim como o município de São Valentim, construiu um “Museu do Imigrante”, com um recorte étnico voltado para a história da imigração italiana no município. O município de Jacutinga, quando efetuou o gemellaggio, também enviou comitiva para a cidade italiana.

Figura 29: Registro da assinatura do Gemellaggio entre a prefeitura de Aratiba e de Cesiomaggiore.



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura de Aratiba.

Já o município de Aratiba efetuou seu pacto de amizade com a cidade de Cesiomaggiore em 28 de fevereiro de 2005. Em 24 de setembro de 2007, assinou o gemellaggio entre os dois municípios (Figura 29). Este município recebeu diversas comitivas: a de Pederobba, de Cesiomaggiore e também de Santa Giustina. Uma comitiva de prefeitos do Alto Uruguai foi para a região de Treviso com o objetivo de conhecer e explorar a possibilidade de efetuar os gemellaggios. Em 23 de setembro de 2007, uma comitiva de aratibenses visitou Cesiomaggiore.

Haviam interesses vinculados ao estabelecimento destes Pactos de Amizade e os Gemellaggios. Por parte da Itália, há o interesse em atrair brasileiros com formação superior que acabam ficando como imigrantes ilegais no país e possibilitando a exploração da sua mão-de-obra por um preço mais reduzido. Além disso, no caso brasileiro, há o objetivo de promover o intercâmbio cultural e econômico. As comitivas dos diversos municípios que visitaram as regiões da Itália eram integradas por representantes do poder público municipal e também por representantes das indústrias locais e agrícolas, principalmente do setor vinícola. Nos municípios em questão, tal parceria acabou sendo deixada de lado, pois demonstrou ser inviável em função do alto custo de manutenção das viagens e por não obterem o retorno econômico conforme as expectativas dos envolvidos.

#### **4.2 .3 O dialeto Vêneto: o *Talian*.**

A região colonial do Rio Grande do Sul, incluindo o Alto Uruguai, apresenta a formação de um dialeto utilizado pelos imigrantes italianos e seus descendentes. Esse dialeto foi formado ao longo do tempo e da convivência entre integrantes vindos de diversas regiões da Itália, ou seja, essa mistura dialetal ocasionou a formação de uma língua nova que, em alguns momentos, fez uso de termos derivados da língua portuguesa, pois não havia correspondente na língua dialetal. Esse novo dialeto se chama *Talian* e se tornou Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil reconhecido pelo IPHAN em 10 de novembro de 2014.

De acordo com a certidão emitida pelo IPHAN, o *Talian* é uma variedade suprarregional, intracomunitária e de intercomunidades, ou seja, uma coine originária do italiano com o português. Este contém vinculação histórica com os dialetos falados no

norte da Itália, porém com características próprias que o torna diferente de sua matriz original em função do contexto brasileiro.

Figura 30: Certidão que tornou o Talian Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.



**Serviço Público Federal  
Ministério da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** que da Ata de Reunião da Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (CT-INDL), de nove de setembro de dois mil e catorze, consta o seguinte: *Foi deliberada a inclusão da língua Talian no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, uma vez que todos os requisitos foram atendidos, como atesta o processo de n.º 01450.010077/2014-66 e dossiê correspondente, fazendo jus ao título de Referência Cultural Brasileira, conforme o Decreto 7.387, de 09 de dezembro de 2010.* **DESCRIÇÃO:** O Talian, conforme definição apresentada no Relatório Final (p.11-18), é uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil na região de ocupação italiana direta e seus desdobramentos desde 1875, em especial no nordeste do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. Entre outras autodenominações, constam termos como língua dos nonos, dialeto vêneto, dialeto italiano. É uma “variedade suprarregional intracomunitária e intercomunidades (coine) do italiano como língua alóctone em contato com outras variedades do italiano com o português do Brasil, vinculada historicamente aos dialetos provenientes do norte da Itália, mas com características próprias, derivadas do contexto brasileiro que a diferem da matriz original e também de outras regiões brasileiras” (Relatório Final, 2010, p. 11). Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados, principalmente, na regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Veneza Giulia e Piemontes, Emilia-Romagna e Ligúria. Essa descrição corresponde à apresentada na Nota Técnica DPI n.º 40/2013, presente no processo administrativo n.º 01450.010077/2014-66 e Anexos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre essa língua, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. Data da Inclusão: 09 de setembro de 2014. E por ser verdade, eu, Célia Maria Corsino, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e coordenadora da Comissão Técnica do INDL lavei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 10 de novembro de 2014.

Fonte: IPHAN.

A língua é uma forma de sobrevivência da cultura. A cultura exprime toda a herança sócio-cultural de uma comunidade transmitida pelo convívio entre novas e velhas gerações. Nela, exprime-se a consciência da etnicidade presente na cultura. O dialeto *Talian* se tornou uma língua comum em terras estrangeiras e foi a base da comunicação no início da colonização no Alto Uruguai. Para Confortin (1998), o dialeto é um sistema de signos divergentes de uma língua comum que, em geral, apresenta uma limitação geográfica, porém não possui forte diferenciação de outros dialetos de origem comum, ou seja, não alcança a categoria de língua.

Os grupos que vieram para o Rio Grande do Sul e, posteriormente, se deslocaram para a Colônia Erechim eram provenientes de mais de uma região da Itália, cada qual com uma variante dialetal específica. No Brasil, ao longo do tempo e na medida em que os dialetos entrassem em contato entre si e com a interferência de outras culturas, essas variações se amalgamaram e, com isso, elaborou-se um dialeto único, o *Talian*. “Era basicamente, a fusão de vários dialetos vênets e, dependendo da região, está língua era mais ou menos enriquecida por palavras de outros dialetos.” (CONFORTIM, 1998; p. 29).

O *Talian* era o instrumento linguístico de comunicação entre as comunidades ítalo-brasileiras e em suas relações comerciais, tornando-se a língua predominante dos descendentes de imigrantes. Este, por sua vez, teve uma versão literalizada no personagem “Nanetto Pipetta” de Frei Paulino, o que popularizou o dialeto ainda mais na comunidade ítalo-brasileira.

Para Confortim (1998), o dialeto vênets sul-riograndense é considerado uma nova língua neolatina, pois contempla os três aspectos necessários: presença de uma população, uma vez que é falado por um grande número de pessoas; se localiza num determinado espaço geográfico; e possui literação, ou seja, apresenta obras literárias, bem como uma gramática própria e a produção de um dicionário.

Na pesquisa de Confortin (1998), a autora efetuou um estudo nas comunidades bilíngues do Alto Uruguai com o objetivo de investigar a ocorrência e as variações do uso do *Talian* em alguns municípios da antiga Colônia Erechim. Para ela, o uso do dialeto com o tempo se restringiu ao ambiente doméstico. Observando-se uma carga afetiva no uso do dialeto ligado ao sentimento de nostalgia, vinculado ao passado mítico dos antepassados.

Ao chegarem no interior das linhas, uma das primeiras providências coletivas era a construção de uma capela ou capitel para que os integrantes pudessem se reunir aos domingos e dias santos e conviver em comunidade. Tudo isso, tendo o dialeto como base de comunicação. De acordo com Confortin (1998, p. 70),

Nos ofícios religiosos (missas, cultos, enterros,...) a língua adotada era o dialeto. Todas as orações, leituras, cantos, catecismo ensinado às crianças, sermão do pregador catequista ou do padre celebrante, eram no dialeto. A igreja foi, portanto, o grande fator de coesão linguística das primeiras comunidades italianas na região.

A manutenção do uso do *Talian* representa o desejo de manutenção e preservação da língua e da cultura. O surgimento dos grupos culturais e de práticas do universo cultural *contadino* é uma forma de resistência ao processo de pós-modernidade e de homogeneização cultural que avança também pela área rural.

Esse apego a uma tradição inventada demonstra o medo, principalmente dos mais velhos, da perda de referenciais culturais vinculados aos seus antepassados. Denota também uma necessidade de vinculação a uma identidade que busca num passado mítico os elementos necessários para tal e os manipula de acordo com o jogo das identidades.

Na pesquisa desenvolvida por Confortin (1998), em seu levantamento linguístico das comunidades bilíngues do Alto Uruguai, pôde-se constatar que existem variações no uso da coiné. Alguns municípios possuem maior concentração de descendentes vindos da região de Belluno, outros do Treviso, do Vêneto, dentro outras, o que ocasionou a presença de variações de algumas palavras entre uma comunidade e outra, ou seja, não há completa a homogeneização linguística.

O *Talian* é um dos elementos da cultura imaterial dos ítalo-brasileiros no Alto Uruguai e constitui parte do seu patrimônio histórico e cultural. A cultura material e imaterial funcionam como instrumentos para a elaboração e reelaboração de uma identidade étnica. Esta, por sua vez, vem sendo utilizada como símbolo de diferenciação e pertencimento.

Tanto os lugares de memória que constituem a cultura material, quanto os elementos da cultura imaterial são utilizados como instrumentos de ritualização. São manipulados pelo grupo de acordo com seus interesses, estabelecendo assim uma diferenciação social e construindo uma noção de pertencimento étnico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa efetuou um levantamento do patrimônio cultural ítalo-brasileiro na Colônia Erechim, no que se refere ao uso deste para a construção e diferenciação de uma identidade étnica vinculada ao grupo de descendentes de imigrantes italianos, que migraram das Colônias Velhas para norte e noroeste do Rio Grande do Sul. Através deste levantamento e da análise dos elementos, buscou-se demonstrar que a construção desta identidade étnica apresenta elementos que foram trazidos para a América do período correspondente ao *Ottocento* na região do Vêneto na Itália.

Tais elementos estão ligados ao imaginário *contadino* do período da grande imigração, ou seja, características ligadas à religiosidade, à família patriarcal e ao desejo de se tornarem proprietários. Essas características simbólicas basearam a construção social das colônias no estado gaúcho, pois é possível identificar os mesmos quadros sociais em toda a região colonial, há uma repetição nos padrões que organizam e estruturam as regiões com essa característica de formação.

Esses padrões permitiram a formação de uma sociedade ancorada na tríade terra, trabalho e família, onde a prosperidade e o desenvolvimento econômico estariam vinculados ao elemento europeu, principalmente italiano e alemão. Na Colônia Erechim, o elemento numericamente superior é, na sua maioria, de descendentes, já de segunda ou terceira geração que migraram para esta região como resultado de um processo de migração interna.

Com base em tais características, formou-se também, nesta região, uma identidade étnica ítalo-brasileira que está vinculada a este imaginário *contadino*. Em terras estrangeiras e por ser a cultura algo mutável, é possível perceber que estes signos ou tradições, são inventados e reinventados de acordo com o grupo e o contexto de interesse.

Busca-se no passado mítico, glorificado da travessia, o mito fundador das italianidades. Este, por sua vez, é manipulado e vinculado ao presente, como aquilo que permite uma ligação transtemporal e transterritorial no que se refere à construção

discursiva destas italianidades. É possível perceber ainda que esta identidade étnica não é homogênea, ou seja, há um recorte de classe social.

Os habitantes da zona rural vinculam a si uma italianidade baseada na trajetória dos seus antepassados na América, a partir da travessia, como por exemplo o que é cultuado durante a Festa di Bacco. Isto também pode ser percebido pelos corais de músicas italianas com utilização de linguagem não gramatical, mas baseada no dialeto *Talian* e contam momentos do cotidiano nas propriedades rurais, bem como ritos de interação social.

Já os grupos urbanos tendem a elaborar para si uma italianidade ligada aos valores modernos, buscam aprender a língua oficial, bem como a gastronomia oferecida na atualidade na Itália. O mito das origens é utilizado como elo entre os descendentes e o país “de primeiro mundo”. Em geral, a busca aqui é por inserção social e por um grau de sofisticação que os diferencie socialmente.

É possível perceber que, nas últimas décadas, ocorreu um processo de reinterpretação e reinvenção dos círculos e das associações, como é o caso do Clube Atlântico (antiga Associação de Mútuo Socorro XX de Setembro), bem como a criação de novas estratégias de agenciamento destas italianidades, como o caso dos gemellaggios. O primeiro buscou ao longo do tempo se reinventar, ou seja, seu caráter de entidade assistencialista restrito a apenas um grupo étnico foi alterado para espaço de esporte, lazer e recreação, aberto para que membros não vinculados a esta etnia fizessem parte de seu quadro associativo. Já o segundo exemplo remete a invenção de uma parceria com viés econômico, onde o poder público dos municípios busca, através do estabelecimento de intercâmbios, a vinculação da região com uma Itália modernizada, tendo como objetivo obterem ganhos econômicos para seus municípios.

Outra estratégia com viés econômico é a exploração turística de espaços que se tornaram lugares de memória, pois estão vinculados a este grupo étnico, como é o caso dos moinhos e cantinas. Assim como nas demais regiões coloniais, criaram-se projetos que, através da ligação com a memória dos “pioneiros”, dos “desbravadores”, se estabeleceu rotas de turismo rural como o Vale dos Parreirais. Este tipo de projeto se esvazia de sentido histórico, apenas evoca para si a vinculação étnica italiana.

O espaço é um produto do trabalho humano histórico e social, portanto, torna-se o lugar de reprodução de modos, hábitos e costumes. A valorização ou não valorização dos lugares está limitada a reprodução do modo social vigente, permitindo a este se manter e

se reproduzir. Os traços culturais em comum servem para avivar a memória do grupo, tem o intuito de fazer com que o grupo se construa e se represente como tal, para se rearticular e uni-los em torno dos símbolos evocados, criando-se no lugar uma identidade.

Percebe-se uma sequência cronológica de surgimento dos espaços de memória e das estratégias de invenção e reinvenção desta identidade étnica. Ocorre a fundação de grupos ainda na década de 1990, quase 100 anos depois do início da fundação das primeiras instituições, aliás, percebe-se que as décadas finais do século XX e início do século XXI tem um aumento de grupos e associações ligadas a manutenção das italianidades. Uma das primeiras associações criadas em 1915 foi a Associação de Mútuo Socorso Carlo Del Prete. Em 1928, cria-se o grupo Gillé. Percebe-se desde o início a preocupação em criar espaços de unificação, socialização e identificação para este grupo étnico.

A criação destes espaços permanece ao longo do século XX. A última instituição criada em 1994, a La Piave Fainors, mostra que esta identificação cultural do imigrante italiano permanece sendo reproduzida, apesar da distância temporal significativa entre a vinda dos primeiros colonos e a atualidade.

Este grupo social pode produzir e reproduzir aspectos do universo camponês trazido para cá pelos imigrantes da região do Vêneto. Tendo em vista que a memória é algo herdado, assim como a cultura e o patrimônio, foi possível elaborar e reelaborar o universo ruralizado dos antepassados dos imigrantes, recriando-se aqui uma identidade campesina resultante desta interação social com outros grupos étnicos, formando assim, uma identidade étnica singular. Esta, por sua vez, permitiu a construção de uma sociedade onde os valores ligados aos ítalo-brasileiros são carregados de positividade, alicerçados na religiosidade, no trabalho e no progresso. Em contrapartida, a ausência de progresso em níveis satisfatórios era vista como resultado da preguiça e da falta de organização laboral daqueles que não o apresentaram.

O espaço social é construído histórico e socialmente, ele congrega as pessoas, as relações de poder e a interação humana. A identidade só existe ligada a este espaço, pois é lá que ocorrem os conflitos diários. A problematização do patrimônio cultural vinculado à etnia ítalo-brasileira pode identificar a relação existente entre este conjunto cultural e a construção desta identidade singular como instrumento de diferenciação e coesão social.

O estudo permitiu ainda identificar quais foram os elementos fundadores utilizados por esta comunidade imaginada para a invenção e reinvenção das tradições que

configuram a sua identidade étnica. Esta, por sua vez, passou por processos de adaptação de acordo com os interesses do grupo que a utilizam como estratégia de diferenciação social.

E, por fim, esta pesquisa permite visualizar alguns aspectos pertinentes a formação da Colônia Erechim no que se refere às bases da sua estrutura social. Afinal, esta colônia foi planejada para os imigrantes, o que determina até os dias atuais as relações de poder e visibilidade étnica que este grupo possui na sociedade do Alto Uruguai.

**REFERÊNCIAS:**

ARÉVALO, Márcia C. da M. **Lugares de Memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto**. I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Mariana/MG, 2004.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo. 1. ed. Editora Cultura livre. 1993.

ATLAS Socioeconômico, Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br>. Acesso em 13 de nov. 2018.

BALDIN, Bruna. **Tapir: uma região cercada de mistérios e apreciada sob distintos ângulos pela bibliografia, pelos jornais e pela memória**. Trabalho de Conclusão de Curso em História. UFFS. 2017.

BARTH, Frederik. POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras**. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998.

BATTISTEL, Arlindo e COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias**. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Editora da UCS. 1982.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2005.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Os fios da nostalgia**. Perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário. Porto Alegre. Editora UFRGS. 2011.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALLIARI, Fernando H. **Atlântico uma história de conquista**. 1. ed. Erechim: Edelbra Gráfica e Editora, 2001.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto. 2018.

CARLOS, A. F. **O lugar no/do mundo**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARON, Marcia; TEDESCO, João Carlos. **Intrusões no Alto Uruguai Gaúcho- 1927-29: o caso do “bando de João Inácio”**. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.38, n.1, p. 161-185, jan./jun. 2012.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. CESE. Erechim. 1979.

\_\_\_\_\_. **Carlos Torres Gonçalves. Vida, obra e significado.** 1. ed. Erechim: Editora São Cristóvão. 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 70.ed. Lisboa: Portugal.1999.

CONFORTIN, Helena. **A faina linguística.** Estudo de comunidades bilíngues italiano-português do Alto Uruguai gaúcho. 1.ed. Porto Alegre. 1998.

CORAZZA, Gentil. **Fronteira Sul: traços da formação econômica.** In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.). História da Fronteira Sul. Porto Alegre, 2015, p. 298-317.

COSTA, Rovílio. **Antropologia Visual de Imigração Italiana.** 1. ed.Porto Alegre: UCS, 1976.

DEAN, Warren. A Ferro e fogo: A História e a Devastação da mata brasileira. São Paulo: **Companhia das Letras**, 1996. P. 13 a 37.

\_\_\_\_\_. A Botânica e a Política Imperial: a Introdução e a Domesticação de Plantas no Brasil. **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, 1991, p. 216-228.

DE BONI, Luis A. **A Presença Italiana no Brasil.** Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, Porto Alegre; v. 3. 1996.

DETOFFOL, Idione I., GRACEZ, Neusa C. **Viaductos**, uma viagem no tempo.1. ed. Erechim: Editora Graffoluz, 2019.

DORO, Denise M. **A trajetória dos moinhos em Ponte Preta (1930-1990).** 2004. 77 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História. URI Campus de Erechim. 2004.

DUCATTI NETO, Antônio. **A Vida nas Colônias Italianas.** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Grande Erechim e sua história.** Porto Alegre: Grafosul, 1981.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia e Filosofia.** 1. ed. São Paulo: Martin Claret. 2009.

FRANZINA, Emilio. **A Grande Emigração: O êxodo dos italianos do Vêneto para o sul do Brasil.** 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 23. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1989.

GARCEZ, Neusa Cidade. **Vozes, Sentimentos, construções:** Colonização italiana no Alto Uruguai Gaúcho. Erechim: Habilis, 2009.

GERHARDT, Marcos. Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul. **Esboçosos.** v. 18, n. 25, p. 73-95, 2011.

\_\_\_\_\_. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências,** v. 16, n. 1, p. 166-180, 2016.

GIARETTA, Jane G. **O Grande e Velho Erechim:** Ocupação e colonização do povoado Formigas (1908-1960). Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo. 2008.

GIRELLI, Valter. **Uma história Centenária.** 1. ed. Erechim: Editora Graffoluz, 2009.

GRITTI, Isabel Rosa. **A Imigração Judaica no Rio Grande do Sul.** A Jewish Colonizacion Asociacion e a Colonização de Quatro Irmãos. 1. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

\_\_\_\_\_. **Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul.** A emergência do preconceito. 1. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora. 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva. Vértice.** 1990.

HERÉDIA, Vânia. **Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana.** Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HOBBSAWM. Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IANNI. Constantino. **Homens sem paz:** os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil.** Região Sul. v. 2. Rio de Janeiro, 1990.

ILLA FONT, Juarez Miguel. **Serra do Erechim – Tempos Heróicos.** 1. ed. Erechim: Gráfica Carraro LTDA, 1983.

IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial.** 1. ed. Brasília: Brasília Artes Gráficas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio cultural imaterial.** 3. ed. Brasília: Brasília Artes Gráficas, 2012.

KARNAL, Oscar da Costa. **Subsídios para a História do município de Erechim.** Porto Alegre: Editora Barcellos, Bertaso e Cia, 1926.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP. 1990.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LORENZON, Fernando, A. **Sentidos de Patrimônio: da propriedade à apropriação**. In. Momento Patrimônio: v. III/Org. Gizele Zanotto, Ironita P. Machado. Erechim: Graffoluz, 2015.

MAESTRI, Mário. **Os Senhores da Serra**. A colonização italiana do Rio Grande do sul. 1875-1914. Passo Fundo: UPF, 2000.

MARX, Karl. **A assim chamada acumulação primitiva**. In: O Capital. v. 1, Cap. XXIV. São Paulo: Abril Cultural, pp. 339-381, 1996.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. **Espacio, Tiempo y Responsabilidad Política en una era de desigualdad global**. Barcelona: Icaria editorial S. A., 2012.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Revista de Sociologia**. p. 25-70, maio. 1996.

MORALES, Martha H. L. B. **Cultura material e discursos de identidade: contribuições teórico-metodológicas da Arqueologia para o estudo histórico da Fábrica de Louças Colombo**. IX Encontro Estadual de História. ANPUH-RS. 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: A Problemática dos Lugares**. Projeto História. 10. ed. São Paulo: PUC-SP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard. 1985.

PEREIRA, Rodrigo Alves. **Subindo a Avenida e Lendo a Sua História – O que contam os monumentos nas praças e canteiros no centro de Erechim**. In. Café Cultural de Erechim. Erechim: Edelbra, 2010.

PETRONE, Maria T. S. **O Imigrante e a Pequena Propriedade (1924-1930)**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1982.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista de Estudos Históricos**. v. 5, p. 200-2012, 1992

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista de Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. 2. ed. São Paulo: Ed Unesp, 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SAHLINS, Marshall David, **1930 – Ilhas de História**; Tradução, Barara Sette; Revisão Técnica, Márcia Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTINELLO, Jamile. A identidade do indivíduo e sua construção nas relações sociais: pressupostos teóricos. **Revista Estudos Comunitários**. v. 12, n. 28, p. 153-159, maio/ago. 2011.

SCHMIDT, Remís A. P. **Erechim: cidade construída para imigrantes: poder simbólico na conquista do espaço urbano**. Dissertação de mestrado. PUC. Porto Alegre/RS. 2009.

SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Caxias do Sul: EST/CEPAM/UCS, 1979.

SILVA, Greice e CONFORTIN, Helena. **Dal Bel Paese a Erechim: Um legado para a arquitetura e a culinária Italiana**. 1. ed. Erechim: Edelbra, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **A produção Social da identidade e da diferença**. In: *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Tradução, Tomaz Tadeu da Silva; Petrópolis: Vozes, p. 73-102. 2003.

SOUZA, Paulo R. R. **Do Rural ao Urbano: Demografia, migrações e urbanização (1930-1985)**. In: coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor de volume René Gertz. – **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, v. 4. 2007.

TAGLIARI, Pedro Antônio. **A chegada**. 1. ed. Erechim: Gráfica São Cristóvão. 2004.

TEDESCO, João Carlos e ROSSETTO, Valter. **Festas e Saberes: Artesanato, genealogias, e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul**. Passo fundo: Méritos, 2007.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, Trabalho e família**. Racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo fundo: UPF, 1999.

\_\_\_\_\_. **Um Pequeno Grande Mundo: a família italiana no meio rural**. Passo Fundo: UPF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Nas cercanias da memória**. Temporalidades, experiência e narração. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2014.

UMAÑA, Wilson Picado. Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. **HALAC**, v. 3, n. 2, 2014.

ZANOTTO, Geizele (org.). **Mapeamento do Patrimônio Imaterial de Passo Fundo/RS**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2016.

ZARTH, Paulo A. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX.** Ijuí: Ed Unijuí, 2002.

WAIBEL, Leo. Zonas pioneiras no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Ano XVII. Outubro a Dezembro de 1955.

ZANINI, Maria C. C. **Italianidade no Brasil Meridional.** A construção da identidade étnica na região de Santa Maria: UFSM, 2006.

## FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font.

Arquivo Histórico do Clube Atlântico.

Calliari, Fernando H. Atlântico, uma história de conquista. Edelbra Gráfica e editora. Erechim. 2001.

Arquivo documental da escola La Piave Fainors.

Arquivo do Coral Italiano Taliani Contenti.

Prefeitura Municipal de Erechim, projeto da Festa di Bacco e do Vale dos Parreirais.

Câmara de Vereadores de Erechim.

Secretaria de Cultura do Município de Aratiba - RS.

Secretaria de Cultura do Município de Jacutinga – RS.

Secretaria de Cultura do Município de Severiano de Almeida – RS.

Secretaria de Cultura do Município de São Valentim – RS.